

A POSSE DE EANES
(REPORTAGEM)

N. 1896 15/7/76
preço 15\$00

Ida Mundial 1



**O FUTURO DESTA PAÍS
CONFIAMOS NO SEU PRESIDENTE**



ALFREDO COELHO CUNHA, de 22 anos, iniciou a sua profissão em "O Seculo Ilustrado", em 1972. Colaborou também na "Vida Mundial" e na revista "Mulher". Em 1973, foi galardoado com o prémio Joshua Benoliel, de reportagem fotográfica, instituído aos repórteres fotográficos da Sociedade Nacional de Tipografia.

Esta é a segunda edição do seu livro "Vidas Alheias".

Alfredo Cunha

VIDAS

ALHEIAS

editorial
O SÉCULO

UM AMANTE DA PAZ



Por
Natália Correia

O socialismo surge como uma ideologia que defende a transformação do homem dignificado na sua vida material e moral. Ser-se socialista implica, no que respeita o progresso moral do indivíduo e da sociedade, um impecável respeito pelos valores que asseguram esse progresso. Com isto entramos numa ordem de exigência a propósito dos fuzilamentos dos mercenários, assinados pela mesma mão que liricamente traduziu em escrita poética impulsos sentimentais. Pésima poesia, note-se. Mas pode acontecer que num falso poeta se aninhe um verdadeiro déspota.

Ser-se mercenário, isto é, matar por soldada, afronta a própria ética daquilo que, bem ou mal, se entende por "moral do guerreiro". Mercenários eram os quatro homens que foram sentenciados à morte pelo poder progressista presidido por Agostinho Neto. Condenáveis? Sem dúvida. Mas não à morte. E muito menos quando o sangrento veredicto é ditado por uma justiça que serve um poder denominado progressista.

Neste ponto me fixo.

A pena de morte é execração que degrada o poder que a pratica. Oficializar o homicídio é aceitar a sua normalidade, servindo-a como exemplo e estímulo aos que têm apetência assassina. Mais: o que mata contra a lei tem, pelo menos, a ousadia de se expor à punição. Aquele que, sob a égide da lei, suprime uma vida, goza cobardemente o privilégio da impunidade.

É concebível que um totalitarismo fascista em cujos alicerces doutrinários ecoa a ferocidade esteticista de velhos cézares, destes repita grosseiramente o gesto de baixar o fatídico polegar na legalização do assassinio. Neste sistema, o movimento é retrógrado e, recolhendo o passado, dele apanha as barbaridades que foram corrigidas pela evolução das sociedades. O que se não pode conceber é que um regime de ideologia progressista, tendo como fundamento doutrinário o socialismo material e moralmente perfeccionista, desminta estes seus pressupostos na deformidade retrogradante de aplicar a pena de morte.

De Francos e de Pinochets, por mais revoltantes que se nos apresente a oficialização do homicídio, não nos assombra o horrível cometimento, já que este é coerente com o despotismo regressista que encarnaram. Do progressista Agostinho Neto arrepia-nos não só a façanha sanguinária como a incoerência que estabelece entre o ideal por que se bateu à frente do MPLA e que diz presidir à formação da nova sociedade que dirige.

Estas tristes, quão tristes reflexões!, vão bater a uma conclusão. A superioridade sociomoral de que se reclama o socialismo expõe-no a que maiores exigências lhe sejam feitas no que concerne cumprir o progresso que, como maior valor, tem o respeito pela vida humana. Mas esta regra calcou-a Agostinho Neto e precisamente em nome do progressismo que corrompe quando, patrocinando fuzilamentos se identifica com os maiores das tiranias regressistas.

Um Amante da Paz, declara-se Agostinho Neto nos seus discursos. Percebe-se agora que a paz de que é paladino é a paz... dos cemitérios.

A POSSE DE EANES

Presidente do povo, por ele eleito em total liberdade, Ramalho Eanes tomou ontem posse ante a Assembleia da República.

Mais do que as pompas dos grandes acontecimentos oficiais, o povo reterá da cerimónia a profunda esperança de que o seu presidente venha, enfim, a ser depositário fiel da ânsia de liberdade e justiça que acalenta desde sempre. (Pág. 3)



A CIMEIRA COMUNISTA

Não foi fácil reuni-los. Mas quando terminou a "cimeira" dos Partidos Comunistas europeus, alguns dos dogmas mais "intocáveis", até então imperantes, tinham caído. Definitivamente. O impensável tinha acontecido. (Pág. 53)

separata

DESPORTO E CULTURA

Iniciando-se esta semana, em Montreal, a XXI Olimpíada, aproveitou-se a oportunidade para, na separata cultural e antológica, reunir uma série de textos e ilustrações que historicam, de certo modo, a evolução do desporto em Portugal nas suas relações com a cultura. (Pág. 25-40)



EDITORIAL por Natália Correia

NACIONAL

Posse presidencial	3
O Contradicionista	16
Conselheiros da Revolução	17
Ainda as presidenciais	18
Cunhal abre o jogo	20

HUMOR

Os surdos	24
Os que riem...	58
À la minuta	59
Autarquias locais	60
Um Governo a sobreviver	63

OS QUE PENSAM O MUNDO

Encontro com Heidegger	10
------------------------	----

CINEMA

Cannes	41
"Emmanuelles"	41
"Trás-os-Montes"	43

TEATRO

O que se passa com o teatro?	43
------------------------------	----

LIVROS

Edições da Imprensa Nacional	45
As greves e o 25 de Abril	46
Os dez mais	46

ARTES PLÁSTICAS

Expor a três	47
--------------	----

DISCOS

Um disco rebelde	48
------------------	----

DESPORTO

Atletismo em Montreal	56
-----------------------	----

INTERNACIONAL

Crónica de Saint-Robert	9
Ordem de Malta	22
Multinacionais	50
COMECON	51
"Cimeira" comunista	53



Na posse de Eanes

**"NÃO SERÃO TOLERADAS
TENTATIVAS DE CRIAÇÃO
DE PODERES PARALELOS..."**

Tomou ontem posse o novo Presidente de Portugal, Ramalho Eanes. Centenas de pessoas participaram na sessão, que teve lugar em São Bento, nas instalações da Assembleia da República. Aos milhares, na praça fronteiria, as gentes vitoriam o seu Presidente.

Um dia muito quente que congregou a atenção de todos os portugueses.

Uma jornada calma, mas não morna, temperada com frequência de entusiasmo e emoção. A posse do Presidente eleito juntou, em alguns pontos do percurso que liga o Palácio de Belém a São Bento, gente disposta a suportar o calor tórrido de uma tarde de Verão particularmente quente.

Concentradas frente ao edifício da Assembleia da República, milhares de pessoas tentavam resguardar-se à sombra bem pequena para acolher os que ousaram passar ali mais de uma hora de expectativa para verem o Presidente por si eleito e ouvir o seu discurso. Em Belém, a saída de Eanes foi festejada por uma pequena multidão concentrada na Calçada da Ajuda e nos acessos da Praça Afonso de Albuquerque. O serviço de ordem mal se fez sentir e as pessoas circulavam à vontade exteriori-

Na posse de Eanes



Aplausos na bancada do PS



Eanes termina o seu discurso. O hemicycle aplaude. Não na totalidade, como se vê



O Presidente cessante cumprimenta a esperança de Portugal



A multidão aguarda a saída do Presidente. Muita gente, entretanto, já se fora embora

zando a sua curiosidade. Apesar deste ambiente, uma casa comercial correu os taipais, não fossem concretizar-se certas ameaças que andaram no ar alguns dias antes. Palmas calorosas saudaram Eanes quando o carro oficial, precedido da escolta motorizada, desceu a calçada e tomou rumo em direcção à 24 de Julho.

A entrada do Presidente em São Bento fez-se num ápice. Muita gente não se apercebeu de que fora o general que havia chegado. A guarda de honra desfilou impecável em passo solene, vagaroso, mas firme. Boinas negras (fuzileiros), vermelhas (comandos) e verdes (para-quedistas) levantaram o entusiasmo dos presentes. Na multidão, assim como nas janelas dos prédios, viam-se bandeiras nacionais.

O discurso de Eanes foi atentamente escutado. Algumas passagens aplau-

didias. Aplausos que se juntavam aos dos deputados e convidados, transmitidos, estes também, pelos altifalantes. "Não serão toleradas quaisquer tentativas de criação de poderes paralelos..." Cá fora, na Avenida D. Carlos I, bem junto aos manifestantes e rodeado por um dispositivo apreciável de segurança, alguns cartazes com Otelo, num sorriso parado, ornamentam as paredes de um partido que apoiou a candidatura deste militar. Não se via ninguém. "Não houve incidentes", confirmou a Polícia.

Finda a transmissão, a multidão quedou-se em espera. A sombra do edifício avançara. As bandeiras tremiam, nítidas nos seus símbolos. A expectativa crescia, embora as pessoas se mostrassem calmas, contentes. Um vago ruído de conversa foi tomando forma. Aguardava-se a saída de Eanes.

Depois de ter saído o corpo diplomático e muitas personalidades, Eanes

desce as escadas. Com um sorriso sereno, respondeu à palavra de ordem gritada pela multidão: "Eanes, amigo, o povo está contigo!"

Tocado o Hino Nacional, entoado pelos presentes, Eanes percorre as filas da guarda de honra a toda a largura da Assembleia. Com passos firmes, largos e decididos. A multidão, apinhada, gritava: "O povo escolheu, Eanes venceu!"

● J. M.

A assembleia dividiu-se

As palavras do novo Presidente da República, no acto de posse, dividiram a Assembleia. Naturalmente. A divisão preexistia, veio das campanhas eleitorais. Mais concretamente, de dois anos

de mais ou menos democracia que temos vivido.

Ali em São Bento, na tarde de ontem, o PCP e a UDP manifestaram-se em oposição. Pelo silêncio, gelado silêncio, com que acolheram o discurso do Presidente, enquanto a sala — público e deputados — irrompia em estrondosos aplausos. Definiu-se a maioria presidencial, uma vez mais. No calor vibrante das palmas, PS, PPD e CDS constituíram, no hemiciclo, o apoio ao Presidente. Pelo que se viu, pela parte do CDS, um apoio reticente quando o general Ramalho Eanes (por duas vezes) falou em socialismo — apenas Amaro da Costa, acompanhado de dois ou três deputados centristas, aplaudiu. Os outros ouviram, quietos, as palmas.

Nas bancadas da esquerda (esquerda geográfica, na posição do hemiciclo), o PCP e a UDP foram oposição. A um Presidente da democracia. À própria democracia. Definiram-se. Já o estavam. Apenas no fim, encerrado o cerimonial, os deputados do PCP se levantaram e, educadamente, cumpriram a praxe do último aplauso. Só o deputado da UDP, isolado, sozinho, se manteve sentado. À sua frente, a uns dois metros, Costa Gomes, já ex-Presidente, deixava cair os braços.

O acto de posse de Ramalho Eanes como primeiro Presidente Constitucional da II República Portuguesa foi, sem dúvida, um momento histórico que importa fixar. No minuto em que o general Eanes prestou juramento, no minuto em que formalmente se tornou o Presidente de Portugal, o povo português acabava de ganhar uma importante batalha contra o totalitarismo, pela defesa e consolidação da democracia.

O resto é a reportagem que o jornalista descreve. Friamente. A sucessão dos factos: 18 horas menos 15 minutos — Ramalho Eanes, o vencedor das eleições presidenciais, chega a São Bento. Um batalhão dos Comandos da Amadora presta-lhe guarda de honra. Depois, entra no edifício, onde a Guarda Nacional Republicana, em grande uniforme, se alinha ao longo das escadarias e corredores.

18 horas menos 1 minuto — o general entra na Sala de Sessões da Assem-

bleia da República, repleta, precedido por elementos do protocolo e pelo Presidente da Assembleia. No hemiciclo, os deputados, membros do Conselho da Revolução, ministros do VI Governo Provisório, corpo diplomático, cardeal-patriarca de Lisboa, sentado à direita de D. Manuela Ramalho Eanes.

À passagem para a tribuna, onde vai prestar juramento, o novo Presidente cumprimenta Costa Gomes, o Presidente cessante. Depois, segue-se a leitura da acta, feita em voz pausada pela secretária da Assembleia. No uso da palavra, sucede-lhe o Presidente da mesma, o dr. Vasco da Gama Fernandes.

Quando o general Ramalho Eanes acaba de jurar por sua honra o cumpro-



“Estou certo de que todos assumiremos as responsabilidades históricas que nos cabem”

mento da Constituição, a banda da GNR entoou o Hino Nacional. Fala o presidente parlamentar. E, por fim, Ramalho Eanes, feito já presidente, lê um discurso preciso, programático: “Realizar Portugal novo nos limites velhos das suas fronteiras.”

Chamado à varanda pelos manifestantes, o Presidente de Portugal passou, à saída, nova revista à guarda de honra e seguiu para Belém, onde, imediatamente, teria lugar uma sessão extraordinária do Conselho da Revolução, a primeira a que presidiu.



O discurso do Presidente

Do importante discurso do general Ramalho Eanes, proferido na Sala de Sessões da Assembleia da República, no momento da sua tomada de posse como Presidente Constitucional da República Portuguesa, algumas passagens apontam para o significado político deste momento histórico. À atenção do leitor:

“... Foi um duro e difícil caminho de resistência até um 25 de Abril em que as Forças Armadas restituíram a este povo o seu próprio país. A este país o seu lugar no mundo e a si próprias a sua verdadeira função social.

Foi um movimento de juventude e de renovação, enraizado nas lutas de meio século, que não cedeu à tentação de usar o Poder em proveito próprio, antes soube devolver aos cidadãos a escolha do seu destino e a definição do seu futuro. Arredados que andávamos da prática democrática, inexperientes no campo da actividade sindical e cooperativa, condicionados por um sistema totalitário que lançou raízes nas formas de organização e nos comportamentos individuais, nem sempre as nossas experiências na construção difícil da democracia se ajustaram, nestes últimos dois anos, aos processos e às metas definidas pelos homens do 25 de Abril e por quantos se bateram para que Portugal e os portugueses fossem livres.

Mas a firmeza com que o povo português soube responder a todas as situações ditatoriais, a sua determinação de viver a liberdade e a paz, demonstraram a justeza do programa do MFA e a firme adesão do povo



português à sua mensagem, que em 25 de Novembro de 1975 ficou de novo claramente expressa..."

"... A eleição do Presidente da República significou, de forma inequívoca e clara, a adesão a um projecto político que lhe foi apresentada sem ambiguidades e com realismo. Esta adesão responsabiliza todos os portugueses na participação efectiva na construção de um estado e de um regime de que a Constituição é o fundamento.

Definido este quadro, está delimitado o campo de actuação das forças políticas. Não há, pois, lugar para actuações que visem a restauração dum passado que o povo português claramente rejeitou, nem serão toleradas quaisquer tentativas de criação de poderes paralelos, radicados em actividades de carácter insurreccional que só podem conduzir de novo à miséria e à ditadura..."

"... Na Assembleia da República se consubstancia a própria democracia pluralista. A história do funcionamento dos parlamentos em Portugal constitui matéria de reflexão e fonte de ensinamentos. A oposição deve ter neste país um lugar e uma voz. Mas tem de constituir uma alternativa real, e não um mero exercício lúdico de querelas partidárias, para que se não transforme de oposição a um governo em oposição à democracia.

Hoje como em muitas encruzilhadas da nossa história, o povo português há-de reconciliar-se em torno de um projecto verdadeiramente nacional e erguer um mundo novo nos limites das suas fronteiras.

Hoje como sempre que estive em causa o seu futuro.

Saibamos todos ser dignos dessa história e deste futuro; saibamos ser dignos do povo a que pertencemos e que Portugal se cumpra em Portugal.

ANTÓNIO RAMALHO EANES

Na posse de Eanes



Após a sessão de posse, Eanes acena aos manifestantes



Depois da cerimónia, um sorriso franco e confiante no rosto de Maria Manuela Eanes, acompanhada pelo filho



Revista à Guarda de Honra, frente a São Bento. Vasco Lourenço e um major dos Comandos sucedem o Presidente



DE UM PRESIDENTE DESIGNADO A UM PRESIDENTE ELEITO

Com a tomada de posse do general Ramalho Eanes, como primeiro Presidente constitucional da II República, verifica-se um salto de descontinuidade no processo político português. À imagem de um passado, consubstanciado na figura do Presidente cessante, contrapõem alguns a esperança de que uma época nova se inicie com o novo Presidente.

Com a tomada de posse do primeiro Presidente constitucional da II República, a democracia portuguesa entra no caminho da sua institucionalização, ao fim de dois anos de uma situação definida como “pré-democrática”. O general Ramalho Eanes, Presidente eleito, sucede na chefia do Estado ao general Costa Gomes, alcandorado à Presidência por obra e graça das flutuações resultantes de um ainda não esclarecido 28 de Setembro.

Costa Gomes foi um Presidente controverso. Antes dele, entre o 25 de

Abril de 1974 e os referidos acontecimentos de 28 de Setembro, foi Spínola quem, em Belém, dirigiu o Estado. O ex-general foi, igualmente, um Presidente controverso. Como controverso foi o curso da pré-democracia.

Diz-se (é o que consta em testemunhos, depoimentos e narrativas várias) que Francisco da Costa Gomes era o nome indicado pelos “capitães de Abril” para assumir a chefia da Junta de Salvação Nacional. Diz-se ainda (também consta de testemunhos, depoimentos e narrativas) que o general Costa Gomes, que, sob a vigência do Estado Novo ocupara, entre outros cargos, o de comandante-chefe das Forças Armadas em Angola, e de chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Portuguesas, foi um crónico conspirador contra o fascismo. Como quer que seja, e o que decisivamente importa, o nome deste general, enquanto Presidente da República, fica associado a perto de dois anos de instabilidade política, económica e social.

A imagem que dele nos ficou: a

indefinição, a hesitação, a indecisão nos momentos críticos. Uma personalidade cinzenta pairando sobre os acontecimentos, como, no “Velho Testamento”, o espírito de Deus pairava sobre as águas. Está por se saber em que medida a actuação do ex-Presidente influiu sobre os acontecimentos que vivemos durante este período ou em que medida foi deles consequência.

NA CRISTA DAS ONDAS

Em 11 de Março de 1975, Costa Gomes estava em Belém. Aí ficou depois dessa data. Como antes e depois da assembleia militar de Tancos. Antes e depois do 25 de Novembro de 1975. Sempre sereno e “optimista” (“sou por natureza optimista”, afirmou um dia aos jornalistas). Sempre discursando em voz pausada e rouca. Foi o Presidente do “gonçalvismo” e do pós-“gonçalvismo”. Inalteradamente presidiu a cursos absolutamente contraditórios do processo político português. E, ao contrário de muitas personalidades militares, sobreviveu até 13 de Julho de 1976.

“Apenas tentei conduzir este barco, que era proceloso, com o máximo das calmas e a melhor segurança, para chegarmos a esta altura em que estamos prestes a institucionalizar a II República”, Declarou Costa Gomes no passado dia 6. E, aproveitando o momento, autodefiniu-se: “Fui um político única e simplesmente por mera questão de ocasião.”

Na euforia das estatizações, das expropriações de terras, foi o timoneiro da nau estatal. Como um ancião da tribo, ouviu, tranquilo e imóvel, sem pestanejar, os tribunos do radicalismo. E, uma vez mais, foi “optimista”.

Depois, em pleno consulado de Vasco Gonçalves, participou no efémero triunvirato — com o mesmo Vasco Gonçalves e o então general Otelo, o do COPCON “optimista”.

Quando a movimentação popular, conduzida pelos partidos democráticos, exigia o afastamento de Gonçalves, o “indesejado”, aguentou o contestado ex-general no cargo de Primeiro-Ministro. Contra o desejo dos militares, contra a opinião dos parti-



dos, contra a vontade do povo. Mas sempre "optimista".

Recolheu, em Belém, as vaias da turba "furista", que se dispusera a saudar Vasco Gonçalves e Costa Martins, que mereciam os seus aplausos. Serenamente voltou-lhe as costas. E permaneceu "optimista". Sobretudo, permaneceu.

Apenas quando a hora da retirada soou, Francisco da Costa Gomes revelou um insuspeitado pessimismo: "Ao contrário do que dizem alguns jornalistas e políticos, estamos longe de ter aquela situação que é absolutamente necessária para que uma nação possa singrar, sem grandes sobressaltos."

No acto sempre aborrecido das despedidas, a revelação das realidades tristes desenhou um paralelo: as palavras graves e catastróficas de Spínola, anunciando ao País a demissão. Visão irrealista, qualificou-as então Costa Gomes, o sucessor. Quem qualificará as palavras de Costa Gomes?

NA "RESERVA DA REPÚBLICA"

Segundo alguns órgãos de Informação, o Presidente Costa Gomes recusou candidatar-se às eleições presidenciais para se colocar em "reserva da República". A comissão proponente da sua possível candidatura acabou, em grande parte, por apoiar Otelo Saraiva de Carvalho. Recusando a hipótese de novo mandato como Presidente, Costa Gomes não recusou todavia a missão que certa Imprensa lhe conferiu. Deduz-se das suas palavras: "Julgo que hoje tenho um capital de experiências e, até, de conhecimentos que pode ser aproveitado."

Noutra ocasião, o Presidente cessante sublinhou que a nação investira nele um capital não desprezível. Preocupado com a economia do País, Costa Gomes não gostaria obviamente de o ver lesado com um infrutífero empate de capital...

Posto isto, conclui-se: Costa Gomes retirou-se da cena política. Na sua opinião talvez não em definitivo. Só que o País nunca pôde ser consultado a seu respeito. Mal ou bem, os

historiadores di-lo-ão um dia, cumpriram mandato. Deu, por certo, "o melhor que tinha, da melhor boa vontade e o mais esforçadamente, ao País". E o povo, na sua proverbial sabedoria, há muito estabeleceu que quem dá o que tem a mais não é obrigado.

Que o general ponha a sua pessoa ao serviço da nação é uma atitude nobre. Registamos as suas palavras: "Julgo que não é fácil, nesta altura, encontrar muitas pessoas que, em determinados sectores do conhecimento, possam ter a mesma experiência e o conjunto de conhecimentos que adquiri ao longo de 45 anos de vida militar." Contudo, o País necessita de homens novos, com a energia necessária (e indomável) para resolver os graves problemas existentes. Ao ex-Presidente cabe o devido descanso de uma merecida reforma.

Um homem novo, com provas dadas, é, desde o passado dia 13, Presidente da República, por expressa vontade da Nação. O País confiou na sua vontade, na sua resolução demonstrada nos momentos difíceis que já vivemos. O País deu a Ramalho Eanes um mandato para que, na Presidência, assumisse o poder, na esperança de que, tendo em conta a Constituição, ele se sirva desse poder para impulsar a urgente reconstrução nacional.

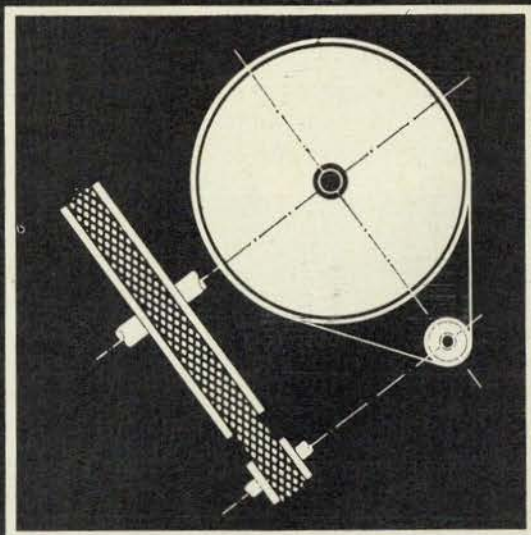
Pelas provas dadas na chefia do Estado-Maior do Exército, liquidando a anarquia "suvista" e estruturando um exército democrático digno desse nome, a nação viu nele o homem indicado para chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, função inerente à Presidência da República.

● AFONSO MANTA.

Correias de Transmissão

em polyamide e couro-cromo ou elastomer

SIEGLING EXTREMULTUS



Para a Indústria, Agricultura, Navegação e Minas.

GUSTAVO CUDELL, LDA.

PORTO - Rua do Bolhão, 157
LISBOA 5 - Avenida do Brasil, 88 A/B

França

CRISE POLÍTICA OU CRISE DO REGIME?



SAINT-ROBERT

Este mês de Junho terá visto reaparecer em Paris um espectro já esquecido após dezasseis anos, isto é, desde a fundação da V República: o da crise política. A III e a IV República tinham acostumado os franceses a este género de crise: a questão é saber se, no quadro das instituições estabelecidas em 1958 pelo general De Gaulle, uma tal crise política, de natureza parlamentar e acarretando um conflito nítido entre o poder legislativo e o executivo, pode não ser uma verdadeira crise de regime.

Depois de algumas semanas, talvez alguns meses, a atmosfera política em Paris não deixou de se tornar pesada. O presidente da República, com efeito, choca a maioria degaullista do Parlamento com os seus projectos europeus e pela imprecisão (sem dúvida propositada) da sua política em matéria de defesa nacional.

Já falámos, no número 1887 da "VM", dos problemas postos pelo projecto de eleger a Assembleia europeia de Estrasburgo por sufrágio universal directo, que tem provocado as mais vivas reservas.

A isto veio juntar-se um artigo do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o general Méry, o qual parecia indicar que a França poderia modificar a sua doutrina militar e aceitar proteger, na hipótese da dissuasão nuclear, o território alemão em prejuízo do seu próprio: é uma garantia que o chanceler Schmidt efectivamente procura obter há dois anos — o que

prova, diga-se a propósito, que ele sem dúvida não está tão seguro como diz do compromisso americano.

Mas é raro que as grandes crises parlamentares tenham alguma vez explodido em França devido à política estrangeira. O descontentamento também foi expresso acerca de um outro assunto. O Governo propôs um projecto de lei tendente à imposição das mais-valias, quer dizer, à aplicação de taxas aos especuladores. Mas o projecto estava tão mal concebido e tão mal redigido que provocou um terror geral, não no caso dos especuladores mas nas classes médias. O UDR, que é a formação que se reclama do degaullismo e que possui essencialmente a sua clientela nas classes médias, fez-se eco do descontentamento. Tornou a vida dura ao ministro das Finanças; e emendou consideravelmente o projecto e quase o fez rejeitar. A gravidade do assunto aumentou e o primeiro-ministro, Jacques Chirac, que tem de responder perante o presidente pela maioria parlamentar, encontrou-se numa situação tão delicada que se chegou a pensar que estava demissionário.

Perante isto, o presidente Giscard d'Estaing adoptou uma posição "à maneira de De Gaulle" — situando-se para lá dos partidos e lamentando-se das suas maneiras. Atitude deveras hábil, pois devolveu os degaullistas à opinião das

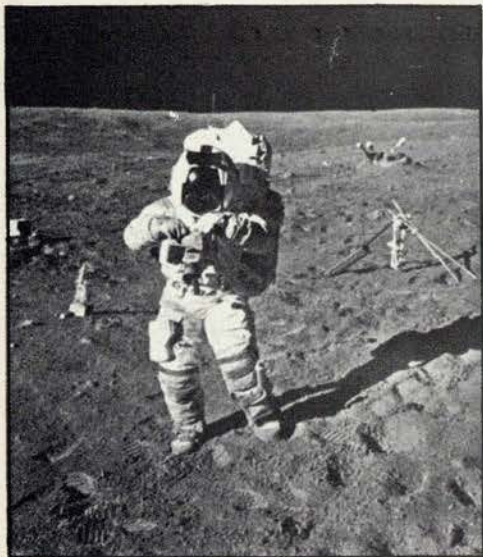
próprias instituições. Mas a isto, os degaullistas respondem que o espírito das instituições é, antes do mais, que o chefe de Estado se identifique com uma política de independência nacional estrita, e que este último ponto parece-lhes duvidoso. Trata-se, portanto, de um "impasse" "ideológico".

De momento, tudo parece ter entrado na ordem. O primeiro-ministro, depois de ter retomado o controlo da situação, fez declarações na televisão que feriram a opinião. Primeiro disse que não pediria a demissão enquanto tivesse a confiança do presidente: é uma maneira discreta, mas certa, de atirar para cima deste a responsabilidade de uma ruptura do actual equilíbrio maioritário. O primeiro-ministro rejeitou igualmente o projecto de revisão do sistema eleitoral no sentido proporcional desejado pelos centristas e pelos republicanos independentes. Enfim, e sobretudo, Jacques Chirac condenou formalmente as teses do general Méry sobre a noção de "santuário aumentado" e rejeitou qualquer confusão entre os interesses vitais da França, que comprometem por si sós a dissuasão nuclear, e os da Europa no seu todo, da qual a França não controla a política e que não saberia portanto comprometê-la a cada passo. É a doutrina do general De Gaulle, segundo a qual a França não quer por nenhum preço ser "integrada em guerras que não sejam as suas". O primeiro-ministro concluiu, demasiado duramente para o chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, que "o general Méry não desejava nada e não tinha nada a desejar. Ele executa e deverá limitar-se a executar".

O verdadeiro problema é com efeito o do presidente Giscard d'Estaing, que por um lado desejaria fazer a "sua" política e por outro lado recua diante da possibilidade de eleições legislativas antecipadas. A entrada de Outubro não tardará a mostrar que evolução terão estes acontecimentos.

● P. S. R.

Os que pensam o Mundo e o Homem



A Terra fotografada da Lua

SÃO UM DEUS NOS PODE AINDA SALVAR

Assim intitula o semanário alemão *Der Spiegel* uma entrevista que lhe foi concedida por Martin Heidegger em 23 de Setembro de 1966. Segundo a vontade expressa do filósofo de Friburgo, a entrevista só deveria ser publicada depois da sua morte — não por vaidade ou teimosia, como ele tem o cuidado de explicar, mas por razões que se prendem com a necessidade de se absorver por completo no seu trabalho. Heidegger encarou esta conversação como uma contribuição para o esclarecimento do seu “caso”, na medida em que aproveitou essa oportunidade para desfazer boatos e calúnias que o visavam e para, de um modo geral, esclarecer a sua posição em relação ao nazismo e ao III Reich. O diálogo, porém, cedo deriva dos factos para as ideias — as relações entre a filosofia e a realidade política, a “figura” da técnica planetária e a introdução a uma nova maneira de pensar, etc.

HEIDEGGER E A UNIVERSIDADE ALEMÃ

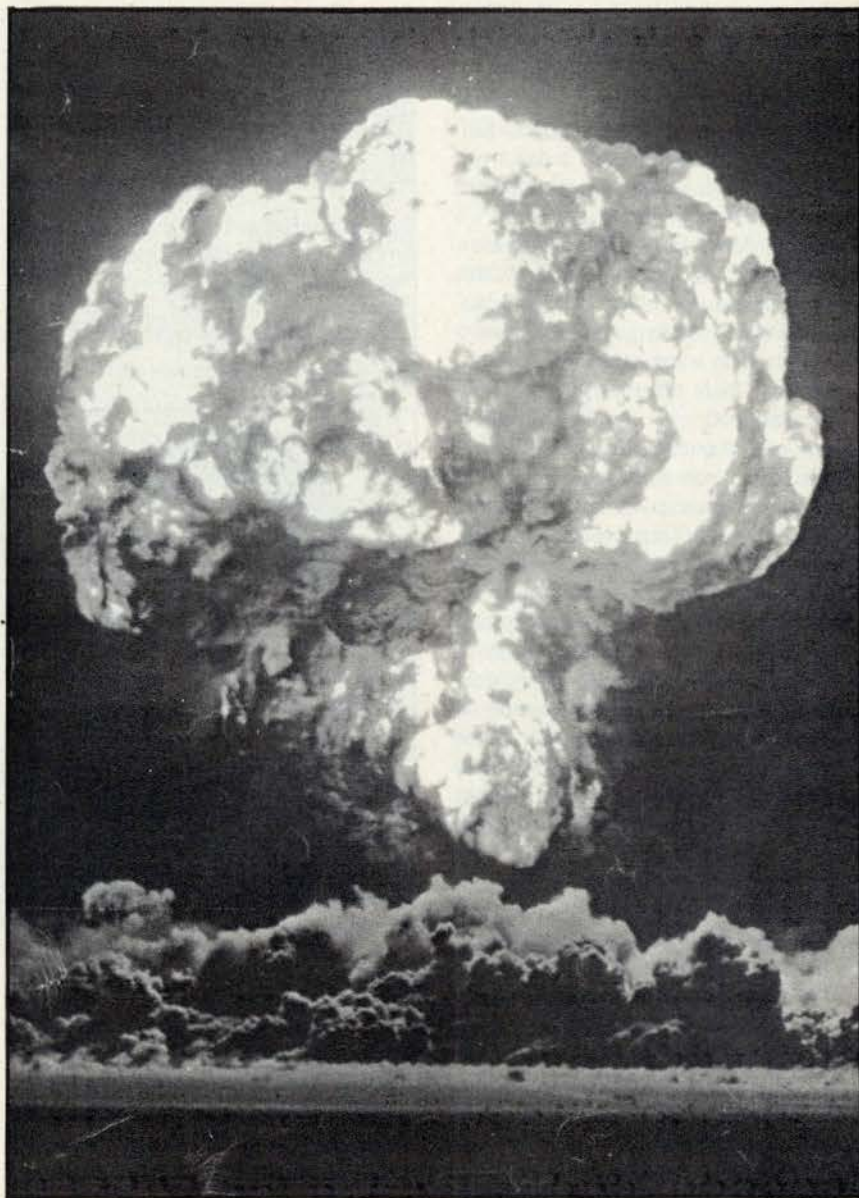
O filósofo de Messkirch começa por esclarecer que nunca se ocupara de política activa antes do seu reitorado. Em Dezembro de 1932, fora escolhido para reitor um vizinho de Heidegger, o prof. Von Moellendorf, o qual foi empossado nas suas novas funções em 16 de Abril de 1933. Heidegger, entretanto, seguia de perto os acontecimentos políticos entre Janeiro e Março de 1933, tendo-os comentado com colegas mais novos. Decorridas, porém, duas escassas semanas sobre a sua entrada em funções, Von Moellendorf foi exonerado do cargo pelo ministro da Instrução Pública do Baden. A oportunidade para esta demissão foi proporcionada pelo facto de o reitor ter proibido a afixação na universidade do infamante “cartaz dos judeus”. Moellendorf, um social-de-

mocrata, no mesmo dia da demissão, disse para Heidegger: “Heidegger, você tem agora de aceitar o reitorado.” Este procurou recusar-se alegando que carecia de qualquer experiência administrativa. Foi então que o vice-reitor, Sauer (Teologia), instou com Heidegger para que este, mesmo assim, se candidatasse, pois existia o perigo de vir a ser nomeado reitor um funcionário do partido nazi. Colegas mais novos com quem, há anos, Heidegger vinha discutindo os problemas da universidade assediaram-no para que aceitasse. Heidegger hesitou durante muito tempo, e ainda no próprio dia da escolha teria dito a Moellendorf e a Sauer que não podia aceitar o cargo. Ao que ambos os colegas responderam que a eleição já estava tão adiantada que lhe seria impossível recusar a candidatura.

O motivo que levou Heidegger a aceitar o reitorado fora já referido na lição inaugural de 1929: *Que é a metafísica?* Com efeito, “a lição

desenvolve a interrogação sobre o ser procedendo a partir da situação das ciências e da sua relação com o existente. É essa 'uma' maneira de pôr a questão, entre outras que são ainda possíveis e necessárias." E Heidegger volta a referir a Rudolf Augstein (director de "Der Spiegel") e a Georg Wolff a situação actual do saber e a sua organização "administrativa": "Os domínios dos nossos conhecimentos estão separados por vastas distâncias. A maneira como cada uma das nossas ciências trata o seu objecto difere essencialmente uma da outra. A multidão das disciplinas, assim "esfareladas", já só deve, hoje, a sua coerência à organização técnica de universidades e de faculdades; só conserva um sentido através dos fins práticos prosseguidos pelos especialistas. Em contrapartida, o enraizamento das ciências no seu fundamento essencial está morto e bem morto."

As soluções para esta situação da universidade — hoje extremamente degenerada — propõe-nas Heidegger no seu discurso de reitorado, *A auto-afirmação da universidade alemã* (editado em Breslau, em 1933, e mais tarde, apreendido pelas autoridades nazis). Tratava-se, para Heidegger — um dos últimos reitores a serem eleitos pelo Senado da sua universidade e não directamente pelo partido, como os "ideólogos" nazis Alfred Bauemler e Ernst Krieck — de, como justamente salienta Arion L. Kelkel no ensaio "Heidegger" defender a universidade contra a suspeita de decadência que sobre ela lançavam alguns nazis, de mostrar que a velha instituição pode participar na obra de "ressurgimento" nacional. À liberdade universitária. feita de licença e de "deixar correr o marfim", contrapõe o novo reitor a liberdade fundada no "compromisso" e no "serviço". O estudante, ligado à comunidade nacional, deverá a essa o serviço do trabalho ("Arbeitsdienst"), das armas ("Wehrdienst") e da ciência ("Wissensdienst"). Cedendo, por razões conjunturais, ao mito demagógico nazi da valorização do trabalho manual, Heidegger afirma que o trabalho intelectual, como o trabalho manual, só ao serviço da nação ganha sentido. Augstein procura, na entrevista de



Explosão atômica

1966, embaraçar Heidegger, contrastando a tomada de posição de 1929 com certas afirmações do discurso de reitorado, nomeadamente: "A muito apregoada 'liberdade académica' é repudiada pela universidade alemã; pois esta era uma falsa liberdade, porque apenas negativa." Heidegger reitera esta sua convicção, precisamente porque, em seu entender, essa 'liberdade' académica, era, com demasiada frequência, unicamente negativa — era a liberdade para se eximir ao esforço de consciência e reflexão que o estudo das ciências reclama.

Heidegger não nega ter visto, embora por breve tempo, na subida de Hitler ao poder, a possibilidade de um verdadeiro "ressurgimento" nacional. Na confusão geral das opiniões e tendências de mais de 22 partidos, impunha-se encontrar, de algum modo, uma nova orientação nacional e, sobretudo, social, algo assim, como salienta Heidegger na referida entrevista, no sentido da tentativa de Friedrich Naumann. Todavia, como vimos, numa ordem imediata, o problema que mais preocupava Heidegger, na qualidade de professor universitário, era a questão

Os que pensam o Mundo e o Homem

do sentido ("Sinn") da ciência e, prendendo-se-lhe, a determinação da missão ou da tarefa da universidade. A auto-afirmação (título que, salienta o filósofo aos seus entrevistadores, ninguém na altura se atreveu a dar a um discurso de reitorado) vai, importante revelação de Heidegger, contra a chamada "ciência política" ("Politische Wissenschaft"), que, já então, tanto o partido como as ligas estudantis nacionais-socialistas começavam a reclamar. Esta expressão tinha, então, um sentido bem diferente do que hoje se lhe empresta: não significava politologia, antes queria dizer: a ciência como tal, o seu sentido e valor são unicamente apreciados em função da sua utilidade efectiva para o povo. Tendência totalitária, comum a outros regimes, a "ciência política" nazi, se não contrariada, teria a breve trecho conduzido à ruína do saquer. Ora, a oposição a esta politização da ciência exprime-se abertamente no discurso de reitorado de Heidegger. Por outro lado e de harmonia com a situação "parcelada" do saber já exposta em 1929, essa Auto-afirmação deveria propor-se ao mesmo tempo, em contraposição à organização meramente técnica da universidade, reconquistar ou recuperar um novo sentido a partir duma reflexão, dum repensar da tradição do pensamento europeu-occidental. A universidade devia, assim, por um esforço próprio e autónomo de reflexão, renovar-se e, desse modo, ganhar uma posição sólida em face do perigo da politização da ciência. Encerremos estas referências com uma citação de Jean-Michel Palmier, autor de uma obra porventura definitiva sobre os aspectos políticos da obra de Heidegger: "Para compreender autenticamente o sentido do reitorado de Heidegger, importa ter em conta a situação dramática que a universidade alemã conhecia. Com a ascensão do nazismo, eram todas as universidades alemãs que entravam numa fase desesperada. O reitorado de Heidegger foi a história duma tentativa e dum malogro final para vencer a crise que então se abria. Heidegger pensou que era ainda possível tornar a dar um sentido à universidade alemã, no seio duma tal situação política. Foi esse o

seu único erro. Ele aprendê-lo-á tragicamente, quando entrar em conflito com o partido nazi."

O FIM DO BREVE REITORADO

Logo dois dias depois da entrada em funções de Heidegger, apareceu-lhe o ("Studentenfuehrer") chefe dos estudantes nazis com dois acólitos, reiterando a exigência da afixação do ("Judenplakat") "cartaz dos judeus".



Heidegger quando professor em Friburgo

Heidegger recusou. Os três estudantes retiraram-se, não sem lhe terem dito que a proibição seria notificada na ("Reichsstudentenfuehrung") Direcção dos Estudantes do Império. Daí a poucos dias, recebia o novo reitor uma chamada telefónica do dr. Baumann, ("Gruppenfuehrer-SA") chefe de Grupo SA, da Direcção do Ensino Superior. Vinha este dignitário nazi exigir a afixação do cartaz, operação já oportunamente levada a cabo noutras universidades. Em caso de recusa, Heidegger teria de contar com a sua exoneração ou, mesmo, com o encerramento da universidade. O reitor procurou, então, obter o apoio do ministro da Instrução Pública do Baden para a proibição que decretara. Este funcionário, porém, declarou que nada podia fazer contra os SA. Mas Heidegger nem por isso suspendeu a sua proibição. Por outro lado, o mesmo reitor viria também a proibir uma "queima" de livros que se deveria

realizar diante dos edifícios da faculdade. Além disso e ao contrário do que uma pertinaz calúnia queria fazer crer, Heidegger nunca mandou retirar da biblioteca do Seminário Filosófico, na qual superentendia, livros de autores judeus, embora recebesse repetidas intimações nesse sentido. Não só não foram retirados quaisquer autores como esses mesmos autores, Husserl sobretudo, continuaram a ser citados e discutidos tal como antes de 1933. Refira-se ainda que a dedicatória de *Sein und Zeit* — tratado capital de Heidegger, publicado em 1927 — a Husserl continua a aparecer na quarta edição da obra (1935), só vindo a ser suprimida na quinta edição, por proposta e desejo expressos de Von Niemeyer, então editor de Heidegger, que vira o livro ameaçado de proibição. Outro boato calunioso que Heidegger tem a oportunidade de desmentir nesta entrevista é o de que, enquanto reitor da Universidade de Friburgo, teria proibido a Husserl a utilização da biblioteca da universidade. O absurdo desta calúnia fica assim demonstrado: durante o reitorado de Heidegger, este conseguiu conservar nas suas funções dois alemães de ascendência judaica: o director da Clínica Médica, professor Thannhauser, e o futuro "prémio Nobel", Von Hevesy, professor de Química Física, que o ministério queria demitir. Ora, é absurdo que tivesse conservado estes homens e procedido tão ignobilmente contra Husserl, de quem fora predilecto discípulo. Heidegger evitou ainda que estudantes e docentes organizassem uma manifestação contra o professor Thannhauser. Na verdade, não poucos professores livres ("Privatdozenten") espreitaram então, ao sabor de saneamentos "políticos", a oportunidade duma "promoção"; a toda essa gente, quando o procuravam no seu gabinete, opôs Heidegger a mais firme das recusas.

No entanto, quando Heidegger assumiu as funções de reitor, sabia muito bem que não conseguiria alcançar os seus fins sem entrar em compromissos. Deste modo, em 1 de Junho de 1933 publica no jornal dos estudantes de Friburgo um discurso em memória de Albert Léo Schlageter, antigo estudan-

te da universidade fuzilado em 1923 pelas tropas francesas de ocupação e que o nazismo convertera em herói. Entre outras iniciativas, o reitor de Friburgo lança, em 3 de Novembro, um Apelo aos alemães, convidando-os a aprovarem o referendo organizado por Hitler por ocasião da saída da Alemanha da SDN. Em 23 de Janeiro de 1934, o Apelo ao serviço do trabalho, destinado aos estudantes, exorta-os, de novo, a seguirem para os campos de trabalho sob a égide do NSDAP. Todavia, a aprovação por parte de Heidegger do "movimento" nacional-socialista não significa para



Estudantes nacionais-socialistas: da grandeza e da vontade do poder

ele obediência incondicional ao partido. A ocasião de rotura não tarda a surgir. Em fins de Fevereiro de 1934, depois de ingentes pressões do partido para que demita dois decanos da universidade considerados hostis ao regime — o jurista Eric Wolff e o biólogo, já atrás referido, Von Moellendorf —, Heidegger demite-se das suas funções de reitor. E é com justificada razão que o filósofo salienta aos homens de *Der Spiegel* que, enquanto a imprensa nacional e estrangeira comentou das mais diversas maneiras a tomada de posse do reitorado, todos se calaram sobre a sua demissão.

A "VINGANÇA" DO PARTIDO

Doravante, Martin Heidegger não aceitará mais qualquer cargo oficial, e consagrar-se-á inteiramente ao seu magistério. A sua filosofia começa a

ser objecto de críticas violentas por parte dos "pensadores" oficiais, sobretudo de Ernst Krieck, reitor de Heidelberg. Este Ernst Krieck, como salienta Gustavo de Fraga ("Sobre Heidegger"), supõe, em *Yolk im Werden* — revista de que é director —, que o "nihilismo" de *Sein und Zeit* é uma ratoeira armada para apanhar os leitores, para os lançar, depois, nos braços salvadores da Igreja, e denuncia a proveniência "hebraica" da filosofia heideggeriana. Em 1942, *Platão e a Sua Doutrina da Verdade* ("Platons Lehre von der Wahrheit") é objecto — não se sabe bem porquê — dum interdito "de qualquer referência ou menção na imprensa". Ensaios como *Was ist metaphysik?* e *Vom Wesen der Wahrheit* tiveram de ser vendidos às escondidas e trazendo capas sem títulos. Heidegger inicia, por outro lado, em 1935 e 1936, os seus cursos sobre Hoelderlin e Nietzsche, o "último filósofo", nos quais demarca

nitidamente a sua interpretação do uso abusivo e quase delirante que fazem de Nietzsche os filósofos oficiais do nazismo. E o solitário da Floresta Negra afirma, por certo com alguma veemência, aos redactores de *Der Spiegel*, a propósito desses cursos: "Todos aqueles que tinham ouvidos para ouvir ouviram que isto constituía uma 'explicação' com o nacional-socialismo." Por outro lado, Heidegger começou a ser permanentemente observado; os seus cursos passaram a ser vigiados por homens dos Serviços de Segurança, como esse dr., Hanke, que, decerto envergonhado das funções que exercera, se confessou ao próprio Heidegger. Refira-se ainda que Heidegger não fez parte da delegação alemã ao Congresso Internacional de Filosofia que se realizou em Praga, em 1934. Seria também excluído, quando do Congresso Internacional Descartes, que teve lugar em Paris, em 1937. Esta ausência pareceu tão estranha à comissão organizadora de Paris que o professor E. Bréhier, da Sorbonne, escreveu ao próprio Heidegger indagando dos motivos por que ele não integrava a delegação alemã. Heidegger respondeu que a organização do congresso se deveria informar a esse respeito junto do Ministério da Educação. Pouco tempo depois chegava-lhe uma intimação de Berlim para que se fosse reunir à delegação alemã. O filósofo recusou-se a obedecer. No último ano de guerra, 500 dos mais eminentes sábios e artistas foram dispensados da obrigatoriedade do serviço de guerra ("Kriegsdienst"). Heidegger não foi incluído nesse número; pelo contrário, foi requisitado para trabalhos de sapa — abertura de trincheiras — além-Reno. Concluídos os trabalhos de sapa, Heidegger ministrou um novo curso em Friburgo intitulado *Dichten und Denken* ("Poeta e Pensar") — uma continuação do seu curso sobre Nietzsche e, portanto, da "explicação" com o nacional-socialismo. Logo à segunda hora, seria mobilizado para o *Volkssturm*, esse derradeiro recrutamento em massa da Alemanha hitleriana, já completamente destruída. De todos os membros do corpo docente chamados às fileiras era Heidegger o mais idoso.

Os que pensam o Mundo e o Homem



O REINO DA TÉCNICA PLANETÁRIA

Para Heidegger, e aqui entramos já no domínio das ideias filosóficas que Heidegger aborda com os seus interlocutores de *Der Spiegel*, o reino da metafísica como doutrina terminou, mas é neste mesmo fim — quando se dá “o obscuramento do mundo, a fuga dos deuses, a destruição da terra, a gregarização do homem, a suspeita odiosa em relação a tudo o que é criador e livre...” (“Introduction à la Métaphysique”) — que ela atinge o seu apogeu. O fragmentar-se da filosofia por tantas outras ciências, o seu desaparecimento enquanto doutrina, o surgimento da antropologia e das ciências humanas não são fenómenos

estranhos à metafísica, mas a realização do seu destino, e a sua essência alcança a perfeição do acabamento no reino da técnica planetária. O movimento planetário da técnica dos tempos modernos, salienta Heidegger a *Der Spiegel*, é um poder ou uma força cuja grandeza determinante de história nunca será exagerada salientar. Uma interrogação decisiva, hoje, para Heidegger é a que visa saber qual o sistema político que melhor quadre à era da técnica. O filósofo confessa aos seus interlocutores não saber como responder a essa pergunta. Afirma, no entanto, não estar convencido de que esse sistema seja a democracia. Para Heidegger, os esforços no sentido duma transformação da democracia são “insuficientes”, bem como os esforços de outras visões do mundo (“Weltanschauungen”) laicas ou religiosas, na medida em que todos esses movimentos não procedem a uma “explicação” com o mundo técnico; continua a presidir a esses esforços a concepção de que a técnica, na sua essência, é algo que o homem controla. O que, em seu entender, não é possível, pois a técnica é algo que, na sua essência, o homem não domina. Pelo contrário, a técnica desenraíza cada vez mais o homem da terra. Esta deixou de ser a “pátria” (“Heimat”) do homem e o filósofo não tem pejo em confessar-se assustado com as fotografias tiradas da Lua para a Terra. “Já não é preciso nenhuma bomba atômica — diz ele —, o desenraizamento do homem é um facto consumado. As últimas relações subsistentes são relações meramente técnicas. Para o solitário de Messkirch, tudo o que surgiu de essencial e de grande decorre do facto de o homem possuir uma pátria (que Heidegger entende num sentido muito regional) e de se achar enraizado numa tradição. A dominação planetária do homem, pressentida por Nietzsche, o “reino do último homem”, realiza-se nos nossos dias. A meditação filosófica tem lugar à sombra da bomba atômica. Por outro lado, para Heidegger, como o salienta Reuben Guilead (“Être et Liberté”), o perigo decorrente da técnica é ainda mais ameaçador: a essência do homem é posta em jogo, corre-se o risco duma

deformação da essência do homem. E citamos Guilead, no mesmo passo: “Para compreender esta asserção, importa renunciar às opiniões correntes que presumem que a técnica das máquinas ou a ciência moderna esgotam a essência da técnica.”

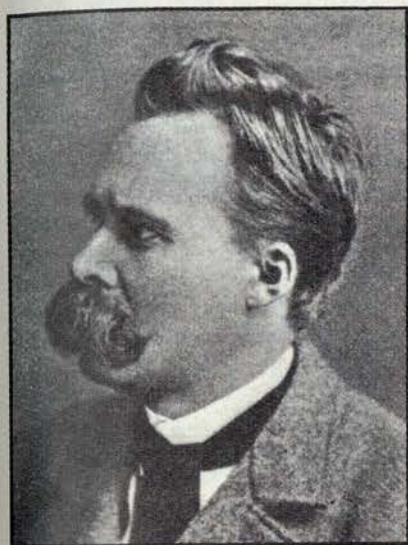
Nem uma nem outra o fazem. Ambas são, tão-só, manifestações da sua essência. Por esta razão, todas as controvérsias à volta de questões tais como “o demoníaco da técnica”, “ética e técnica” ou “técnica enquanto substituto da religião” não passarão de debates inúteis aos olhos de Heidegger. Para ele, só a palavra e uma nova maneira de pensar nos pode dar a possibilidade de aceder à essência da técnica.

UM OUTRO PENSAMENTO OU UM PENSAMENTO “OUTRO”

Ansiosamente interrogado pelos jornalistas de *Der Spiegel* sobre se está ainda no poder do homem isolado ou da filosofia influenciar esta rede de automatismos que conduz a uma forma insidiosa de totalitarismo e ao Estado absolutamente técnico, Heidegger responde: “A filosofia chegou ao fim.” O papel daquilo que até hoje tem sido a filosofia foi agora tomado pelas ciências. A filosofia “dissolve-se”, “resolve-se” em ciências particulares: a psicologia, a lógica, a politologia. E o que vem ocupar o lugar da filosofia?, perguntam-lhe. “A cibernética — responde Heidegger — ou, então, não já a filosofia, mas ... **das andere Denken**, um outro pensamento, uma outra maneira de pensar. Este pensamento será um pensamento interrogativo, pois “a interrogação é a piedade do pensamento”, como diz Heidegger no fim do seu ensaio *A Questão da Técnica* (“Die Frage nach der Technik”). A filosofia não poderá, assim, operar qualquer modificação imediata do estado actual do mundo, o que vale também para toda a reflexão e esforços meramente humanos. E o filósofo afirma na entrevista: “Só um deus nos pode ainda salvar” (“Nur noch ein Gott kann uns retten”). A única possibilidade que nos resta é a de preparar, através do pensar e da poesia, uma “disposição”, um “estado de



Heidegger com Rudolf Augstein e Georg Wolff na sua casa de Friburgo



Nietzsche ou o "reino do último homem"



Heidegger na sua cabana: a questão principal é a sabedoria



A meditação filosófica à sombra da bomba atômica

prevenção" ("Bereitschaft") para a manifestação do deus ou para a ausência de deus na decadência (ocaso); pois que parecemos em vista do deus ausente. Não cabe ao pensamento "agarrar" o deus, mas, quando muito, despertar a disposição da esperança-expectativa ("Erwartung"). Heidegger confessa, depois, não saber ainda como é que este pensar "opera". Poderia dar-se o caso do caminho ("Weg") dum pensar conduzir, hoje, ao silêncio, para preservar o pensamento de ser "vendido por nada" dentro dum ano. Pode mesmo acontecer que ele precise de 300 anos para produzir os seus frutos... Assim, como refere Heidegger na entrevista, talvez se deva ousar esta proposição: "Ao mistério da onipotência planetária da essência não pensada da técnica corresponde ("entspricht") a provisoriabilidade e a imperceptibilidade do pensar que procura pensar este impensado." Por outro lado, como que procurando circunscrever o seu objecto à maneira da teologia

negativa, Heidegger afirma que a distinção, de origem metafísica, entre teoria e prática e a representação duma "transmissão" (comunicação) entre ambas obstruem o acesso à compreensão do que ele entende por pensamento ("Denken"). "Para nós, homens de hoje, a grandeza do por-pensar é excessiva." ("Fuer uns Heutige ist das Grosse des zu Denkenden zu gross.")

Como diz André Amar ("L'Europe A Fait le Monde"), Heidegger é, à sua maneira, um historiador, "mas um historiador do pensamento, e para ele, como para Hegel, o pensamento e a história do pensamento são idênticos. O futuro que ele entrevê é o de uma humanidade que terá reaprendido a pensar autenticamente". As últimas linhas da *Carta sobre o Humanismo* — o primeiro livro de Heidegger em português — constituem uma verdadeira lição de moral intelectual que diz respeito a todos nós:

"Já é tempo de desacostumar-se de sobrevalorizar a filosofia e de, por isso,

lhe vir com exigências. Na presente indigência do mundo, é necessário: menos filosofia, mas mais desvelo do pensar; menos literatura e mais cultivo da letra.

"O pensamento futuro não é mais Filosofia, porque pensa mais originariamente que a "metafísica", nome que diz o mesmo. O pensar futuro também não pode mais, como exigia Hegel, deixar de lado o nome do "amor pela sabedoria" e nem ter-se tornado a própria sabedoria na forma do saber absoluto. O pensar está na descida para a pobreza de sua essência precursora. O pensar recolhe a linguagem para junto do simples dizer. A linguagem é assim a linguagem do ser, como as nuvens são as nuvens do céu. Com seu dizer, o pensar abre sulcos invisíveis na linguagem. Eles são mais invisíveis que os sulcos que o campo, a passo lento, traça pelo campo." ("Carta sobre o Humanismo")

Mística ou gnose, o pensamento de Heidegger — último "filósofo" da Europa na acepção sapiencial do termo — deixa para trás toda a filosofia e "atreve-se" a dar os primeiros passos numa zona essencial para a qual nos convida, mesmo depois da morte física do grande pioneiro, com imenso e amoroso poder persuasivo.

RAFAEL GONÇALO GOMES FILIPE

O CONTRADICIONISTA



FORAM 48 ANOS DE
ALIENAÇÃO COLECTIVA!
FORAM AS MISSAS, FORAM
OS FESTIVAIS, FORAM
OS FOLHETINS,



POBRE POVO QUE
ANDOU TANTO TEMPO
MERGULHADO NO MAIS
PROFUNDO OBSCURANTIS-
MO E AGORA REAGE
EMOTIVAMENTE AO
MÍNIMO ATENTADO
CONTRA UM SECTARISMO
PARTIDÁRIO
EXARCEBADO



CULPA SOBRETUDO DA
BODEGA DO FUTEBOL E
DESSA DROGA DOS SPORTINGS
E DOS BENFICAS!!!



O QUE É QUE TU TENS
CONTRA O BENFICA!!!



Conselheiros da Revolução

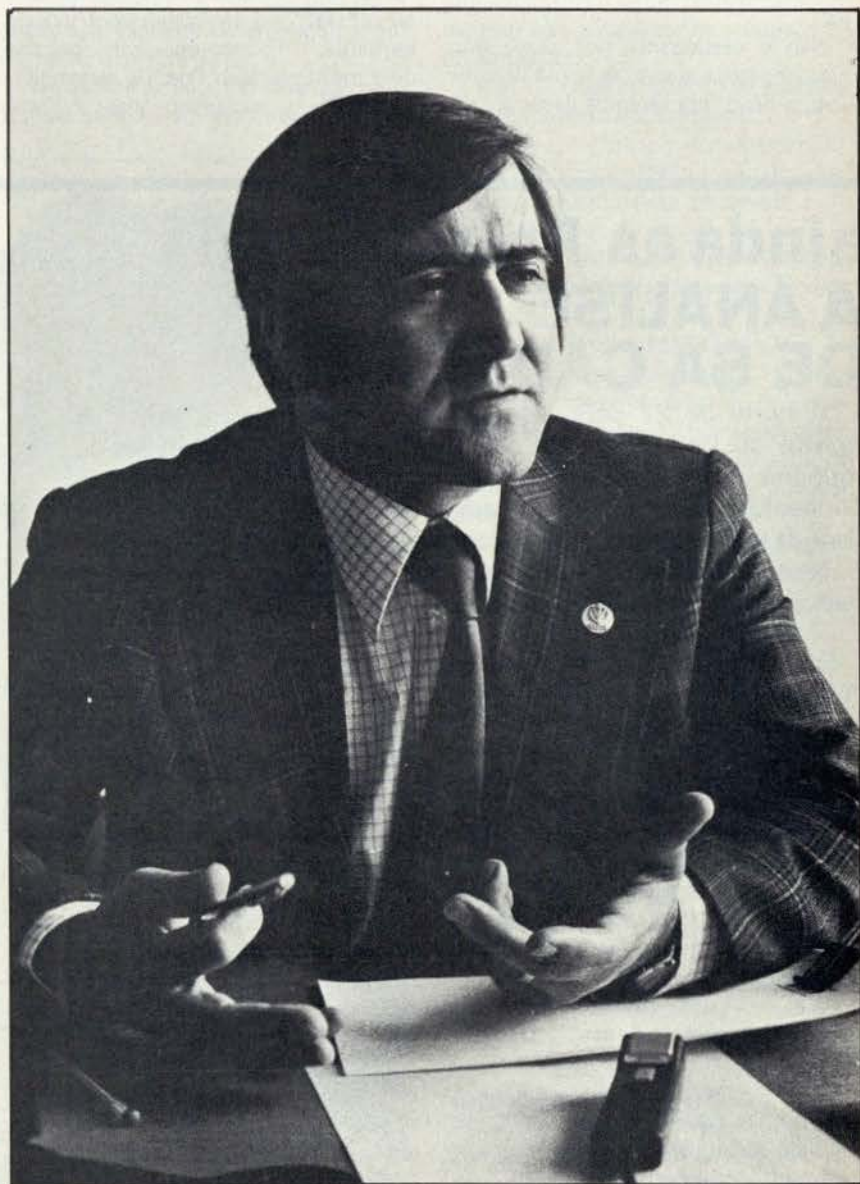
ALGUNS NÃO FALAM A MESMA LINGUAGEM

Os conselheiros da Revolução têm opiniões diferentes sobre o período que se abre com a próxima investidura de Eanes. Opiniões que alguns tratam de explorar em seu proveito.

Algumas conhecidas e destacadas figuras militares deram a conhecer a sua opinião sobre a formação do Governo constitucional. A opinião era unânime: governo homogêneo PS. Mas, entre os conselheiros da Revolução inquiridos nesse sentido, as posições não se mostram concordantes no que respeita às consequências resultantes de um eventual insucesso desse governo.

Ramalho Eanes mostrou claramente no debate televisivo que antecedeu o início da campanha eleitoral a sua vontade em investir um governo que, embora minoritário (face ao conjunto das forças representadas na Assembleia da República), disponha de um programa de reconstrução do País. O perigo representado por um possível falhanço deste governo está implícito na afirmação de Eanes de que os diversos partidos teriam a obrigação de defender o programa aprovado pela Assembleia da República.

Tal parece ser a opinião de Morais e Silva, chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Este general vai mais longe nas suas afirmações ao se mostrar "receoso" caso a experiência falhe. O militar cuja contestação constituiu a causa imediata para o desencadeamento do golpe de 25 de Novembro disse que, se tal acontecer, "toda a gente tem a percepção nítida de que alguma coisa vai acontecer neste país". Essa já não é a opinião do capitão Sousa e Castro, o versátil conselheiro, a quem não poucos observadores apontam a alteração das suas posições após o 25 de Novembro. Sousa e Castro não se mostra tão preocupado com as consequências do possível desaire: "Há-de arranjar-se uma solução democrática." Ainda so-



bre o Governo, o *Diário de Lisboa* deu-nos a conhecer, citando "declarações publicadas pela Imprensa", que a célebre e tão martelada "maioria de esquerda" conta com adeptos entre os militares. O brigadeiro Pezarat Correia, comandante da Região Militar do Sul, teria declarado na sequência das eleições presidenciais: "A maioria de es-

querda é uma realidade." Reforçando esta ideia, o criticado e contestado dirigente militar da principal área do País abrangida pela Reforma Agrária diria que o futuro governo "não é consequência das eleições presidenciais, mas antes das que se realizaram em 25 de Abril passado".

As alterações que se aguardam nas

estruturas militares estão provavelmente relacionadas com a diversidade que atrás traduzimos nas posições de diversos elementos responsáveis. Elas reflectiriam ainda a adaptação dessas estruturas ao período que se abre com a eleição do Presidente da República e a institucionalização da ordem democrática.

Não é certamente por acaso que certa imprensa, dando-se conta da conjuntura nova que vivemos desde 27 de

Junho, não deixa de explorar algumas diferenças, acentuar outras, desvirtuar ainda outras e, até, criar novas... O mesmo **Diário de Lisboa**, para nos limitarmos a um exemplo, recorda aos seus leitores a "íntima ligação" entre o general Eanes e o brigadeiro Vasco Lourenço ao revelar a posição deste face ao futuro: "Vai haver uma política de esquerda." E, reconhecendo que os dois militares "não falam a mesma linguagem", o vespertino avança: "Mas

seria estranho que pensassem de modo diferente sobre problemas em que ambos estão envolvidos e em relação aos quais têm actuado solidariamente." Preparado o terreno, o remate não se faz esperar, apontado à baliza das possíveis diferenças de "intenções" entre ambos os militares: "De resto, Vasco Lourenço não está só..."

Até onde nos levarão estas especulações?

J. M.

ainda as Presidenciais A ANÁLISE DE SÁ CARNEIRO

A noite de 27 para 28 de Junho foi quente em todos os pontos do País. Um, em especial, concentrou as atenções de milhares de pessoas. Referimo-nos, é claro, à Fundação Gulbenkian, por onde desfilaram as mais diversas personalidades da vida política nacional e estrangeira.

Neste número, "VM" traz aos seus leitores mais dois depoimentos colhidos na altura.

Entre o grande número de individualidades políticas que se deslocaram à Fundação Gulbenkian na noite do dia das eleições presidenciais, o secretário-geral do PPD foi das mais abordadas pelos órgãos de Informação nacionais e estrangeiros. Calmo, sempre coerente e não escondendo a sua satisfação — entendível por muitas razões —, Sá Carneiro respondeu a todas as perguntas que lhe foram dirigidas.

"VM" — Como encara a vitória do general Ramalho Eanes? O que representa para si esta vitória?

S.C. — Para além do significado político que esta vitória representa, ela foi bem significativa no que exprime de apoio popular dado pelo País inteiro ao general Eanes. O País votou em liberdade e com consciência, escolheu, e a grande maioria desta escolha não pode deixar de ser, como foi, altamente significativa. Como em todas as eleições importantes para a vida política e nacional de um país, estas presidenciais exigem e merecem uma análise muito especial e pertinen-

te. Parece-me muito significativo e muito expressivo o facto de o general Eanes ter ganho as eleições em distritos como Beja e Évora e ter tido, num distrito como Setúbal, uma percentagem muito mais elevada do que muitos esperavam. Quero ainda referir um outro facto que me interessa salientar: o general Eanes obteve as mais altas percentagens precisamente em distritos onde o PPD tem uma maior implantação política e conquistou maior número de representantes na Assembleia da República.

Quanto ao PCP, parece-me que a sua tão evidente derrota também é muito significativa, mas merece uma análise e uma observação muito especiais. É evidente que o PCP irá rever a sua actuação política. Apesar de a candidatura e de a conduta política recente de Otelo Saraiva de Carvalho apresentarem uma dada desorientação, do que não há dúvida é que numa e noutra se verificou uma tentativa de ressuscitar a chamada linha gonçalvista e de dar novamente vida e força à FUR. Octávio Pato acabou de afirmar há

poucos minutos que o PCP poderá, a breve espaço de tempo, tirar proveito e vantagens do grande número de votos que o major Otelo obteve. Não esqueçamos que grande número desses votos foi concedido por forças políticas heterogéneas. Parece ser evidente que Otelo pretende formar ou procurará formar um novo partido político, mas também é evidente que, se assim acontecer, talvez esse novo partido não venha a ter longa vida e atraia as atenções especiais do PCP. Octávio Pato não escondeu essas possibilidades.

"VM" — Poderá dizer-nos algo sobre os resultados das eleições presidenciais e para as Assembleias Regionais na Madeira e nos Açores?

S.C. — Considero que as eleições para a Assembleia Regional, tanto na Madeira como nos Açores, confirmam a predominância do PPD nos dois arquipélagos. Desde as eleições para a Constituinte que se verifica uma inegável implantação do PPD na Madeira e nos Açores. E os resultados das eleições de hoje, de que acabo de ser informado, confirmam essa predominância e essa implantação. Ao mesmo tempo não posso deixar de associar dois factos: paralelamente à predominância do PPD nas eleições para a Assembleia Regional, quer na Madeira quer nos Açores, nota-se a grande vitória conquistada pelo general Eanes nos dois arquipélagos. ●

Joaquim Ferrer

"O GENERAL E O ALMIRANTE DE ACORDO NO ESSENCIAL"

Na Gulbenkian, estava também o poeta e escritor Joaquim Ferrer, representante em Lisboa da candidatura do almirante Pinheiro de Azevedo.

Vida Mundial — Na sua opinião a doença de Pinheiro de Azevedo prejudicou-lhe a candidatura?

Joaquim Ferrer — Certamente: muitas das pessoas amigas com quem te-

nho falado irão votar noutro candidato, pois não acreditam na recuperação do almirante.

V.M. — Qual a intenção da candidatura de Pinheiro de Azevedo?

J.F. — Confirmar a democracia pluralista em Portugal. Não tenha dúvidas, a posição política do almirante é de centro-esquerda.

V.M. — Acha que o seu candidato tenha possibilidades de ganhar as eleições?

J.F. — Talvez na segunda volta.

V.M. — Com o apoio dos votantes dos outros dois candidatos, pois não seria natural que os eleitores que votassem em Ramalho Eanes deixassem de o fazer nessa segunda volta, não lhe parece?

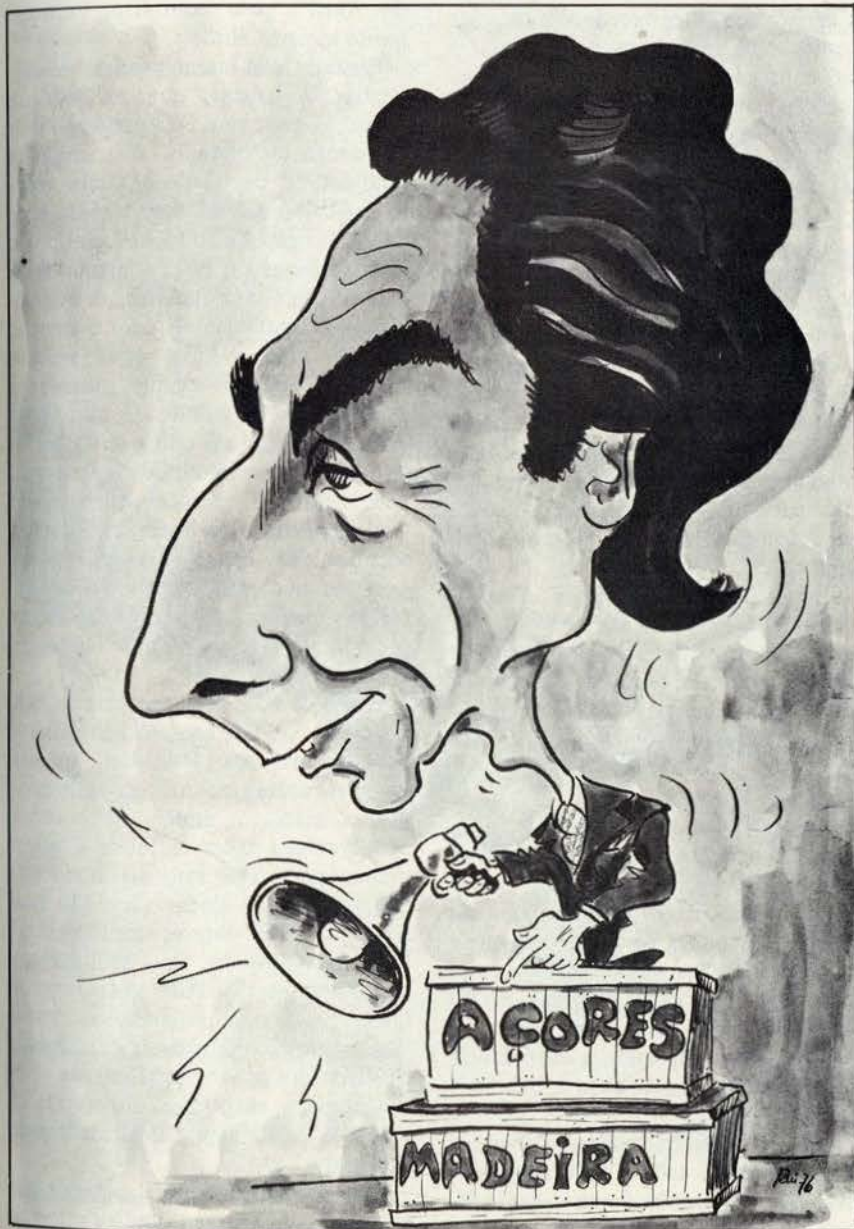
J.F. — Talvez, se Octávio Pato pensasse ser mais fácil influenciar o almirante Pinheiro de Azevedo do que o outro candidato. Mas isso seria esquecer a resistência que o almirante opôs ao seu partido no processo golpista que levou ao 25 de Novembro. Resistência essa, aliás, não só durante o processo mas no próprio dia 25 de Novembro, o que, quanto a mim, constituiu o seu acto mais importante de homem político. Foi por essa resistência ao golpismo totalitário que eu estou com ele e o apoio. Com ele eu tinha a certeza, pois provas dadas não lhe faltam de que a democracia pluralista tinha um guardião firme e seguro.

V.M. — Não acha que o general Ramalho Eanes representa também aquela resistência ao golpismo?

J.F. — Sim, acho e acredito que o general Ramalho Eanes também representa essa resistência. Repare que eu digo acredito. Sabe, o general é uma pessoa que pouco se conhece ainda. Mas acredito que sim e que a diferença entre os dois será só uma questão de tom.

V.M. — E qual será, na sua opinião, essa diferença de tom?

J.F. — Enquanto o almirante baseia a sua tática numa experiência políti-



O Arqui-SÁ

ca, de negociação, o general não se saberá o que irá fazer.

V.M. — No fundamental, portanto, estes dois candidatos estão de acordo?

J.F. — Por aquilo que conheço do almirante e por a aquilo que julgo conhecer do general Ramalho Eanes, penso que no fundamental eles estão de acordo.

V.M. — Nesse caso repetirei a pergunta de há pouco: porque é que o sr. almirante Pinheiro de Azevedo se candidatou?

J. F. — O sr. almirante já expressou as suas ideias a esse respeito. No fundamental, para não haver, digamos,

CUNHAL ABRE O JOGO

“O insucesso aparente será recuperado, e com juros”, declarou Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, apreciando os resultados eleitorais. E acrescentou: “É de notar que a soma dos votos de Otelo Saraiva de Carvalho e de Octávio Pato, excede, em algumas centenas de milhar, os votos do PC e os conseguidos pelos vários agrupamentos esquerdistas nas eleições para a Assembleia da República”.

É de notar, diríamos nós, que durante a campanha eleitoral, Otelo Saraiva de Carvalho foi um alvo constante e tático para os ataques de Octávio Pato, e que não é por acaso que Cunhal fala agora da soma aritmética dos votos de Pato e Otelo. Recado claro que só não o é para os alegres adeptos de Otelo, enebriados pela vitória aparente. Mais claro ainda foi o próprio Pato, salientando para bom entendedor que... o romantismo é uma coisa muito bonita, mas os lugares na Assembleia da República quem os tem é o PC.

Impossibilitado de “colar” à candidatura do general Ramalho Eanes, pelos ataques descabelados que lhe tinha dirigido e, também, pelo apoio dado à candidatura do general por certos partidos, como o MRPP, para além, da clara posição assumida por António Ramalho Eanes contra os partidos “nao-democráticos”, nada mais restava ao PCP que tentar negociar. O golpe de palácio ou o golpe militar. Para qualquer deles, no entanto, precisava de votos. Pelo que a fragmentação lhe serviu — são agora os 60 votos pró-Eanes contra os 40 anti-Eanes um dos argumentos a brandir. Por outro lado, a candidatura de Otelo era exactamente a que mais lhe servia.

Há uma frase que cabe aqui: é que a classe operária sabe o que não quer, mas não sabe ainda o que quer. O PC jogou, claramente, nisso. Ou seja: era previsível, e verificou-se nas divisões surgidas nos partidos que apoiaram

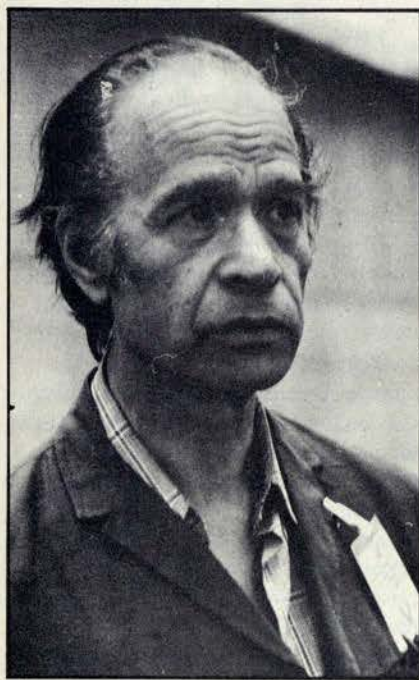
Eanes e que tinham uma base operária, que os trabalhadores portugueses não iam compreender muito claramente que o único programa que servia os seus interesses era o do general Ramalho Eanes. Mas, era-lhes também claro que a solução não estava no PCP, que viram, demasiadas vezes, já, trair greves, trair lutas, tomar posições claramente anti-operárias. O romantismo, o esquerdismo do major Otelo Saraiva de Carvalho, “estratega do 25 de Abril”, pelo contrário, permitia muito maiores ilusões.

Pessoas mal-intencionadas seriam capazes de afirmar que, na António Serpa, houve quem esfregasse as mãos de contente quando viu surgir a candidatura de Otelo. “Otelo mais Pato igual a muitos” deve ter sido uma ideia que rapidamente se formou em várias cabeças do PCP, somando-se às contas sobre a influência na Assembleia da República. E com o mesmo espírito maquiavélico, essas pessoas sugeririam que os ataques furiosos à candidatura “divisionista” de Otelo mais não foram do que a tentativa de lhe aumentar a credibilidade. Atacado pela “direita”, atacado pelo PCP, Otelo aparecia, de imediato, a certos sectores da classe operária e da pequena burguesia, em busca de um caminho como a saída possível. Como se nota pelos resultados eleitorais, resultou.

Como se nota pelas palavras de Pato e Cunhal, o PCP, esse, não se deixa ir em romantismos. Pois sim, senhor, Otelo e acompanhantes divertiram-se muito, atacaram muito (de boca) o PCP, venham agora os juros. E quem pensar que o PCP saiu derrotado não faz mais do que ajudar a torná-lo mais forte: o PCP obteve, com Octávio Pato, os votos dos seus militantes e simpatizantes; o PCP obteve, com Otelo Saraiva de Carvalho, os votos dos seus apoios flutuantes das Legislativas, os dos grupos esquerdistas e os dos iludidos, votos esses que só o PCP, e não os GDUP's, terá capacidade para negociar...

Para os mais distraídos, aqueles que Cunhal ainda não acordou, os que não viram que, no meio da água que bebia,

(Continua na pág. 64)



Joaquim Ferrer: Os apoiantes de Pinheiro de Azevedo, como segunda opção, votariam em Ramalho Eanes

como que um candidato nomeado, o que seria o caso do general Ramalho Eanes. Para preencher essa lacuna, Pinheiro de Azevedo sugeriu outros candidatos, mas como isso não resultasse acabou, ele próprio, por assumir essa responsabilidade. E, na minha opinião, a campanha eleitoral só ganhou com isso. Pelo menos os candidatos foram obrigados a definir melhor as suas posições. J.A.



A tentativa da passagem do não ... sem rede



Em Portugal a Ordem existe sobretudo na sua faceta mundana. Em cima, a missa de São João na capela de Santa Luzia

ORDEM DE MALTA

O MAIS PEQUENO ESTADO DO MUNDO

"Dieu aide Saint-Jean" era o antigo grito de guerra, em francês, dos cavaleiros "hospitalários" (mais tarde, de Malta) que ressoou nos campos de batalha da Palestina até ao século XIII, na batalha de Lepanto, nos celebrados cercos de Rodes e de Malta e em centenas de combates navais travados no Mediterrâneo, entre cristãos e muçulmanos, durante quatro séculos.

Desta antiga congregação hospitaleira e guerreira restam hoje algumas dezenas de professos e cerca de 10 mil "condecorados", quase todos pertencentes à aristocracia (e à alta burguesia) de mais de 30 países.

O dia de São João é o seu dia "nacional". Vimo-los no passado 24 de Junho, em Lisboa, na Capela de Santa Luzia, sede da Ordem em Portugal, assistindo à missa em honra do patrono.

O Estado mais pequeno do mundo reúne o que de mais conservador tem a Europa. Tem apenas algumas dezenas de cidadãos (com passaporte próprio) e o seu "território" não é maior do que o Palácio Malta, na Via Condotti, em Roma, e uma "vila" no Monte Aventino, também em Roma. É governado por um grão-mestre que é ao mesmo tempo cardeal da Igreja Católica (o único que não pode dizer missa), príncipe do Sacro Império Romano Germânico (só existe hoje uma outra sobrevivência, ainda soberana, deste império: o Liechtenstein) e herdeiro das antigas ordens de cavalaria do Santo Sepulcro e dos Templários. Este curioso pequeno Estado é

também aquele que tem a bandeira mais antiga (a da Dinamarca, igual, é uma concessão da Ordem) e o que apresenta menores diferenças sociais entre as pessoas que se podem considerar como seus cidadãos dado que quase todos pertencem à velha aristocracia europeia. Os cargos, na Ordem, têm todos nomes medievais. O ministro das finanças chama-se "Recebedor do Comum Tesouro" e da Saúde e assistência é o "Hospitalário". Estas tarefas são desempenhadas por cavaleiros professos que trabalham também na Secretaria dos Negócios Estrangeiros, no Gabinete de Imprensa e noutras repartições que fazem parte do Governo da Ordem. A assistência

religiosa dos "cavaleiros" está a cargo de padres-capelães, independentes da jurisdição dos bispos e arcebispos das terras onde vivem, que só se sujeitam ao "Prelado da Ordem". Em Itália esta comunidade, ao mesmo tempo religiosa, militar, hospitalar e soberana, tem grandes riquezas (assim como na Irlanda, na Alemanha e Áustria) e possui uma aviação própria (quatro Nordatlas). Tem relações diplomáticas com 43 países, faz parte do Conselho da Europa e de diversas organizações internacionais como a UNESCO e outras.

EM LISBOA: UMA EMBAIXADA SEM EMBAIXADOR

A Embaixada da Ordem em Portugal fica na Rua Silva Carvalho 230, segundo, em Lisboa, mas o embaixador e o primeiro-secretário estão em Roma.

A Associação Portuguesa pouca actividade tem desenvolvido no campo da assistência. Algumas camas no Hospital Maria Pia do Porto, alguma ajuda aos leprosos de Angola, algum auxílio aos retornados e o projecto, recente, de assistência à Guiné-Bissau parece ser o que de mais palpável tem sido feito pelos (actualmente cerca de 80) membros portugueses da Ordem,

todos não-professos. Da Associação, presidida pelo conde de Campo Belo, fazem parte indivíduos pertencentes à aristocracia e (ou) que desempenharam altos cargos antes do 25 de Abril. Têm uma capela, em Alfama, onde todos os anos mandam celebrar uma missa no dia de São João. Nesse dia procedem à admissão de novos membros e confraternizam à tarde durante um *cockail*.

Desde o século XII que os *hospitalários* têm bens e associados em Portugal. Leça do Balio, Belver e Flor da Rosa (junto do Crato) eram algumas das antigas (e imensas) propriedades do Priorado do Crato de que no século XVIII a família real se apropriou. O prior do Crato foi durante séculos um dos mais poderosos senhores feudais do País. Na batalha de Aljubarrota alinhou do lado do Exército castelhano, mas aquele que ocupava o cargo no fim do século XVI celebrou-se por ter disputado o Poder aos Filipes.

Quatro grão-mestres da Ordem de Malta foram portugueses: Afonso de Portugal no século XII, Mendes de Vasconcelos em 600 e Manoel de Vilhena e Pinto da Fonseca no século XVIII. Ainda existe em Lisboa (na Rua das Portas de Santo Antão, onde funciona a Manutenção Militar) o edifício onde estava instalada a Embaixada de Malta no tempo de D. João V. Hoje a ilha é uma república e a Ordem é apenas soberana de alguns hectares na capital de Itália.

ESPALHADA POR 30 PAÍSES

Os professores (fazem votos de pobreza, castidade e obediência) vivem nos priorados italianos, alemão, austríaco e boémio. Os não-professos estão organizados em associações nacionais (mais de 30) espalhados por todo o mundo.

Na Irlanda têm o Corpo de Ambulâncias da Ordem de Malta e em Inglaterra o Hospital de Saint John. Em França têm um pavilhão no Hospital de São Luís e prestam assistência aos peregrinos que se dirigem a Lurdes. Os "cavaleiros" estão presentes, em grande número, no Comité Executivo Internacional para a Assistência aos Leprosos e têm obras de assistência em todos os continentes. A

associação francesa é das mais activas: mantém obras em diversos países e tem auxiliado a congregação portuguesa, segundo consta. As duas associações dos Estados Unidos têm fama de ter muito dinheiro e o priorado de Roma, está muito ligado ao Vaticano. As mulheres também podem inscrever-se nesta organização que já foi militar — em Barcelona, existem ainda as "Comendadoras de S. Juan".

HISTÓRIA DA ORDEM

A Ordem começou por ser uma comunidade religiosa que o beato Gerardo fundou para manter o Hospital de São João de Jerusalém dedicado aos peregrinos e doentes que demandavam a Terra Santa. Os "irmãos" acumularam a partir da primeira cruzada o papel de *hospitalários* e o de

Frei Ângelo de Mojana, príncipe e cardeal, é o septuagésimo sétimo grão-mestre da Ordem de Malta



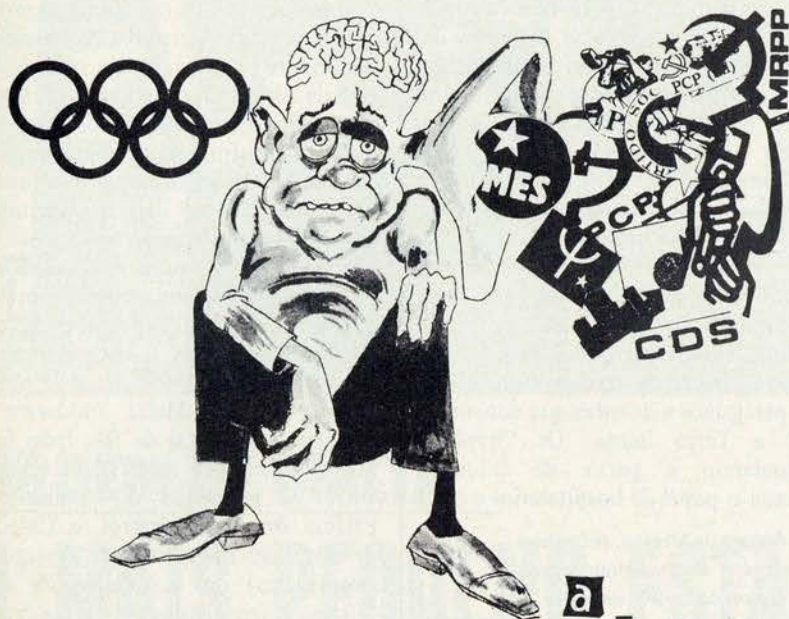
militares, fundaram casas (comendas, baliados e priorados) em toda a Europa e transformaram-se na mais célebre das ordens de cavalaria.

Expulsos da Terra Santa com os outros militares cristãos, os *hospitalários* fixaram-se em Rodes que encheram de fortalezas (entre elas o hospital de São João e o palácio dos grão-mestres) e transformaram numa operosa base naval contra o poder dos turcos. Após um cerco que aguentaram heroicamente tiveram novamente de retirar, desta vez para a ilha de Malta onde desenvolveram actividade militar e naval semelhante contra os turcos. Fizeram desta ilha o mais impressionante conjunto de fortalezas de toda a Europa e em Malta fundaram o "terceiro" Hospital de São João (que nos séculos XVII e XVIII se contava entre os primeiros do mundo). O Palácio dos Grão-Mestres, a Catedral de São João Baptista e os "albergues" (residências) dos cavaleiros de cada "língua" (país) podem ainda ver-se hoje em La Valette — a capital da ilha (nome do grão-mestre que comandou a resistência da ilha a um cerco montado pelos turcos e que ganhou por isso a admiração da Europa). Também daqui os cavaleiros acabaram por ser desalojados por Napoleão, quando se dirigia para o Egipto, mas o trabalho de Bonaparte foi "facilitado" por alguns *avaleiros* pertencentes à maçonaria.

Depois disto a Ordem Soberana e Militar de São João de Jerusalém, dita de Rodes e, mais tarde, de Malta, fixou a sua sede em Roma e entrou, durante todo o século XIX num período de grande decadência, desde que abandonou (com a saída de Malta) a sua actividade militar. Passou a dedicar-se, exclusivamente, aos doentes e peregrinos.

Após a morte (causada, segundo Roger Peyrefitte, pelo emissário de um cardeal da Cúria Romana) do grão-mestre Chigi, em 1951, a Ordem de Malta passou por um período de graves dificuldades nas suas relações com a Santa Sé. Em 1961 a crise acabou e foi aprovada pelo Papa a Carta Constitucional (que, com o Código de Rohan — nome de um grão-mestre do século XVIII — constitui hoje a lei fundamental). No ano seguinte, frei Ângelo de Mojana foi eleito septuagésimo sétimo grão-mestre.

● F.S.



OTELIMPIADAS-I

Eis-nos finalmente no Verão. E um Verão que promete ser “quente”, senão somente pela política, pelo menos pela falta de água e cortes de energia.

Aliás, tradicionalmente — uma tradição que vem apenas de há dois anos... — habituámo-nos a que todos os meses fossem mais ou menos “quentes”, mesmo no pino do Inverno, com todos os “frissons” dos solavancos processuais em curso desde 25 de Abril de 74.

Assim, depois deste tempo agitado, em que o ensurdecer político foi geral em maior ou menor grau, de que demos exemplo em crónicas anteriores, o desporto também entrou na liça, pois era mais ou menos desportivamente que os novos senhores politicavam, ora em grandes corridas de fundo, ora em saltos de barreiras e barreirinhas, ou lançamentos de pesos em forma de “slogan” político...

O que, em termos de desporto, entendido como “desporto de massas”, temos, que o agitar das ditas

massas, tornaram mais evidentes a forma de “desporto” a que nos referimos hoje. Portanto, é de não espantar, dentro dos moldes da nova Sociedade criada (a já tão nossa conhecida SNSP — Sociedade Nacional dos Surdos Políticos), o aparecimento do novo desporto sob forma de competição individual e por equipas, representativas e proporcionais, neste caso, às massas agitadas — entenda-se aqui o agitar como o movimentar dos corpos no esforço desportivo. Sim, porque realmente temos que reconhecer nos participantes destes “jogos”, a sua qualidade de desportistas, pois não os queremos tomar tão a sério como podem parecer os seus antecipados “deslouro” da derrota, mas aceitando — embora nem sempre — a competição aberta.

Como dissemos, a preparação para as provas destes “amadores” começou há algum tempo, tendo o seu auge nos tempos céleres que se seguiram ao início do estágio convocado a 11 de Março de 75.

Assistiu-se então ao desenrolar das provas e à pré-selecção dos participantes.

Antes, porém, foi ponto assente, a escolha de provas que iriam preencher os Jogos, tendo em conta as que mais se adaptavam às características dos participantes...

Foram assim estabelecidas as provas seguintes:

1 — Fuga dos 100 metros (velocidade pura);

2 — Fuga especial dos 110 metros com barreiras (inspirados, sem dúvida, na novel arte de barrar ruas);

3 — Provas de fundo para “submarinos”, isto é, para os participantes mais habituados a correr longas distâncias em terrenos alheios, baseados no “quem corre por gosto não cansa”;

4 — (As)salto em altura (teste ímpar para os escaladores de casas a ocupar);

5 — Salto à G-3 (em vez de vara);

6 — Corta-mato (para especialistas treinados no 25 de Novembro);

7 — Hispismo (que neste caso se transformou em “Chaimitismo” por razões óbvias);

8 — Lançamento de pesos (sem conta nem medida...);

9 — Projecção de martelo (evidentemente);

10 — Tiro ao Pato (prova preferida dos franco-atiradores);

E finalmente os desportos aquáticos, para os participantes de superfície (vulgo “rolhas”), como o pólo acrobático (para os especialistas habituados aos frios polares — leia-se sibéricos) e as provas a “todo o pano”, para os técnicos dos “panos quentes” após o 25 de Novembro, dia marcante, como se vê, na preparação dos pré-otelímpicos.

Então, hasteada que foi a bandeira presidencial no Estádio Olímpico Setúbalchevense — pista eleita para as actividades — depois dos desfiles dos GDUP's (Grupos Desportivos da União dos Políticos Surdos) foram declarados abertos os Jogos.

● OTO RINO

Painel de azulejos evocativo de Francisco L. Lázaro na maratona dos Jogos Olímpicos de 1912, em Estocolmo, na rua de Lisboa que tem o seu nome.



"Ô GENTE FORTE, DE ALTOS PENSAMENTOS"

COORDENAÇÃO
DE TOMAZ RIBAS

De quatro em quatro anos o mundo é cenário de um acontecimento que faz afluir a um determinado país as atenções internacionais. Referimo-nos às Olimpíadas. Este ano o facho olímpico acende-se no Canadá. Portugal aí marcará presença como de costume. E é a propósito deste grande encontro desportivo que nesta separata damos, numa breve antologia, os aspectos mais marcantes da cultura física desde há séculos praticada em Portugal realçando-a nas suas facetas estética, sociológica e histórica.

D. DUARTE E O DESPORTO

Era D. Duarte, por dotes temperamentais e por cultura livresca de carácter ético-religioso, um espírito propenso as pesquisas esmiuçadoras do mundo afectivo. Com que luciferina pupila não desce o monarca até as camadas mais fundas da psique humana! É vê-lo, com a serenidade e a frieza introspectivas dum Espinosa cristão, e como se tratasse de “linhas, superfícies ou volumes”, desfibrar, relacionar, classificar sentimentos, emoções, paixões, instintos, volições; trazer até a superfície as radículas das mais obscuras e recalçadas tendências! Tanto o “Livro da Montaria” de D. João I, como o “Livro da Ensinança de bem cavalgar toda a sela” de D. Duarte interessam no mais subido grau ao verdadeiro desportista. Já Gabriel Pereira, nos finais da centúria passada, escrevia pelo que toca ao “Livro da Montaria”: “se neste país houvesse gente de gosto, homens de “sport” a valer (sic), o velho manuscrito de há muito estaria reproduzido em edição de luxo”. Justíssimo!

Estas incitadoras palavras aplicam-se, porém, com mais justa razão ao “Livro da Ensinança” de D. Duarte.

Porquê? Repare-se no seguinte: a “Ensinança” de D. Duarte não excede nem em conhecimentos de perito de “manhas”, nem em grau de doutrinação técnica, o “Livro da Montaria” de D. João. Pois bem.

Numa coisa sobreleva D. Duarte ao seu paterno predecessor: é na consciência crítica — claríssima! — do que deva ser a pedagogia. Com efeito, D. Duarte compreendeu que toda a pedagogia — seja a desportiva, seja a moral, seja a religiosa, seja a ética, seja a política — tem, para ser eficiente, actuante e não mero “flatus vocis”, de assentar solidamente os seus alicerces sobre a psicologia.

“Nemo pedagogus nisi psychologus”. Ninguém pode ser pedagogo sem ser psicólogo.

Como doutrinar o moço sem conhecer a sua alma? Como fazer horticultura sem conhecer as plantas? Como fazer cirurgia sem conhecer anatomia? De que servem as normas, os avisamentos, as técnicas, os programas.

Para ElRei D. Duarte o desporto deve ser — estrutural e funcionalmente

— “obra racional”, isto é, feita com peso, mesura, equilíbrio. Aviso inteligentíssimo e, mais do que nunca, oportuno; quanto deviam reflectir sobre ele os moços lusos que para aí vemos entregaram-se, irracionalmente, ao desporto, sem dúvida com generosíssimo coração e limpidíssimo ideal!

Mas aí de nós! não é o “coração” (se por este significarmos, a maneira popular e simbólica, o ímpeto vital, o dinamismo álaçre, a “fúria”) que regula o desporto.

Do coração — opina D. Duarte — nasce o “empacho”. E que provoca o empacho?

“Torva toda cousa, ainda que seja conhecido que he boa pera fazer”, ou ainda “o empacho... pertence sollamente ao sentido do coração, que nom riguarda razoadamente se he bem ou mal aquella cousa de que o ha, mais de sy o filha muytas vezes em cousa que o homem conhece que he mal de o haver...”

Quer dizer, o “coração” não sabe julgar, não valoriza com justeza; ora acerta, ou desacerta; turva o desporto; se isto é exacto — e nós o julgamos — pergunta-se:

Pode considerar-se “desporto” uma obra em que não reine, como lei soberana, a “razão”? *SÍLVIO LIMA* (in “Ensaíos sobre o desporto”)

Caça ao urso no tempo de D. João I

“E este jogo de andar ao monte de ussos ou de porcos compreende e repara totalas cousas pera que todolos jogos foram alevantados, tam bem a recrear o entender como o feito das armas, ca ele juntamente dá folgança a recreamento a todolos sentidos polas cousas que se em eles fazem; e outrosi aos que dele bem usam lhes guarda que nom percam o uso das armas, ca o que cada um dos jogos faz apartadamente por si, o jogo da monteria o faz juntamente, convem a saber.

Nós vos dissemos que o entendimento cansava em ver muitas cousas que lhe fossem maas de departir, e que sua folgança era ver cousas ligeiras de passar com prazer. Ora veede se o ver, que é o mais principal sentido — porque o entender filha com este mais prazer —, veede se quando for anojado se o pode perder em veer muitos cavaleiros e escudeiros mui bem encavalgados de boos cavalos, e outrosi vestidos como compre pera tal mister...

Ainda aí ha muitas outras cousas que se pode o entender em as veer nom menos deleitar que em isto que dito havemos: ca ver homem como vão



os moços poer os caaes, quando muitos som, nom duvidedes que nom é mui fremosa vista, já em veer quando o usso sae por alguma travessa do monte e os sabujos veem todos juntos com ele, e de quando em quando o vão filhando; por certo mui enfermo seria o entender que com tal vista nom perdesse algum cansaço, se o em si tivesse, polas cousas sobreditas que polo veer em este iogo lhe som demonstradas, como dito havemos.

Já quando o usso sae por alguma armada, entom é tam fermosa cousa de veer, que aqueles homens que o veem nom podem ser tam pouco monteiros que nom sejam em tal folgança, que totalas cousas que houvessem de fazer que lhe nom esquecessem ca, em dizer verdade, esta vista é tam saborosa em veer...

Assi mesmo, se o entender cansa polo ouvir, ouvindo cousas que o anojam, este jogo o esforça, polas mui

saborosas cousas de ouvir que em este jogo som feitas, ca mui fermosas cousas som de ouvir, quando os monteiros tangem rastro, e depois em ouvir quando os cães vam a achar a vozes, e acham, já quando todos correm ensembra. Esto nom é de osmar, ca podemos dizer mui bem que Gilhelme de Machado nom fez tam fermosa concordança de melodia, nem que tam bem pareça, como a fazem os cães, quando bem correm; ainda mais o tanger das bozinas e o falar dos moços, quando falam aos cães, demais quando dizem: "ei-lo vai! ei-lo vai!"; todas estas cousas som tam pertencentes pera correger o entender, se cansado é por ouvir cousas que o anojem e o façam cansar, como o ruibardo pera correger o fígado...



D. JOÃO I

Cavaleiro do final do século XII



Cavaleiro português do século XIII

JUSTAS E TORNEIOS DA IDADE MÉDIA

Uma vez a cavalo, o nobre medieval podia entregar-se a uma série de exercícios desportivos, todos eles mais ou menos violentos. Desses, os mais vistosos e conhecidos eram sem dúvida as justas e os torneios.

Embora os textos portugueses mencionem ambas as palavras, parece difícil distinguir nelas conceitos diferentes. Em princípio, a justa tratava-se apenas entre duas pessoas, enquanto o torneio assumia foros de contenda múltipla. Mas havia casos de justas colectivas. Em 1414, nas festas oferecidas pelo infante D. Henrique em Viseu, "foram as justas mui grandes, nas quais justou o infante D. Duarte e aqueles gentis homens que com ele vieram, e da outra parte justaram os infantes e os mais daqueles fidalgos e gentis homens que eram com eles...".

A justa era um combate entre dois cavaleiros armados de espada ou de lança. Não vale a pena descrever a ostentação dos arreios e das armaduras que usualmente acompanhava esta espécie de duelos. Justas e torneios enfileiravam entre os divertimentos

mais populares da aristocracia. Realizavam-se geralmente num terreiro (teia) delimitado por vedações, com palanques e tribunas onde tomavam assento os espectadores, entre os quais numerosas damas. Mas havia casos de justas e torneios em plena via pública. Nas festas do casamento por procuração de D. Leonor, irmã de Afonso V, com o imperador da Alemanha (1450), foi o próprio rei quem "desafiou" os cavaleiros para as justas reais que manteve na Rua Nova", ou seja, na principal artéria de Lisboa. Um passo do "Livro da Montaria" faz supor que tal costume seria habitual.

Espectáculo por assim dizer obrigatório em todas as festividades, o torneio do século XV assumia foros de representação teatral ou de concurso de elegância, com os cavaleiros vestidos por vezes de maneira exótica e disputando um prémio estabelecido. Nas mencionadas festas de 1450 foram "propostos grados e empresas mui ricas para quem mais galante viesse à teia, e assim melhor justasse. A que o infante D. Fernando veio com seus

aventureiros (por aventureiros ou ventureros se designavam os justadores de um mesmo partido ou facção) vestidos

de guedelhas de seda fina como selvagens, em cima de bons cavalos em vestidos e cobertos de figuras e cores de alimárias conhecidas, e outras, disformes, e todas mui naturais. E o infante D. Fernando, por melhor justador, venceu então o grado, que foi uma rica copa, de que fez logo mercê a Diogo de Melo. E assim vieram outros seis aventureiros do infante D. Henrique, ricos e em boa ordenança, e após eles outros muitos, que no primeiro dia, e em outros que el-rei manteve, justaram, em que se fizeram notáveis e maravilhosos encontros".

Contudo, o torneio podia ser bem perigoso e até mortal para os contendores. Em tempos mais bárbaros, degenerava muitas vezes em batalha ou provocava-se para ajuste de contas. O famoso encontro de Arcos de Valdevez, em 1140, não passou de um torneio desse tipo entre portugueses e leoneses.

A justa tinha as suas regras, tanto no que dizia respeito à colocação dos adversários como no tipo das armas a utilizar, na maneira de vibrar apenas "rodadas" de vinho ("salvo se for vinho para beber logo e pagar, que não passe quantia de 20 soldos").

A. N. OLIVEIRA MARQUES

A TRADIÇÃO DA CAVALARIA PORTUGUESA



“Os Doze de Inglaterra” — gravura de uma edição de “Os Lusíadas” do século XVIII

Sem que isso constitua afirmação ousada deve dizer-se que a representação de desportistas portugueses no estrangeiro, isolados ou em conjunto, vem de longa data e não custa evocar, no início desta relação, uma que a História regista e que ficou eternamente gravada no bronze imorredouro desse magnífico poema que o génio de Camões nos legou:

“Dos cavalos o estrépido parece

Que faz que o chão debaixo todo treme:

O coração no peito, que estremece,
De quem os olha, se alvoroça, e teme:

Qual do cavalo vòa, que não dece;
Qual co’o cavalo em terra dando, geme;

Qual vermelhas as armas faz de brancas;

Qual co’os penachos do elmo açouta as ancas”

Na verdade, quem pode negar a essa magnífica façanha dos nossos cavaleiros de antanho, que o grão Magriço comandava, a glória de ser a primeira prova de destreza dada por portugueses em terras estranhas? Será ousadia, ou irreverência lembrar, a propósito, a acção dos “Doze de Inglaterra”.

mesmo que ela tivesse sido ditada pelo cavalheirismo e, sobretudo, pelo patriotismo? Teriam eles obtido o retumbante êxito que a crónica nos descreve se não fossem possuidores de todas as qualidades físicas e morais que hoje se procura exigir igualmente a quantos aparecem nas pistas onde se pratica desporto?

Não seria a “arte de bem cavalgar toda sela” e a “ciência de empunhar a lança como convém a todos os filhos d’algo”, ao serviço da alma forte dos cavaleiros lusitanos, a razão do triunfo, em justa de tanta responsabilidade?

É natural que tenha sido tudo isso, como é incontestável que na primeira saída de desportistas portugueses ao



estrangeiro a glória aureolou as suas fronteiras e fez cair sobre o nome de Portugal a gratidão das damas inglesas, cuja delicada situação foi salva a golpes de energia, coragem e audácia por esses magníficos “Doze de Inglaterra”.

JOSÉ DE AYALA BOTTO (in “Desportistas Portugueses no Estrangeiro”)

A ARTE DE BEM CAVALGAR TODA A SELA

“E para dar grande golpe de talho, deve ferir da vinda do cavalo e do corpo e da soltura do braço tudo juntamente. Aquesto achei em torneio muito aprovado; cá se eu feria estando quedo do braço solamente, dava assás pequeno golpe, e se em vindo o cavalo da soltura do corpo e do braço juntamente, o golpe era maior em grande vantagem. E aquesto é um aviso para quem em torneio quiser fazer formosos golpes: que poucas vezes fira se não da vinda; firmando-se sobre as pernas, solte bem o corpo e o braço com a espada bem apertada na mão, faça seu golpe não todo travesso nem de cima para baixo, mas em viés para fundo. E para isto cumpre não fazer voltas curtas em grande torneio...”

... e vá bem atentado por se guardar de cair sem proveito, como a muitos em tal tempo acontece. E passando a primeira vinda, fira sempre em lugar assinado, e como dera um, logo vá a outro sem curar de fazer volta até que não passe todo o campo, requerendo

os lugares das principais vistas. E onde vir que alguns dos seus estão em pressa cercados doutros, ferindo rijo entre eles, espalhando-os da vinda do cavalo, logo passe e vá ferir em outros”.

Destas manhas suso scritas que a cavalo se costumam fazer screvi assi largamente, por alguu costume e grande afeiçom que delas houve, e esso medês das manhas outras de força, ligeiriza e braçaria, que os cavaleiros e scudeiros em esta terra muito avantejadamente sabiam e usavam de fazer...

E porem dou conselho aos senhores e a outra gente mancebe, a que estas manhas convenham, que consiirem que seus corpos som assi como suas herdades, as quaes, se nom forem bem aproveitadas e lavradas, daróm de sua natureza spinhos e cardos e outras ervas de pouco valor, e com trabalho e compimento e aproveitamento delas dam taes frutos, de que principalmente em esta vida havemos nossa governança.

D. DUARTE



Ô GENTE FORTE, DE ALTOS PENSAMENTOS

Ô gente forte de altos pensamentos

Vós Portugueses, poucos quanto fortes,

Olhai que ledos vão, por várias vias,
Quais rompentes leões e bravos touros,
Dando os corpos a fomes e vigias,
A ferro, a fogo, a setas e pelouros,
A quentes regiões, a plagas frias,
A golpes de Idolatras e de Mouros,
A perigos incógnitos do mundo,
A naufrágios, a peixes, ao profundo.

Demónios infernais, negros e ardentes,
Cometerão convosco: e não duvido
Que vencedor vos façam, não vencido.

Os Cavaleiros tende em muita estima,
Pois com seu sangue intrépido e fervente
Estendem não somente a Lei de Cima,
Mas inda vosso Império preminente.
Pois aqueles que a tão remoto clima
Vos vão servir, com passo diligente,
Dois inimigos vencem: uns, os vivos,
E (o que é mais) os trabalhos excessivos.

Para servir-vos, braço as armas feito,

LUIZ DE CAMÕES
(in "Os Lusíadas")

quase em absoluto alheios ao desporto
e a vida ao ar livre.

Uns não entendem os outros, e nem sequer procuram entender-se, o que é lamentável. E esse divórcio está tão arreigado no espírito do público que, mais de uma vez tenho assistido à surpresa de alguns, que apenas me conhecem do campo desportivo, ao saberem que sou o autor desta ou daquela obra literária, e também já divisei uma reacção de espanto ou de ironia em certos camaradas de letras, ao tomarem conhecimento da minha actividade tenística.

Ambos os grupos reagem como se tal simbiose fosse um fenómeno uma coisa impossível, quando, na verdade, não há conjugação mais útil e natural. Alguns críticos superficiais atiram para cima do desporto, sobretudo do futebol, a culpa inteira desse estado de coisas, e até do pouco vigor da nossa



Cultura e desporto

Começo por dizer que vejo uma estreita relação entre cultura e desporto, actividades que mutuamente se devem completar. Pelo que respeita a Portugal, parece divisar-se um certo divórcio e até oposição entre esses dois compartimentos. Para um lado, está a grande maioria, exclusivamente interessada no espectáculo e na audição dos relatos das pugnas desportivas, sobretudo do futebol, numa atitude de absoluta estranheza, ante a literatura, as artes e o progresso científico; letra impressa, só quando lhe fala da bola.

Para o outro lado, vive um escasso punhado de intelectuais, que se dedica a leitura, aos concertos, as exposições e ao debate dos assuntos culturais,



vida intelectual, mas uma análise mais funda, nega-lhes a razão. Seria talvez como eles dizem, se nós fôssemos, na verdade, um país com um alto nível desportivo, onde a maior parte da gente passasse o tempo nos campos e nos ginásios, mas em Portugal escreve-se e fala-se muito de desporto — de futebol —, mas muito pouco se pratica.

O que contraria em parte a cultura é o desporto como tema literário, é o jogo como espectáculo, é o excesso de importância que se atribui a competição. Mas esse estado de coisas tanto prejudica a cultura como o próprio desporto, o que se prova pelo facto de funcionarem apenas umas 30 bibliotecas, com uns escassos 90 000 requisitantes por ano, ao mesmo tempo que nem sequer 1 por cento da população pratica qualquer desporto; o que se conclui da circunstância de se terem publicado em 1950 — última estatística que conheço — apenas 22657 livros, enquanto não somos detentores nem de um único título olímpico.

Como argumento do nosso ponto de vista, temos ainda o exemplo de outros países, como a Suécia, nação menos populosa do que a nossa, onde simultaneamente prosperam as duas actividades. Ali, ao mesmo tempo que existem 800 estádios, 3500 campos de jogos, 64 cortes de ténis cobertos e 51 piscinas, cabendo-lhe um magnífico palmarés olímpico, são sustentados 500 escritores profissionais, produzem-se num ano cerca de 50 filmes de grande metragem, funcionam 23 teatros com elencos privativos e mais 200 palcos na província, onde se deslocam companhias itinerantes, periodicamente.

Eis um claro exemplo de que não existe qualquer oposição real entre o

verdadeiro desporto e a verdadeira cultura, e que o divórcio, coincidindo com o retraimento de ambas, surge apenas quando uma ou outra, ou ambas as actividades, são desviadas do seu curso normal, quando as afecta uma causa mais funda e larga.

Com a industrialização, crescendo e complicando-se os aglomerados urbanos, criaram-se condições especiais de "habitat" que o homem só pode resolver recorrendo com frequência ao exercício físico e a vida ao ar livre.

Portanto, qualquer tentativa para elevar o nível intelectual dum povo tem necessariamente de seguir a passo com a renascença da respectiva cultura física.

MARIO BRAGA

DESPORTO E SOCIEDADE

Que o desporto gera benefícios de ordem "biológica, estética e ética", eis uma verdade de Pero Grulho, clara como a luz meridiana; agora que o desporto tenha sido e seja um dos agentes mais poderosos da "democratização" social (benefícios, portanto, de ordem política) eis uma verdade que só pela primeira vez vi apontada, embora ao de leve, por Francisco Nitti.

Com efeito, o desporto constitui uma "escola (ou "gimnásio") permanente de sa democracia. O desportista baseia o seu prestígio, ou fundamenta os seus méritos, não sobre privilégios de "casta", de "herança" ou de "riqueza", mas sobre autênticas, irrefragáveis qualidades "pessoais", adquiridas laboriosamente mercê dum esforço individual, livre, paciente e disciplinado. O campeão do salto a vara, do tiro a pistola, do "tennis", da corrida a pé, do "crawl", o equipo vencedor do remo, do barco a vela, do "foot-ball", alcançaram as suas "posições hierárquicas" graças ao aplauso unânime dos seguintes postulados a que chamaremos político-desportivos:

1 — todos os concorrentes são "iguais" em direitos e deveres perante as provas; 2 — todos os concorrentes realizarão o "fair-play", isto é, um

jogo limpo, transparente, sem tachas nem véus hipócritas; 3 — so será proclamado campeão o jogador que tiver revelado mais nítidas e sólidas aptidões "desportivas". A selecção desportiva, orientada por este código universal (espécie de "Declaração dos Direitos do Desportista e do Cidadão") é, pois, rigorosamente democrática (as portas do desporto são largas e estão sempre abertas para todos); é o "povo" que concorre, que luta, e é dentre a onda do povo, sem prejuízos de dinheiro, de família ou de posição profissional que brotará — tal como Afrodite esplendorosa da onda glauca — o vencedor. O desportista faz-se a si mesmo; é uma criação pessoal, uma "conquista" do homem sobre o próprio homem. Se é certo que todo o soldado guarda invisível na sacola o bastão do possível marechal, não menos certo é que todo o desportista, ainda o mais humilde, tem invisível na cabeça a coroa do possível campeão.

A natureza dir-se-ia, aqui no desporto como em todas as actividades humanas (arte, ciência, política, religião, economia, etc.), ter querido ensinar ao homem que as forças do mundo são tanto mais espertas e criadoras quanto mais afundam as suas raízes na terra-mãe, quanto mais próximas se encontram do húmus cáldo e germinal. Por ironia democrática, em regra é o homem do povo trabalhador, o rude plebeu, de punhos cabeludos, sanguíneos e fortes, que se alça ao primeiro plano e impõe os seus méritos ao patricio ocioso e parasitário.

É que o trabalho é próximo "parente" do desporto; o trabalho, se for regulado por leis humanas, não-escravizadoras, disciplina, tonifica, rejuvenesce a alma e o corpo.

O desporto moderno, quanto a sua base "selectiva", difere radicalmente do desporto medieval. Os belos jogos da Idade Média, como a pela, a braçaria, a falcoaria, as justas, os torneios, as canas não envolvem nas suas malhas, ou pouquíssimo envolvem, a classe popular; são exercícios de nobres, para nobres e gozados por nobres.

O desporto moderno, pelo contrário, galvaniza as "massas"; faz abalar de emoção rumorosas multidões. Desta

maneira o desporto actual, contribuindo para o maior contacto e a maior penetração das "classes" sociais, apresenta-se como potente factor educativo, não só nacional como até internacional. Ainda aqui o papel "democratizante e universalista" do desporto é eloquentíssimo: a selecção nos Jogos Olímpicos opera-se entre centenas de concorrentes de várias pátrias, quer dizer, os elementos rácicos e nacionais não são distribuídos, valorativamente, como títulos positivos ou negativos.

O campeão mundial de "hockey" em patins, como o sábio detentor do Prémio Nobel de Física ou Quimica, tanto podem ser portugueses como austríacos, tanto argentários como proletários, tanto budistas como católicos romanos, tanto dolicocefalos como braquicefalos, tanto arianos como semitas, tanto aristocratas como plebeus.

Amemos, pois, o desporto, mas com amor clarividente, sério e militante. Amando-o, implicitamente, estreitamos mais ainda os vínculos de "solidariedade" que sempre devem existir entre os homens, "irmãos" que somos no mundo pela origem e pelo destino.

SILVIO LIMA (in "Ensaio sobre o Desporto")

HARMONIA FÍSICO-MENTAL

Admirou-se alguém de que eu tivesse podido arrumar na dimensão tempo uma tão volumosa produção intelectual, a par duma tão intensa actividade desportiva. A explicação

Francisco Lázaro, campeão olímpico em 1912, Estocolmo, treinando-se numa estrada portuguesa



está no simples facto de ter feito de cada um destes sectores da minha vida o complemento natural do outro: quando praticava desporto, repousava a maior parte das circunvoluções cerebrais; quando concentrava o meu esforço no cérebro, descansava os músculos e os seus nervos motores. É certo que para praticar desportos é indispensável pôr em jogo a inteligência, mas em compartimentos do cérebro diferentes dos que se utilizam para escrever uma poesia, uma comédia ou um ensaio de filosofia.

Julgo ter encontrado assim a chave duma vida bem equilibrada em saúde mental e em vigor físico, cuja harmonia se tem prolongado para além do normal.

FELIX BERMUDES

A GINÁSTICA

Não esqueça, porém, no meio de todos estes cuidados do intelectual e moral da educação, que ainda está incompleto e imperfeito o físico. É meio desse complemento e coroa dessa perfeição a ginástica. Nesta mesma idade deve ela já começar, mas começar por suas mais naturais e fáceis espécies. Desde a simples carreira, a luta, etc., até a equitação e esgrima, compreendendo tudo na generalidade de ginástica: porém seus exercícios principiam na puerícia e acabam, isto é, aperfeiçoam-se na virilidade. A carreira vem na puerícia; antes de bem vigorosa adolescência não deve começar a natação ou a luta e que tais; so na puberdade deve ter princípio a equitação, só na virilidade a esgrima.

Todas estas prendas corporais são úteis e necessárias no decurso da vida, são elegantes e a ornar, mas sobretudo formam, desenvolvem e avigoram os diversos músculos e partes mais nobres do corpo, se praticadas em próprio tempo...

ALMEIDA GARRETT



Mena e Silva nas Olimpíadas de 1936, em Berlim.

ARMA DE DEFESA NA VIDA DE HOJE

A prática do desporto é actualmente uma necessidade de todos aqueles que se deixaram envolver na armadilha da vida moderna.

É um correctivo necessário a vida sedentária ou a actividade desordenada da maioria das profissões actuais.

É necessário, porém, ter sempre presente a prática higiénica dos desportos e a competição desportiva.

Mesmo uma coisa boa em si, é prejudicial quando em demasia.

Os atletas sao para admirar, mas não para imitar. Os detentores de "records" mundiais têm uma sobrevivência média inferior a da população em geral.

Deve portanto praticar-se o desporto dentro das necessidades e possibilidades individuais, tendo sempre em vista que todos os excessos, não só não se devem praticar, como devem ser proibidos pelas autoridades responsáveis.

PROF. ALMEIDA LIMA

CRONOLOGIA DAS OLIMPIADAS

Considera-se o ano de 766 a.C. o da realização da primeira Olimpíada da Antiguidade, organizada por Iphitus, rei de Elide.

No entanto, anteriormente, e segundo a lenda, a origem dos Jogos Olímpicos perde-se na poeira dos tempos, e segundo ela, teria sido Hércules a promover os primeiros Jogos cerca de 1253 a.C. Em relação aos Jogos realizados regularmente de quatro em quatro anos, parece provável ser o ano de 884 a.C. aquele que afirma uma sequência que se desenrola durante doze séculos. O imperador Teodósio, o Grande, proibiu-os por os considerar uma sobrevivência do paganismo e assim contrários ao espírito do cristianismo a que se devotara. Estava-se então vivendo o ano de 394 e com ele terminavam os Jogos Olímpicos da Antiguidade, para ressurgirem em 1896 em Atenas. Foi o pedagogo francês Pierre de Coubertin quem relançou a prática dos Jogos Olímpicos, considerando o desporto uma escola de disciplina, de cavalheirismo e uma límpida fonte de virtudes humanas.

1896: ATENAS

285 atletas (dos quais 180 gregos e 10 americanos); 13 nações; 9 disciplinas; 43 provas

A inauguração dos Jogos de Atenas foi para a Grécia e para todo o mundo como que um ressurgir da Antiguidade. A cerimónia de abertura, que registou um entusiasmo pan-helénico indescritível, realizou-se a 5 de Abril de 1896, na presença do Gotha europeu e de 80 000 espectadores. Presidiram à cerimónia o rei Jorge I e a rainha Olga.

O herói dos Jogos de Atenas foi o pastor Spyridon Louys, que, tendo apenas corrido uma só prova em toda a sua vida — a maratona —, a ganhou.

1900: PARIS

1066 atletas (dos quais 6 mulheres); 20 nações; 15 disciplinas; 98 provas

Defensores acérrimos dos seus direitos de autor, os gregos dispunham-se a celebrar, regularmente, os Jogos Olímpicos em Atenas. Mas Coubertin cortou-lhes as ilusões, decretando que a sua organização ficaria dependente de um só Comité Olímpico... e Paris

impunha-se para local da sua realização.

Apenas um nome ficou na memória de todos: Michel Théato, o jardineiro do Racing, vencedor da maratona, que foi coroado na pista, cuja relva, havia muitos anos, ele tratava cuidadosamente.

1904: Saint-Louis

497 atletas (dos quais 367 americanos); 11 nações; 17 disciplinas; 102 provas

Os americanos apresentaram-se como candidatos às III Olimpíadas. Coubertin aceitou a proposta de Sloane, professor da Universidade de Princeton e "pioneiro da ideia". A data coincidia com o centenário da entrada da Louisiana para os Estados Unidos, o que eliminou o problema levantado pela concorrência de Chicago à organização dos Jogos.

Entre os vencedores, em atletismo, um campeão: Archie Hahn. O seu recorde nos 200 metros (21 s e 6-10) manteve-se imbatível durante 28 anos. Ralph Rose, 19 anos, 2,23 metros de altura, 108 kg, originário de Michigan, foi a atracção do lançamento do peso.

1908: LONDRES

2059 atletas (dos quais 36 mulheres); 22 nações; 21 disciplinas; 109 provas

Nos arredores de Londres, os ingleses construíram — em 10 meses — o primeiro grande estádio olímpico (que viria a tornar-se célebre com o nome de White City).

Os IV Jogos, que deviam durar doze dias, começaram a 13 de Julho. Antes, porém, fora necessário vencer mil e uma dificuldades e só ao cabo de semanas de discussões foi possível fazer admitir aos ingleses a adopção do sistema métrico. Entretanto, nada se conseguiu em relação aos árbitros dos Jogos que, ao contrário do que se pretendia, foram todos ingleses.

Talvez por isso, o espírito desportivo tenha primado pela ausência.

1912: ESTOCOLMO

2541 atletas (dos quais 57 mulheres); 28 nações; 14 disciplinas; 102 provas

Os V Jogos disputaram-se em Estocolmo e tiveram início a 6 de Julho, num estádio de estilo medieval, com capacidade para 32 000 espectadores. Além dos famosos 5000 metros, em que o francês Jean Bouin foi batido pelo finlandês Hannes Kolehmainen, e de Georges Horine, recordista do salto em altura, com 2,03 m, ter terminado os Jogos com uma simples medalha de bronze, ganha por James Thorpe, atleta negro norte-americano.

Dá-se, ainda o aparecimento do "crawl".

1920: ANVERS

2606 atletas (dos quais 63 mulheres); 29 nações; 23 disciplinas; 106 provas

Os VII Jogos foram disputados em Anvers (os VI, previstos para Berlim em 1916, haviam ficado queimados pela guerra). O local foi escolhido como pequena homenagem à Bélgica martirizada. Os Jogos Interaliados, realizados no Verão anterior, no estádio de Pershing, em Vincennes, tinham pretendido estabelecer o espri-

to olímpico. Mas depois das sanguinolentas partidas do Argonne, o ideal olímpico, tão respeitado pelos antigos, a custo podia ser encontrado. Muitos atletas em potência não conseguiam, no campo da luta, mais do que a cruz dos mortos.

O estádio-velódromo de Anvers, rapidamente preparado mercê da iniciativa de um grupo de armadores e de comerciantes da Flandres, tinha falta de ambiente, as entradas eram exorbitantes e os espectadores foram em número reduzido. Com a ausência de duas grandes nações (a Alemanha excluída, a Rússia em revolução), o cerimonial oficial olímpico foi fixado em definitivo.

1924: PARIS

3092 atletas (dos quais 136 mulheres); 44 nações; 19 disciplinas; 129 provas

Tal como acontecera em 1900, o Racing Clube de França surgiu como salvador: ofereceu ao Comité Olímpico o seu terreno de Colombes; reconstruiu-se o velho Estádio de Matin com bancadas para 60 000 espectadores e uma pista de 500 metros de diâmetro, nos arredores mais sinistros e menos parisienses que se possa imaginar.

Neste cenário surgiu uma grande figura: a de Johnny Weissmuller, que, antes de criar na tela a personagem lendária do Tarzan de uma assentada e por "performances" olímpicos fora do comum, se tornou tão célebre que, ainda hoje, a natação moderna se associa ao seu nome.

1928: AMSTERDÃO

3015 atletas (dos quais 290 mulheres); 46 nações, com a Alemanha reintegrada; 15 disciplinas; 110 provas

Iniciados a 28 de Julho, no velódromo de Amsterdão transformado em estádio com capacidade para 50 000 pessoas, os IX Jogos foram assinalados pela falta de tacto dos seus organizadores. Na véspera da sua inauguração foi recusada aos franceses e aos americanos a entrada no estádio. O chefe da delegação dos Estados Unidos resolveu, então, forçar a porta

com um camião. Mais tarde, falar-se-ia da sua energia, pois viria a ser o general **McArthur**.

1932: LOS ANGELES

1408 atletas (dos quais 127 mulheres); 37 nações; 16 disciplinas; 117 provas

O desfile inaugural dos X Jogos Olímpicos realizou-se a 30 de Julho no Coliseum Stadium de Los Angeles, perante 100 000 pessoas. Nas proximidades do estádio fora erguida uma aldeia olímpica com 700 casas. A pista, extremamente rápida, deixava prever uma **hecatombe** de recordes. Apesar disso, o espectáculo desenrolou-se nas bancadas, onde as "stars" de Hollywood faziam, diariamente, uma entrada romântica.

1936: BERLIM

4069 atletas (dos quais 326 mulheres); 49 nações; 21 disciplinas; 130 provas

O êxito alcançado pelos americanos, em Los Angeles, espicçou Hitler, que não só se dispõe a fazer melhor como a atingir o colossal. O ditador alemão considerava o desporto como um excelente meio de propaganda para o desejo de Poder. Os cinco anéis estariam ao serviço de "Svastika". O "publicista" Goebbels exigiu dos alemães um acolhimento entusiasta. Um festival de anúncios luminosos rodeava o Kurfurstendamm e o Unter den Linden.

1937: MORRE COUBERTIN

Na véspera da abertura dos Jogos, utilizando os microfones de Rádio Lausana, Pierre Coubertin dirigira uma última mensagem ao mundo: "Tenho a consciência de ter cumprido a minha missão. Restabelecido o gosto pelo atletismo, não só se conseguiu consolidar a saúde pública como se difundiu uma espécie de estoicismo alegre, capaz de ajudar o indivíduo na sua resistência às provações e às depressões quotidianas da existência." A mensagem de Coubertin terminava com um voto de esperança na "Paz, vigorosa e reflectida, necessária a uma época



O Facho Olímpico

desportiva, ambiciosa e voluntariosa".

A segunda guerra mundial, 25 anos depois da de 1914, iria desmentir o apelo de Coubertin, que, entretanto, não teve oportunidade de se afligir com isso: a 2 de Setembro de 1937, com 74 anos, no decorrer de um passeio no Parque das Águas Vivas, de Genève, o renovador dos Jogos Olímpicos morria. O seu coração repousa, hoje, em Olímpia, numa urna de bronze.

1948: LONDRES

4468 atletas (dos quais 438 mulheres); a Alemanha e o Japão foram excluídos; a URSS não participou; 20 disciplinas; 135 provas

Os Jogos de Londres, três anos depois do termo das hostilidades, corresponderam à XIV Olimpíada. A Inglaterra merecia esta homenagem universal à sua resistência, celebrada na White City, a 29 de Julho. Sucesso comercial (750 000 turistas, 1 bilhão de receitas), mas poucos campeões fora de série (Gunder Haegg e Hare Andersson foram desclassificados). As vedetas foram os negros americanos Dillard e Whitfield; Wint e McKenley, da Jamaica; o checoslovaço Zatopek

(que nos 10 000 metros venceu o ultrafamoso Mimoun) e a holandesa Fanny Blankers-Koen, de 32 anos, mãe de 2 filhos, que alcançou 4 medalhas de ouro (100 metros, 200 metros, salto em comprimento e 4x100 metros).

1952: HELSÍNQUIA

4925 atletas (dos quais 518 mulheres); 69 nações: estreia da URSS, reentrada da Alemanha Federal e do Japão; 19 disciplinas; 149 provas

De 19 de Julho a 3 de Agosto, no estádio olímpico (todo branco) de Helsínquia, onde ardia a chama olímpica acesa por Nurmi, reinou um

ambiente olímpico de sonho. Diariamente, 70 000 espectadores aplaudiam as "performances" obtidas. As do atletismo pertenceram a Emil Zatopek, vencedor dos 5000 metros, dos 10 000 e da maratona.

1956: MELBOURNE

3539 atletas (dos quais 353 mulheres); 67 nações; 19 disciplinas; 152 provas

Os Jogos da XVI Olimpíada desenharam-se nos antípodas, entre 22 de Novembro e 8 de Dezembro. Também o estádio de Melbourne reservou surpresas inesperadas entre os blocos opostos por políticas diferentes (a

revolta sangrenta da Hungria e o caso do Suez).

1960: ROMA

5396 atletas (dos quais 537 mulheres) 34 nações; 17 disciplinas; 150 provas

Os XVII Jogos não poderiam ter encontrado cenário mais olímpico que Roma, a cidade das sete colinas, dos jogos de circo. O estádio olímpico, cuja elipse se inscrevia ao pé de oliveiras bucólicas do monte Mário, foi durante quinze dias (de 25 de Agosto a 10 de Setembro) teatro de "performances" superiores às de 1956. O alemão Harry, nos 100 m; o neozelan-

Campeões olímpicos portugueses



José Beltrão, um dos elementos da equipa portuguesa que nas Olimpíadas de Berlim, em 1936, conquistou a medalha de bronze

Duarte Belo e João Tito no "Faneca", em que obtiveram os títulos de vice-campeões da Europa e do Mundo, em 1953, e da Europa, em 1954



HIPISMO

Paris 1924. MEDALHA DE BRONZE.

Equipa:

Borges de Almeida – quinto

Helder Martins – duodécimo

Mouzinho de Albuquerque – décimo sexto

Berlim 1936. MEDALHA DE BRONZE. Equipa:

Tenente Beltrão – sexto

Capitão – Marquês do Funchal – décimo sexto

Tenente Mena e Silva – vigésimo primeiro

Londres 1948. MEDALHA DE BRONZE. Dressage.

F. Pais

F. Valada

L. Mena e Silva

Amsterdão 1928. Prova de Espada por Equipas.

Equipa:

Eça Leal

Henrique da Silveira

Frederico Paredes

João Sasseti

Mário de Noronha

Jorge Paiva

VELA

Londres 1948. MEDALHA DE PRATA, classe Swallow, para Duarte e Fernando Belo.

Helsínquia 1952. MEDALHA DE BRONZE, classe "stars", para Joaquim Fiuza e Rebelo de Andrade.

Roma 1960. MEDALHA DE PRATA, categoria "Stars" para Mário e José Quina.

dês Snell nos 800; o australiano Elliot nos 1500; o americano Ralph Johnson no decatlo e, sobretudo, a gazela negra do "sprint" Wilma Rudolph impuseram uma categoria à parte.

1964: TÓQUIO

As Olimpíadas do país do Sol Levante, como foram chamados os XVIII Jogos, contaram com a participação de 8000 atletas, representando 97 nações, participação gigantesca que deu ao desporto olímpico a imagem dos grandes acontecimentos políticos do mundo. Durante três semanas, retransmitidos por todos os telex, divulgados em todos os "écrans" televisivos graças ao milagre do satélite artificial, os combates pacíficos do estádio e os recordes dos atletas prenderam a atenção de todo o mundo.

1968: MÉXICO

7888 atletas em representação de 108 países

As Olimpíadas da cidade do México perdurarão na história dos Jogos como aquelas que romperam com o século XX. Marcas e tempos foram ultrapassados, apesar da altitude e dos nervos. Foi uma olimpíada de rara beleza a que respeitou ao atletismo. Nela se bateram 17 recordes mundiais, igualaram-se 2 e fixaram-se mais 7 novos recordes olímpicos. Tocaram-se trombetas para assinalar o aparecimento de uma nova força: a do Terceiro Mundo.

1972: MUNIQUE

A Alemanha Ocidental, 27 anos depois da morte de Hitler, procurou dar aos 900 milhões de espectadores o maior espectáculo que se concebe mas o qual foi ensombrado pelo golpe desferido pelo "comando" árabe da aldeia olímpica. Um banho de sangue fez crer que teria morrido o "Ideal Olímpico".

1976: MONTREAL

É nesta cidade do Canadá que este ano se desenrolarão os Jogos Olímpicos. "CITIUS, ALTIUS, FORTIUS..

A ESCOLA DO DESPORTO

O desporto pode ser escola de dignidade, de carácter, de destreza, mas pode também tornar-se divinização da matéria, fonte de vaidade, de rancor, de facciosismo.

Puramente como exibição, o desporto não terá rendimento algum para a realização do homem todo, se não for capaz de acordar nele a sua dignidade humana e essa, tão forte, que nunca deixe de acompanhá-lo em todas as situações e em todas as atitudes que o desporto exige.

Será necessário criar nos educadores a preocupação de formar o carácter de cada desportista, em ordem a vida que, como tal, será chamado a fazer.

Só em pessoas bem formadas, moral e fisicamente, poderá o desporto encontrar a plenitude da verdadeira beleza e a expressão mais elevada da sua realização.

Quanto a cultura, física e ao desporto femininos, seria para desejar que eles interessassem a quem tem por missão formar a mulher.

Haverá que atender, conscientemente, ao bem que podem representar, para a mulher, a cultura física e o desporto uma vez norteados num sentido de adaptação e de escolha, de condições e de métodos em que a cultura moral os informe e acompanhe constantemente.

MARIA DE LOURDES BRUSCHY

A juventude portuguesa dedica-se, infelizmente, muito pouco ao desporto. A escola do desporto tem um papel importante a desempenhar como meio de se atingir uma melhor constituição física, resistência a fadiga e, de uma maneira geral, a capacidade para vencer mais facilmente o desgaste a que o labor diário nos obriga.

Como meio de atingir um ânimo firme, uma vontade forte de vencer, sem que se recorra a artifícios, mas contando apenas com o valor e o trabalho próprios, a escola do desporto



tem ainda um papel social de grande relevo.

Por isso afirmo que, infelizmente, a nossa juventude anda muito arredia da prática generalizada do desporto. Convém distinguir o desporto amador do desporto profissional. O primeiro caso, é este que deve particularmente interessar, é que diz respeito a grande massa jovem da nação; é nesta grande massa de amadores que importa fazer nascer o gosto pelo desporto a fim de que aqueles benefícios físicos e morais acima apontados possam estender-se a toda a população portuguesa.

E desta forma garantir-se-á a existência, como norma, do velho dizer: "mens sana in corpore sano".

O desporto profissional, como espectáculo, também tem a sua função; no entanto, estamos, então, caídos em matéria profissional, de artifícios, de mister saudável e de agradável benefício social. Como é, deve ser apreciado e defendido.

A posição dos clubes fica, nesta ordem de ideias, bem definida. Deve o clube facultar aos seus associados a prática fácil do desporto, em todas as suas modalidades, quanto a mim, em particular, nas modalidades de atletismo e natação. O caso, porém, é que os nossos grandes clubes têm dedicado a sua principal atenção do desporto espectáculo, ao desporto profissional, especialmente ao futebol.

A.M. DE AZEVEDO GOMES

OS ATRACTIVOS DO FUTEBOL

O futebol é, de facto, um desporto aliciente, é um espectáculo emotivo, cheio de cor e movimento, de habilidade e de vigor, de técnica e de inspiração; reúne todos os atractivos para chamar multidões. E a competição, pelo despique que cria entre os vários grupos, mais aliciente o torna ainda.

.....
Mas as coisas estão a tomar uma feição que tem de ser encarada com urgência.

CANTIGA

Ei-la!...
Tu..., avança! — Lá vai ela!
Corre!...
— Atira-te com alma!...
Defende-a... — vamos! — então?

E a bola, ao entrar nas redes,
Suspendeu a alegria muscular
E a juvenil vibração.

Estoiram as aclamações;
E a luz do sol enfraquece.

Mas o jogo novamente principia:
Os "vermelhos"
Vão envolvendo os "leões";
E o ataque,

Bem marcado,
Vai revelando a vitória
Que — desenhada e conduzida
Com rasgos da mais límpida nobreza
Atinge o seu máximo valor:
— A bola, rápida, cai,
Passando
Por entre os braços erguidos
Do garboso jogador.

Palmas, delírio — grandeza!

Alguém atira uma rosa
Para os onze vencedores,
E ao longe o sol agoniza
— Numa boémia de cores.

ANTÓNIO BOTTO
{in "Canções"}

O desporto é, e tem de ser, uma escola de virtudes. Não pode, nem deverá ser, um pretexto para desencadeamento de paixões, para animar instintos inferiores, para criar ódios, para tornar praticantes e espectadores em selvagens, em homens falhos de educação e de respeito por si mesmo e pelo seu próximo. Quem pratica o futebol deve ser leal, correcto, disciplinado, educado, respeitar-se e respeitar o adversário, o público.

— Quem não agir assim merece punição, e a mais severa.

A vitória não será bela, nem desportiva, quando conseguida através de um jogo violento, através da inutilização voluntária de um adversário.

Por outro lado, o público tem todo o direito de animar o seu grupo, de o estimular, de o aplaudir, de vibrar com

as jogadas bem urdidas, com os golos de efeito.

Mas não tem o direito de apupar o grupo de que não é partidário, nem lhe assiste o direito de ser menos educado para com o público que apoia o grupo seu adversário.

Há que empreender uma campanha de educação dos jogadores e do público.

.....
Por outro lado, o futebol está a tornar-se nno nosso país numa doença, com carácter epidémico, que carece de ser combatida.

.....
Ora isto não pode ser. Nem só de futebol vive o homem e muito mal vai para uma nação quando a esmagadora maioria dos seus cidadãos não sabe falar senão de futebol e só por este mostra interesse.

Há que combater, desde já, e rigorosamente, este estado de coisas.

É o que o Benfica tem procurado fazer e não se cansará de continuar fazendo.

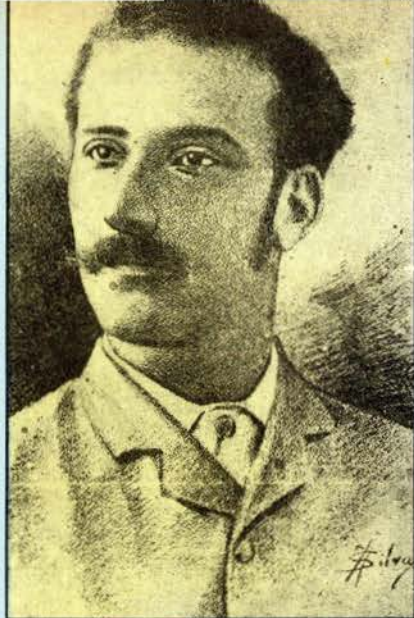
Por isso se criou a secção cultural,



por isso se fez este suplemento do nosso jornal. Por isso se iniciaram já no nosso clube as conferências, as exposições de obras de arte, as visitas a museus e se vai, cada vez mais, num espaço meritório e num caminhar seguro, ampliando a acção da nossa acção cultural.

Bem hajam, pois, os seus dirigentes pela obra que estão realizando e que há-de, disso estamos seguros, produzir os melhores frutos, contribuindo eficazmente para acabar com um estado de coisas que nos diminui como homens e nos tira o direito de nos considerarmos civilizados (1).

JOSÉ DE MAGALHÃES GODINHO



António Infante, gravura reproduzida do n.º 1 de "O Ginasta", de Dezembro de 1888

UM BALÃO SEM BARQUINHO

Muitos são os factos citados por numerosos autores, referentes a episódios ocorridos com portugueses fora do território nacional e apesar deles possuem forte sabor patriótico, nem sempre se recomendam pela sua veracidade; por isso não os citamos, embora dos nossos ficheiros pudéssemos arrancá-los em profusão.

Apenas desejamos, para começar, fazer alusão a esse elegante do Chiado, sócio dos mais antigos, senão dos primitivos do Real Gymnásio Club Português, que se chamou D. António de Almada e Lencastre Guedes Infante, o esbelto e valentíssimo António Infante, filho dos viscondes da Torre da Murta e que, em 1882, começou a interessar-se entusiasmadamente por assuntos respeitantes a ascensões de balão. Por aquela época chegara a Lisboa, precedido de estrondosa celebridade, o aeronauta espanhol Esteban Martinez, o famoso Capitán Martinez, que, no seu magnífico "Ville de Lisbonne" se exibiu perante o público da capital em numerosas e brilhantíssimas "subidas" realizadas nas feiras de Belém e das Amoreiras. Nesse ano, no domingo que se seguiu à derradeira ascensão do malogrado madrileno, cuja perda, muito tempo volvido, ainda se recordava o acontecimento nas ruas de Lisboa através da trova popular que

começava por estes dois versos:

Já lá vai pelo mar fora
O Capitão Martinez

.....
.....

pelas 16 horas, partia da antiga Praça de Touros do Campo de Sant'Ana, um balão sem barquinha, tendo apenas suspenso um simples trapézio, no qual António Infante realizava, nas alturas, os mesmos perigosos exercícios com que, de há muito, habituara e maravilhou os constantes e dedicadíssimos frequentadores daquele baluarte da Educação Física, já instalado na sua sede actual da Rua Serpa Pinto; António Infante, que excedera na audácia e no arrojo, esse outro destemido aeronauta-ginasta que se chamou Augusto Ferreira, pouca sombra fez a este. Boêmio por temperamento, irrequieto e temerário, breve desapareceu do País para percorrer as principais regiões do velho e do novo mundo, empreendendo as suas soberbas ascensões, que totalizaram trezentas e quarenta! A série no estrangeiro foi iniciada em 1883, em Madrid, onde alguns milhares de pessoas o aplaudiram; depois foi admirado por italianos e americanos, quando sucessivamente, com os aeronautas Beudet e Duscascal, e depois por conta própria, se elevava no espaço, as vezes a alturas considerá-

veis para o tempo em que as ascensões se realizavam. Uma vez, na baía de Havana, esteve prestes a ser devorado pelos tubarões, quando, preso à cordagem do seu balão flutuante, aguardava a chegada do barco salvador.

"Na derradeira proeza, praticada em Nova Iorque, o aeróstato, ao descer, arremessou o tripulante sobre a cerca-dura dum jardim e António Infante, com o ventre perfurado por uma lança do gradeamento, foi por fim conduzido a um dos hospitais da grande cidade, onde, num quarto particular, se arrastou longamente, entre a vida e a morte. Em Lisboa circulou por largo tempo a notícia do seu falecimento e, não obstante as diligências interessadas de Barros Gomes, então ministro dos Negócios Estrangeiros, só muito tarde, os seus amigos e admiradores lograram informações seguras e tranquilizadoras do mais ousado dos nossos ginastas."

Porque nos move o propósito de citar apenas a primeira apresentação de desportistas portugueses no estrangeiro, e em cada uma das modalidades, não se estranhe que se ponham de parte muitas outras, mais importantes no que respeita a resultados, mas para nós de menor interesse por não obedecerem àquele requisito.

No ano de 1892, o Real Ginásio Clube Português, desejoso de continuar a marcar por todas as formas a sua magnífica acção em prol da educação física, resolveu consentir a um grupo de associados que o representasse num concurso de GINASTICA APLICADA que se realizava então em Badajoz; pois os seus atletas João Possolo, Carlos Loureiro, Ornelas Gouveia e Joao Bravo houveram-se de tal maneira que obtiveram numerosos prémios em diversos concursos em que se inscreveram.

Foi ainda neste ano que em CICLISMO, Benedito Ferreirinha, campeão do Porto, confiado no seu valor e desejoso de se medir com alguns estrangeiros, cuja fama conhecia, foi até Vigo e Corunha, onde bateu os mais famosos campeões espanhóis; um seu companheiro e conterrâneo, Eduardo Minchim, especialista em "corridas de resistência"

JOSÉ DE AYALA BOTTO
(in "Desportistas Portugueses no Estrangeiro")

O JOGO DO PAU

Rita não se apartava do pé de mim, e de ver-lhe os olhos mais doces, e ouvir-lhe a voz mais meiga, vinho ou quer que era começou a trepar-me à cabeça.

A meio das danças, por desfastio, alguns rapazolas do lugar desataram em lutas de fortaleza. Eu pus-me de parte, que a tais provas não me era dado dizer: "presente!" no íntimo admirando uns, chasqueando de outros. E, estavam eles a jogar a barra, quando apareceu o arganzaz dum homem — peito em aduela, cachaceira de boi, cara de poucos amigos — a ensarilhar a racha com tanta gana e fantasia que nem doido varrido a perseguir mosquitos à paulada. E, com grande alarde, desafiava o mais pintado para o jogo do pau, a perder ou ganhar uma moeda.

À minha banda, o Faustino celebra as artes do meliante:

— Isto é um varredor de feiras temível. Está para nascer o primeiro que lhe faça sombra.

De facto, pelo corpanzil, pela basófia, parecia faia de respeito. Era também um dos dançarinos e, logo de princípio, lhe tomei azar, porque, quando nos rodopios da chula à Rita calhou dar a volta com ele, usou dum espalhafato, mostrou tão bacoramente a dor de cotovelo de a ver bailar comigo, que até a mocinha se magoou, quanto mais eu. Se fosse na minha terra eu lhe ensinaria a ser mais composto e bem educado com quem lhe não causara detrimento. Mas ali acalmei-me e deixei correr.

— Então ninguém se sente com alma da ganhar uma moeda? Olhem bem: é ouro de lei! — e no cimo do pau, que era plano e bem aparado, passeava debaixo dos olhos dos parceiros uma dessas peças de D. João V, que já eram ralas ao tempo, e hoje só se usam ao dependurão das correntes, por galhardia.

Todos, homens e rapazes, chalaceavam com ele, celebrando-o, não pondo acanhamento em se declararem seus subalternos na destreza e no poder.

— Já que ninguém se tenta, torna para o saco! — e, puxando da algibeira,



ao tempo que fazia menção de guardar a moeda fingiu que dava com os olhos em mim e acrescentou:

— Em você, seu homem, não se fala... "Bailão, maricão"!

Estive um momento sem lhe poder tornar resposta, sufocado com raiva, até que lá atinei com estas palavras:

— Se não fosse nesta terra, e na casa honrada onde me encontro, você havia de engolir a bosteira. Aqui só lhe posso dizer que estou pronto a medir o pau consigo. Aposta uma moeda; eu se ganhar não lha quero; manda-me proceder assim o respeito que devo a este amigo. Mas se perder, perdida tenho a moeda, que é dinheiro — juro-o pela salvação da minha alma — que nunca mais nos meus haveres conta.

— Pois seja lá como quiser. Tem pau?

— Tenho pau.

Fui buscar o lódão e pude dizer à Rita, que me seguira e estava branca como a cera:

— Cá estamos!

O pau dele era um nadinha mais alto que o meu, o meu um pouco mais grosso que o dele, segunda desvantagem nisto de florear gentilezas. Mas tampouco aceitei que se tirassem à sorte os paus como se cortasse o cibo a mais no dele. Riscou campo o valentão, por prosápia, que tal não é de moda, e logo ele se plantou em posição de parar, pau a escorregar para a perna esquerda, mãos à devida altura.

No terreiro, havendo estacado as danças e a zanguizarra, formavam todos em roda.

À minha mão direita estava Rita, mais trémula e inquieta que o vero Anjo da Guarda quando o diabo nos atia. Relanceei uma última vista ao basófia — pulsos mais grossos que os meus, estatura que se avantajava à minha uma boa mão travessa, o sorriso, Deus louvado, fingido, sobre o amarelo — e à voz: "é uma! é duas! é três! só arnei para receber o pimpão que caía sobre mim de pancada alta. Varri o golpe e, a tentear-lhe o manejo, comecei a parar com brandura, como a medo. Mesmo assim, do meu lugar não arredava a grossura dum vintem. Ele não, ladeava, curveteava, dava tais saltos e piruetas que as pernas lhe pareciam um compasso endiabrado. Certifiquei-me do seu jogo, que era impetuoso, mas de pouca astúcia; e, sempre em posição de defesa, deixei-lhe quebrar o arreganho, embora me custasse uma pancada de esfarrapão no ombro direito e um arranhãozinho no pulso, em que ninguém fez reparo. Para os que estavam, sem dúvida que a superioridade era dele, pois me vinha inquietar no meu campo, e ali me mantinha encurralado como a gato, no poleiro, a dentuça dum sabujo. E até os olhos de Rita se me afiguraram desenganados.

Gastámos uns minutos naquela léria tau-tau, tau-tau, até que lhe vi o fôlego azougar na garganta. E então coube-me a vez de atacar. Ao jogo dele, sempre alto e largo, todo de rópia, opus o meu, baixo, curto e todo de rapidez. E — notei — tão imprevisito lhe era que, se quisesse aos primeiros passes despachá-lo com uma pontoada, fazia-o tão certo como ter sido meu mestre nesta arte o maior jogador do Minho. Os olhos de Rita alegravam-se e isso me dava — não ânimo, que tinha para dar e vender — mas sangue-frio e vontade para levar a bom termo a desafronta que cismara.

Como o machacaz continuasse a despedir-me pauladas à mão tente, mandei-lhe, também, uma, dissimulada, destas que não fazem rumor, e só dá conta delas quem as rilha. Foi à ilharga, e logo ele percebeu que se não virasse de folha tinha mais pano da amostra. E, de facto, dali em diante foi mais ordeiro. Já não dava a escaquei-

rar-me a tola, mas como quem o cacete quer partir um ovo, sem o perder para a gemada. E eu pude rematar a partida, rapando-lhe o último botão, com mais mandinga e disfarce que no jogo da vermelhinha.

— Bastará — pronunciei eu, plantando-me em meia defesa.

O homem apumou o pau e, encostando-se a ele, limpava o suor da testa.

— Vivam os valentes! Vivam! — clamavam em torno de nós. — Não há

AQUILINO RIBEIRO
in "Estrada de Santiago"
(O Malhadinhas)



José Mestre Baptista numa das suas sortes

SORTES DO TOUREIO A CAVALO

Referir as "sortes" do toureio a cavalo corresponde a ir alcançar a evolução geral da modalidade numa altura já bastante adiantada, porquanto o seu estabelecimento, com carácter perfeitamente definido, só se observa quando as lides equestres atingiram aquele período em que a lança é trocada pelo rojão ou, mais propriamente ainda, quando a farpa toma o lugar deste. Até então, tudo era um tanto vago, sem destaque de procedimentos dentro do conjunto, e o sortear toiros não envolvia o carácter conciso que hoje possui, mas sim a expressão genérica relativa a todas as acções estabelecidas ou ocasionais de que o cavaleiro lançava mão para se sair airoso do combate que mantinha com as reses que enfrentava. A preocupação dominante de matar ao primeiro golpe de rojão poria também um tanto de parte a ideia de "sorte", porquanto em tal emergência estaria ausente a verdadeira concepção de toureio, só possível através de um exame das condições e características apresentadas por cada toiro, impossível de levar a efeito nos breves momentos permitidos por essas intervenções rápidas cuja representação actual nas "sortes de gaiola" assentam — como se explicará — em observações inteiramente alheias a esse estudo. Por outro lado, a maneira necessariamente



arbitrária como cada um agia, nesse desejo ilimitado de se mostrar mais intrépido do que os companheiros, ditava uma anarquia impeditiva da ordenação que é característica da verdadeira "sorte", pela qual se estabelecem acções independentes, com princípio, meio e fim, dentro de moldes impossíveis de alterar e a que o toureiro apenas pode fornecer o colorido especial da sua personalidade.

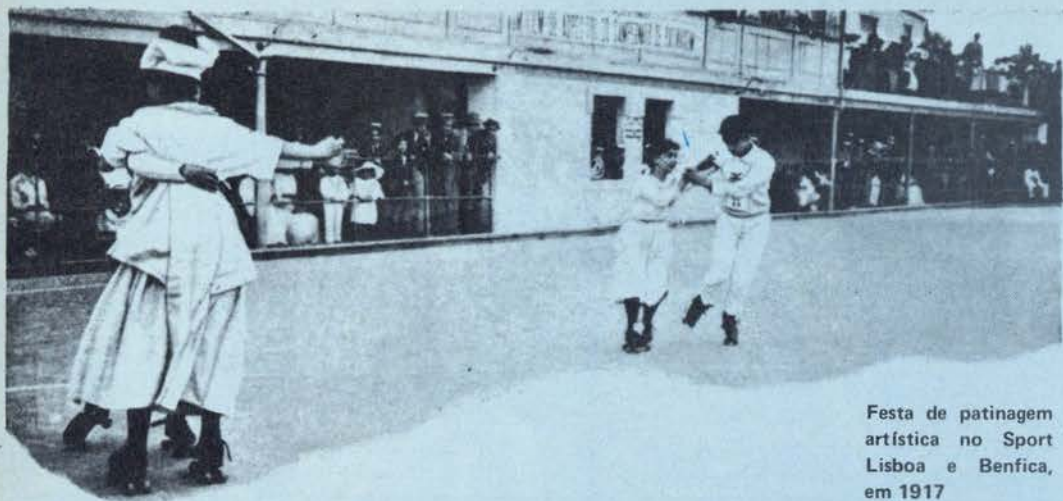
Por essas razões é que só muito mais

tarde aparecem as "sortes", estabelecidas como consequência lógica de um mais perfeito sentido de toureio propriamente dito, guiadas pela necessidade de se marcar a independência de acções dentro do panorama geral, o que se não verificara anteriormente por iguais razões que aos antigos movimentos de montaria ou até mesmo de torneio nunca se atribuíra qualquer designação correspondente nem foi tomada em pormenor cada uma das evoluções que constituíam o todo.

A ideia de "sorte" surge, pois, no toureio como que para separar cada acção dando-lhe carácter próprio como elemento independente do conjunto, e porque se todos os procedimentos fossem iguais desnecessário se teria tornado estabelecer a separação, o seu aparecimento implica, necessariamente, a presença de várias maneiras de agir, dissemelhantes na forma, na finalidade ou na expressão.

É de supor que essa catalogação técnica se principie a esboçar desde que, em campo fechado, o cavaleiro passou a enfrentar somente toiros, preferindo-os as demais espécies animais com as quais se treinava, é logo que essas lides mostraram a necessidade de eleger procedimentos especiais e peculiares, tendentes a abreviar a vitória na luta, muito embora os preceitos de então tivessem ainda um carácter geral que não corresponde a feição restrita que as sortes viriam a ter.

JAYME DUARTE D'ALMEIDA (in
"História da Tauromaquia")



Festa de patinagem
artística no Sport
Lisboa e Benfica,
em 1917



A mazonas
de 1920



Hoquei em patins,
uma modalidade
desportiva em que
os portugueses foram
campeões mundiais
várias vezes.

O que se passou em Cannes com os filmes portugueses?

Eles (os filmes) foram. A Cannes, claro. E quem os viu lá projectados? Os cronistas lusos que lá se deslocaram não os rezaram nas suas crónicas. Exceptuando um apontamento fugaz de Alfredo Tropa no seu "Cinema 76" para a TV. Dos estrangeiros (observadores) nem há notícia. Mistério. Que aconteceu? Eles (os filmes) foram. É verificável que sim. Mas como, onde e quando, se havia datas, local e horas e ninguém os viu, ou se os viu, não os registou, fechou-se em copas, fez que não viu?!

Gastaram-se 1000 contos, verba aliás irrisória para certames desta envergadura, mas muito significativa para nós neste momento. Produziram-se cartazes, "posters", catálogos. Legendaram-se as películas escolhidas. A nível oficial, compareceram representantes, formando uma comitiva, embora tímida. Diz-se que foram projectados trailers dos filmes na TV francesa e excertos das bandas sonoras na rádio, propagandeando o cinema português. Mas quanto a repercussão, nada. Nem uma palavra de comentário. Logo, quem assistiu à passagem das películas portuguesas no Festival de Cannes? Pergunta-se e um silêncio espesso vem como resposta.

A célebre e a seu tempo tão falada "Operação Cannes" (a que "V.M." não se cansou de dar relevo) parece ter caído num saco sem fundo. Bem nos debruçávamos, dia a dia, sobre os artigos dos jornais dos nossos enviados especiais, à procura de um parágrafo sequer dedicado à participação do nosso cinema. E da sua viagem não nos chegou eco algum. Desesperámos. Não percebíamos. Resolvemos interrogar, no regresso, os nossos jornalistas. Interpelámos um e outro. Não, que não tinham assistido às exibições das nossas películas. Porque as suas sessões coincidiam com as dos filmes estrangeiros a concurso. Nem tampouco souberam do acolhimento que os mesmos, porventura, mereceram do

reduzido público que a eles assistiu. Ignoravam de todo o que se passara a seu lado. E para cúmulo, ninguém comentou a sua existência. Ou seja, ninguém soube da presença da nossa cinematografia em Cannes? Será possível? Evidentemente que não é verdade. Algo se oculta e é necessário trazer à luz crua do dia. Seja o que for e como for. Temos de saber.

"Os Demónios de Alcácer-Quibir", "O Princípio da Sabedoria", "Cântico Final", "Trás-os-Montes" e "O Funeral do Patrão", tiveram sessões públicas no decurso do maior festival da Europa. Há que apurar resultados, observar o relatório dessa jornada. Desta demanda dependia muito do futuro internacional do nosso cinema e até da sua sobrevivência. O que se obteve (ou não) com tudo isso? Há motivos de esperança, ou vamos repensar tudo de novo em termos de mercado e mais, de existência? O cinema português pertence a todos nós. Para criar condições de suscitar a paixão do nosso povo pelas nossas coisas, temos de lhe falar direito e



verdade. E informá-lo com clareza e pedir-lhe a melhor ajuda para o reerguer. Essa união é vital mas também é vital a lealdade.

Se houve dissabores em Cannes com a nossa representação fílmica, que se saiba. Juntos, saberemos defender-nos e encontrar soluções de continuidade, sem renúncias ou baixar de ombros. Não permitiremos que a arte das imagens cesse de se fazer neste país. Com outros meios, a melhor gente, as mais capazes ideias. Enfim, a qualidade como constante obsessiva.

■ DÓRDIO GUIMARÃES

Onde "Emmanuelles" são pretexto para outras verdades

● "Emmanuelle a anti-Virgem". Realização de Francis Giacobetti. Interpretado por Sylvia Kristel, Umberto Orsini, Catherine Rivet e Frédéric Lagache. Produção francesa. Distribuída em Portugal por Filmes Ocidente. Em exibição nos cinemas Castil, Roma e Pathé de Lisboa.

O público da capital parece estar condenado a que cada vez que surge uma nova versão da série "Emmanuelle" (de má memória e em má hora aparecida) três salas de espectáculo,

simultaneamente, nos impinjam o desarrazado das suas imagens pretensamente eróticas. Agora, falamos a sério, num tipo de "a sério" em que gravemente nos empertigamos e exigimos concretas explicações, já que este género de promoções levianas ofendem, inclusive, os cineastas portugueses e o produto do seu trabalho.

Os distribuidores e exibidores ignoram a nossa cinematografia, alegando, por um lado, que os nossos filmes não encontram um movimento fluxionário de assistência e, queixando-se, por

outro, que não merecem qualquer esforço de apoio em virtude das suas flagrantes carências técnicas e de qualidade. Esta posição é perigosa, partindo por banda de quem tanto tem contribuído para o mau clima de que o nosso cinema goza entre a nossa gente. Quando se dependem consideráveis verbas de propaganda para tornar em chamariz filmes como este "Emmanuelle a anti-Virgem", algo de podre acontece neste "reino". Sim, porque seja qual for a película portuguesa que se apresente ao circuito comercial, "a priori", está votada à indiferença e desinteresse dos nossos mercantilistas do celulóide. E isto não pode conti-

prejuízos no trabalho do nosso irmão de língua ou se, pelo contrário, se pretende ajudar o estranho, alienando o nosso vizinho?

Positivamente há factos que não entendemos. Ou será que está montado um processo apostado em liquidar o País, através de sub-reptícios mecanismos de sabotagem como sejam olvidar o seu trabalho, armazenar a sua produção, calar o seu consumo?

As firmas distribuidoras continuam a possuir condições suficientes para acorrer a favor daquilo que deve ser prioritário no seu espírito; contribuir para a divulgação do cinema português, quantas vezes superior em


mir amor por um reconstrutivo esforço português. Urge desenvolver e criar expectativa pelas nossas possibilidades. É imperioso que os portugueses acreditem nas nossas potencialidades e no nosso talento. Temos um Portugal a haver e a inculcar na mente dos portugueses. Mas para isso, impõe-se uma mentalização colectiva que funcione, coordenada, coesa e patriótica.

Não queremos mais silêncios para as obras acabadas que dos nossos estúdios aguardam circuitos. Não queremos pagar pelos recentes desmandos perpetrados pelos aventureiristas do IPC, que nem sequer acabaram as películas onerosamente subsidiadas. Por essa gentalha, que respondam os agentes gonçalvistas. Nada temos a ver com isso. Existe alguma gente séria na profissão. Que foi perseguida pelo fascismo e foi discriminada, impiedosamente, pelos aparelhos pró-PCP que ditaram os seus processos durante 75. Fora com a canalha, acima com a competência. Mas não foi só o IPC que fez enfermar o panorama do nosso cinema nos últimos tempos. Pedem-se responsabilidades aos distribuidores, exibidores, críticos. Por canais diferentes, todos têm contribuído para afundar uma actividade prestigiosa. Ou que queremos venha a ser prestigiada e prestigiosa.

Não esqueçamos que em 25 de Abril foram homens como Manuel Guimarães, Fernando Lopes, António Macedo e poucos mais que desalojaram os postos da censura e do poder caetanista dos centros em que se decidia do cinema a fazer. E não foram esses, voluntariosos e justificadamente rebeldes, que usufruíram, depois, do merecido prémio à sua luta. Continuam a aguardar que o seu passado de intolerância seja, pela liberdade, reconhecido.

Insulta-nos que filmes como "Emmanuelle a anti-Virgem" se exibam em três cinemas, com o escandaloso apoio de distribuidoras que ignoram o cinema português, que à custa de gritos consegue, toscamente, umas poucas sessões em salas de empréstimo.

Dórdio Guimarães



"Emmanuelle a anti-Virgem" esgota as bilheteiras de três cinemas. O que tem de inqualificável, ofende o bom cinema português que se vê com salas vazias

relação a tantos filmes anódinos que despoletam para o nosso mercado.

A prosseguir este estado de coisas, constantaremos, passivamente do seguinte: preferir-se a cinematografia portuguesa em prol dos péssimos filmes estrangeiros, mesmo os condenados à ruína financeira. Recusamos a tolerar tal mentalidade. Combateremos afincadamente que tamanho abuso se obste em vigorar. Não queremos os nossos cinemas enxameados de mediocreiras que, pelo acidente de serem faladas em inglês, francês ou italiano, beneficiem de regalias que atentam contra a generosa luta que os nossos cineastas empreendem com sacrifício e dignidade. Há que reestruturar, tudo, nem que para tal as entidades oficiais se obriguem e determinem. Leis a fazer, explorações a reprimir, um sentimento nacional e educado a estimular. É preciso imprir-

nuar assim.

Sabemos, em demasia, que no decurso de uma temporada fílmica os distribuidores contrabalançam, dentro do seu plano orçamental, os filmes rendíveis que adquirem com os filmes destinados ao fracasso que também adquirem. É uma espécie de luta em que o peixe graúdo é obtido à custa de uma certa percentagem de peixe miúdo. Mas um compensa o outro. Perdem-se proventos nuns tantos, para se ganharem, substancialmente, noutros tantos. Uma regra do jogo tão comum no mundo do comércio e da transacção.

Daqui perguntamos, se não há lugar, entre o peixe miúdo, destinado a perder, para a produção portuguesa? Mais, se não vale mais a pena perder em coisas nossas em desfavor de coisas dos outros? Se, por patriotismo que seja, não é mais válido investir

"Trás-os-Montes" a propósito de uma nota de Dórdio Guimarães

Do cineasta António Reis recebemos a seguinte carta:

"Em referência à nota inserida por Dórdio Guimarães na "Vida Mundial" N. 1894, de 1 do corrente, venho esclarecer que, entre mim e os "departamentos estatais", não há qualquer "litígio" por causa do filme "Trás-os-Montes" (ou qualquer "desacerto de opiniões"). Pelo menos de que eu tenha conhecimento...

Também não é verdade que, a esses "departamentos estatais" eu tenha acusado de "falta de protecção, de ausência de medidas de segurança, de, inclusive, apoio propagandístico e de distribuição (do) filme".

Se apoio houve para lançamento do filme (além do do Centro Português de

Cinema e dos camaradas cineastas) foi o da Direcção Geral da Acção Cultural e do MEIC, na emaranhada conjuntura distribuição-exibição-pública. Aliás este apoio não é singular ou inédito. Mas, a ele se deve "Trás-os-Montes" ter despertado o interesse do público e manter-se ainda em exibição comercial. Na linha de risco, actuaram solidariamente a RTP, escritores, poetas e jornalistas, a quem se aproveita aqui para agradecer." — ANTÓNIO REIS

N.R. — Só um reparo a António Reis, por quem nutro ampla consideração. Por um telefonema que lhe fiz para o Centro Português de Cinema, o cineasta disse-me que me enviaria um

"dossier" no qual relatava muito do incorrecto que se passaria quanto ao seu "Trás-os-Montes", desde as representações de que foi alvo em terras nordestinas, como até de certas incompreensões por parte de departamentos estatais. Talvez que estes últimos tivessem corrigido a atitude, ou talvez que o próprio António Reis, precipitadamente, se esclarecesse mal. Seja como for, é compreensível da minha parte determinadas indignações que tem vivido.

Como nunca me enviou o tal relatório que ao telefone aludiu, interpretei os acontecimentos como seria legítimo intuí-los. Se não são exactos, um "mea culpa" que partilho com ele...

Reafirmo, porém, toda a minha incondicional solidariedade com a sua luta pelo seu filme e testemunho-lhe o objectivo comum que nos une nesta pugna por um cinema português actuante, criativo, vivo. E sobretudo apoiado como obra de arte de primeira necessidade.

● Dórdio Guimarães

Teatro

QUE SE PASSA COM O TEATRO? QUE SE PASSA COM O PÚBLICO?

"Equus", a excelente peça do já famoso dramaturgo inglês contemporâneo Peter Shaffer — um dos mais clamorosos entre os mais recentes êxitos internacionais — que, na magnífica encenação do espanhol Manolo Collado, a empresa Vasco Morgado há pouco apresentou no Variedades saiu de cena.

A notícia caiu pesadamente sobre todos aqueles que acompanham a nossa vida artística e se inquietam — hoje mais do que nunca — com o



Teatro

presente e o futuro do nosso teatro, ou melhor, do teatro em Portugal. A falta de recursos financeiros com que o empresário Vasco Morgado vem lutando (não obstante a sua heróica tenacidade em prosseguir numa actividade a que desde há muito se votou... sejam quais forem os meios a que, ao longo dessa actividade de quase 30 anos, tenha recorrido) e a falta de público ameaçaram, desde logo, a carreira de "Equus". Há vários dias que constava que a peça — que, aliás proporcionou um dos mais positivos espectáculos teatrais vistos entre nós nestes dois últimos anos — ia interromper as representações ou, até mesmo, sair de cena. E, de repente, "Equus" saiu do cartaz! Nesse mesmo dia falava-se de doença súbita de um dos intérpretes, o que, na realidade, não parece ter-se confirmado e parece ser, apenas, o álibi para se aguardar o "milagre" de uma daquelas "soluções" em que Vasco Morgado, tantas vezes, é mestre e com que tantas vezes têm salvo a carreira de um dos seus espectáculos.

Seja como for, "Equus" saiu de cena (temporária ou definitivamente) e a razão primordial disso está na falta de subsídios concedidos ultimamente a Vasco Morgado e na pouca afluência de público que o espectáculo teve.

É aqui que se põem as duas perguntas que servem de título a estas linhas: Que se passa com o teatro? Que se passa com o público?, que é o mesmo que perguntar: Que se passa com o teatro em Portugal? Que se passa hoje com o público português?

Que o teatro tem muito que ver com os momentos históricos que um povo vive, é uma verdade dita e redita que ninguém contestará. E que o teatro é uma manifestação "política" (na verdadeira acepção do termo) é outra verdade tão incontestável como outras que a par e passo ouvimos: "Cada povo e cada época têm o teatro que merece" ou as relações teatro-público, teatro-sociedade e teatro-Estado têm uma mecânica e uma explicação sociológicas". Verdades de "monsieur" de La Palisse, sem dúvida... mas, hoje, em Portugal (e, agora, com o insucesso de "Equus") inequi-



Eunice Muñoz e João Perry regressaram aos palcos e vão sair de cena: é o nosso teatro assim tão rico que possa prescindir de tão grandes actores?

vocamente demonstradas e dramaticamente postas em evidência.

O facto de, neste momento, os portugueses estarem, naturalmente, mais motivados para assuntos e problemas que mais intimamente dizem respeito ao seu destino do que para outros que só "longinquamente" se ligam a esse mesmo destino não poderá explicar, de forma alguma, o desinteresse das entidades oficiais pela fomentação de um teatro de qualidade e não exclusivamente "político-partidarista" nem o desinteresse que o público vem demonstrando por um teatro autêntico em que, mais do que apenas a problemática momentânea do homem português, é abordada a problemática eterna do Homem.

Uma abordagem da problemática eterna do Homem é, precisamente, o cerne de "Equus", uma peça discutível, sem dúvida, talvez algo ultrapassada na exploração dramática da psicanálise, mas nem por isso altamente significativa, e, até, de certo modo, social. Trata-se, para todos os efeitos, de uma peça em que se aborda o problema de um jovem deslocado, produto de uma sociedade onde ainda se confrontam problemas de classe e a família exerce uma força soberana e

quase asfixiante sobre cada um dos seus elementos, particularmente, sobre os filhos: lá está aquela mãe beata e mística, ela própria também doente (talvez mais do que o filho), a tradicional mãe para quem os filhos não são realmente outras criaturas; lá está aquele pai, homem comum e vulgar, que não pode entender que haja pessoas diferentes daquilo que ele é e, muito menos, o seu próprio filho; lá estão aqueles "pais" que consideram ter dado tudo aos filhos e não podem entender que, na verdade, bem pouco deram; lá está aquele jovem, o filho, que canaliza para o amor pelos cavalos o misticismo que a mãe lhe insuflou... precisamente para os cavalos, aqueles seres nobres, viris, apolíneos que o transportam em correria mágica; lá está aquele médico psiquiatra que, afinal, se descobre (e descobre a sua frustração) no caso do jovem que cega seis cavalos, só porque na proximidade deles não pode realizar-se sexualmente. Peça literária? Sem dúvida! Peça intelectual? Claro! Mas nem por isso (ou talvez por isso mesmo), menos humaníssima. E menos actual na sua universalidade.

Pois bem! É uma peça como esta que, tendo uma excelente encenação

moderna e uma magnífica interpretação, acaba de sair de cena por dificuldades económicas e falta de público.

Não sou dos que atacam as entidades oficiais pelo facto de, neste momento de crise económica nacional, concederem subsídios a empresas teatrais. Teatro é cultura e considero que o dinheiro gasto com a cultura nunca é demasiado. O problema é outro: as entidades oficiais devem seleccionar as empresas e os espectáculos que subsidiavam, exigindo apenas e sobretudo "qualidade" e "actividade". Brada aos céus que uma peça como "Equus" em que a grande Eunice Muñoz — ao lado de João Perry, Varela Silva, Zita Duarte, António Machado, Ana Zanatti, Maria Almeida e essa revelação que é o jovem Carlos Martins — regressou ao teatro após longo tempo de ausência não tenha merecido qualquer apoio oficial e tenha merecido o desinteresse do público.

Porquê?

Acaso o Estado não tem, já depois do 25 de Abril, subsidiado uma já larga série de espectáculos teatrais sem o menor nível artístico e humano? Acaso não têm sido distribuídos subsídios a companhias e grupos que os recebem, gastam e nada fazem? Acaso não têm recebido subsídios personalidades tão "comprometidas politicamente com o passado" como Vasco Morgado? Acaso é o nosso teatro tão rico de actores que possa o nosso público dar-se ao luxo de não ir aplaudir uma actriz como Eunice Muñoz (e como ela representa nesta peça, santos deuses!) e o magnífico trabalho de João Perry, Varela Silva e do jovem Carlos Martins? Será que só determinado tipo de peças, espectáculos e autores merecem subsídios?

Dir-me-ão: o público sabe o que quer e se não vai lá é porque tem as suas razões. Não serei eu quem desmintam tal verdade... Mas sei, também, que apesar de não ser "besta" (como diria um brasileiro) o público também é manobrado e pode ser canalizado e motivado para ver aquilo, que, afinal, lhe possa interessar realmente. É tudo, ainda, uma questão de cultura.

● T.RIBAS

Livros

EDIÇÕES DA IMPRENSA NACIONAL

● No actual panorama editorial e cultural português — que fatalmente terá de acusar reflexos do momento histórico, político e social que o País tem vindo a viver nestes dois últimos anos — não pode deixar de ser posta em evidência a notável e meritória acção da Imprensa Nacional — Casa da Moeda, cuja actividade editorial, neste mesmo período, tem sido intensa, constante e altamente positiva.

Quem tenha acompanhado a vida editorial portuguesa ao longo destes dois anos de revolução, terá verificado, fácil e naturalmente, que ela se orienta num sentido que é entendível e lógico, já que o público português estava ávido de um determinado género de obras e leituras há muito tempo difíceis de aparecer em Portugal e em língua portuguesa. É um facto, aliás compreensível, que os editores portugueses, libertados dos condicionamentos que lhes eram impostos, procuraram corresponder às exigências dos leitores motivados, agora, mais particularmente para obras e autores de índole política.

Verificou-se, assim, fatalmente, um decréscimo na publicação de obras de índole cultural geral, humanística e ensaística, que vinham caracterizando a actividade dos escritores portugueses.

A Imprensa Nacional-Casa da Moeda, cõscia do valor e significado de uma verdadeira e autêntica acção cultural, a qual não pode ser minimizada nem descurada, seja qual for o momento histórico que o País atravessa e, seguramente, apercebendo-se de que não há revolução e progresso social sem uma firme acção cultural — sem cultura —, tem lançado recentemente um importante número de valiosas obras que se impõem simultaneamente pelo seu significado cultural e pelo seu aspecto gráfico de que desejamos aqui deixar notícia e pôr em



Gravura de Bartolomeu Cid



Gravura de António Quadros

destaque, referindo algumas dessas mesmas obras.

CRÓNICA DE DOM FERNANDO por FERNÃO LOPES

Trata-se de uma edição crítica por Giuliano Macchi trabalho cuja ausência há muito se fazia sentir. Já pelo seu interesse histórico-documental já pelo

seu valor, a "Crónica de Dom Fernando", da autoria do nosso maior cronista, Fernão Lopes, é, duplamente, uma das maiores obras da nossa historiografia e da nossa literatura. Se recordarmos que o texto integral desta crónica não era acessível ao nosso grande público, aos investigadores e estudantes e se tivermos em mente o alto nível e o escrúpulo do estudo crítico — "Introdução" — e das copiosas notas de Giuliano Macchi, não será difícil avaliar o valor e interesse desta edição.

CONTOS E HISTÓRIAS DE PROVEITO E EXEMPLO por GONÇALO FERNANDES

Há muito que se fazia notar a urgente necessidade de pôr na mão do grande público leitor os "Contos e Histórias de Proveito e Exemplo", de Gonçalo Fernandes Trancoso, sem dúvida uma das mais curiosas e aliciantes — se bem que das menos divulgadas e estudadas — obras do nosso século XVII; diríamos até: uma das mais poderosas obras de toda a ficção portuguesa. Obra que merece e exige uma leitura — no duplo sentido de observação e correlação com a ficção portuguesa e com a literatura ibérica quincentista — aturada e subtil

e estudo profundo, surge-nos ela agora meticulosamente estudada, criticada e anotada por João Palma-Ferreira, autor, também, do prefácio e do glossário que acompanham o volume.

Acrescente-se que se trata de uma obra que inaugura o contismo em Portugal e, ainda, que do curioso livro do tão pouco conhecido Gonçalo Fernandes Trancoso modernamente só existe uma antologia publicada em 1921 por Agostinho de Campos.

A presente edição é o texto integral, conforme a edição de Lisboa, de 1924.

A GRAMÁTICA DE LINGUAGEM PORTUGUESA de FERNÃO DE OLIVEIRA

Maria Leonor Carvalhão Buecu, conhecida e prestigiada investigadora e crítica da literatura e da cultura portuguesas, é a autora da introdução, leitura actualizada e notas desta excelente edição crítica de uma das mais importantes e valiosas obras de toda a nossa cultura: "A Gramática de Linguagem Portuguesa", de Fernão de Oliveira — obra que, aliás, mereceu também a cuidada atenção de outros críticos e investigadores, como Estanço Louro, Rodrigo de Sá Nogueira, Cortês Pinto e outros.

Destaque-se, pela sua qualidade, o estudo introdutório, no qual Maria Leonor Carvalhão Buescu situa a "Gramática" de Fernão de Oliveira no plano particular das humanidades quincentistas portuguesas e no plano geral da nossa cultura.

As greves e o 25 de Abril

"Greves e 25 de Abril". Edições Base. Colecção "O Povo em Acção". Colectânea de textos. Lisboa, 1976.

Este volume reúne uma série de textos sobre os movimentos grevistas e a acção expandida pelos sindicatos e organizações sindicais.

Depois de historiar os surtos grevistas em Portugal, desde muito antes do 25 de Abril, passa à análise do que tem decorrido, nesse campo, nestes dois anos de liberdade. Os artigos, conquanto muitas vezes sectários, denotam um certo assomo de independência, no que se refere à actuação (amiudadas vezes contraditória) da Intersindical. Aí, o espírito deste livro é desassom-

OS DEZ MAIS

Os dez livros mais vendidos em Portugal, na última semana. Esta rubrica, isenta de qualquer intuito publicitário, é elaborada com base em informações prestadas pelas principais livrarias de Lisboa e do Porto.

(Entre parêntesis, as classificações da semana passada.)

Título	Autor	Editor	Preço
1. (1) De Konakry ao MDLP	Alpoim Calvão	Intervenção	140\$00
2. (3) Moçambique Terra Queimada	Jorge Jardim	Intervenção	140\$00
3. (6) 26 Anos na União Soviética	Chico da Cuf	Afrodite	130\$00
4. (4) A Tentação Totalitária	Jean-François Revel	Bertrand	125\$00
5. (5) Saneamento Nacional	Prof. Adriano Moreira	Torres e Abreu	55\$00
6. (10) Alentejo Saqueado	Jorge Morais	Perspectivas e Realidades	80\$00
7. (-) Esta Noite a Liberdade	Dominique La Pierre e Harry Collins	Ática	160\$00
8. (-) Portugal Depois de Abril	Avelino Rodrigues e outros	António dos Reis	100\$00
9. (-) Angola, a Guerra e o Crime	Valdemiro de Sousa	Formação	70\$00
10. (-) Amores da Cadela Pura	Margarida Victória	Bertrand	100\$00

Artes plásticas

brado, embora proponha perspectivas e soluções tendentes a uma demagógica e irreal campanha de manipulação do proletariado. A greve, conquanto um direito inalienável de luta por parte dos trabalhadores, nunca deverá ser uma arma política e, muito menos, um instrumento perigoso, que ponha em causa a economia do país real.

O correcto mérito deste livro assenta na tábua histórica que nos fornece das greves e seus motivos ocorridos em Portugal, após o 25 de Abril. Tendenciosa ou não, essa tabela de factos dá-nos uma panorâmica do que se tem passado no campo sindical do presente país em que vivemos. Os problemas de trabalho e as múltiplas implicações na economia nacional são observados com disciplina cronológica e fervor pela actividade laboral.

Um livro a consultar, não obstante o seu pendor ideológico. ● D.G.



António Carmo - desenho

RECTIFICAÇÃO À ENTREVISTA COM O "CHICO DA CUF"

Dois ou três dias após ter dado a entrevista que foi publicada na edição da "Vida Mundial" de 10 de Junho, verifiquei que havia cometido um lapso na resposta a uma das perguntas.

Imediatamente solicitei da boa vontade do redactor e amigo que me entrevistara que tal resposta fosse eliminada, já que isso seria mais fácil do que corrigi-la. No entanto, por quaisquer razões que desconheço, tal eliminação não se verificou. Assim, torna-se indispensável a seguinte rectificação: quando a uma das perguntas respondo com este livro ganhei até à data 235 contos, houve um pequeno e involuntário erro meu. Os 235 contos é sim, única e simplesmente, a quantia que até à data já recebi por conta dos meus direitos autorais.

É, pois, este o lapso e o pormenor: quando respondi ganhei até à data, queria dizer e deveria ter dito recebi até à data,

Agradecido pela publicação desta rectificação, subscrevo-me.

Francisco Ferreira

Grafil

EXPOR A TRÊS

Uma exposição de pintura, desenho e gravura está patente na Grafil, até ao próximo dia 18, entre as 10 e as 13 e as 15 e às 20 horas.

António Carmo apresenta onze desenhos, Monteiro Gil gravuras (três pontas secas, uma água-forte) e sete desenhos e Silva Palmeira cinco óleos e oito guaches.

A exposição foi inaugurada no passado dia 17 - e, após a primeira onda de curiosos, acabou quase sempre de sala vazia. Apesar de tudo, a Grafil está perto do Largo do Rato, no número 42 da Rua Filipe Néri - e só fecha aos sábados à tarde e aos domingos. Os preços das obras também não são altos de mais - embora um dos óleos esteja à venda por 30 contos. A média máxima é, de resto, 10 vezes menor.

Ir à Grafil é afundarmo-nos num mundo sub-real. Uma mera questão de cubicagem da sala, com paredes pendurando imagens tanto quanto o espaço exíguo vai permitindo. Aqui e ali, uma mancha quase diáfama dos



Silva Palmeira - óleo

Artes plásticas

óleos de Silva Palmeira. O traiçoeiro da cor a chamar-nos ao voo da imaginação. Depois o choque — emaranhado da China, o pormenor doentio de António Carmo a alertar consciências, o apelo à atenção. Logo após, a mordacidade do fantástico de Monteiro Gil, os escaninhos de uma ideia que oscila e nos deixa dependurados.

Ir à Gráfil é o enjoo da quantidade, a sobriedade do estímulo. Entre a escassez do espaço de movimentação, a necessidade de isolamento em cada passo — cada imagem; ficamos em que vale a pena ir e estar lá. É um oásis — a água nem sempre nos sabe ao nosso gosto — nesta cidade suja de cor sem nexos, na rua.



Monteiro Gil — desenho

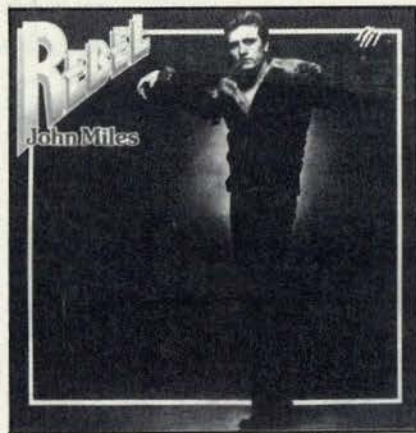
Discos

UM DISCO REBELDE

John Miles. Um nome praticamente desconhecido aos ouvidos menos atentos. De qualquer modo, um nome a fixar.

Rebel. Longa duração de John Miles. Se se disser que inclui "Highfly", conhecido das tabelas de vendas de 1975, já se localiza melhor John Miles.

Quanto ao "33 rotações" já à venda entre nós, digamos que é um bom princípio para o autor intérprete. Feito à volta da quase legendária figura de James Dean, Rebel consegue ser, ao mesmo tempo, o "rock" e o lirismo, do que é um bom exemplo o título "Music", sem dúvida o mais bem conseguido do disco. A lembrar, pela estrutura e forma, apenas, uma composição de Jimmy Webb. Mas apenas pelo seu aspecto, com mudança de ritmo e som contínuos, bem construída, onde o "feeling" de John Miles está bem patente na ambiência a que não são estranhos o arranjo orquestral de Andrew Powell e a experiência de Bob Marshall.



Dos outros títulos, o que sobressai é a não constância de um estilo definido, antes, John Miles passa por canções que fazem lembrar desde Gilbert O'Sullivan (introdução de "Everybody

wants some more") até Stevie Wonder ("Lady of my life" recorda os processos por este utilizados em "Don't worry about a thing"), até à utilização de alguns arranjos — coros e guitarra acústica mais violinos — estilo McCartney ("Pull the damn thing down") a que não é estranho a própria "Reprise" do tema "Music", que aliás bem merece ser repetido...

Temos, portanto, um trabalho em que cada melodia surge como uma obra individualizada e não um tema apenas para encher. Em que a constância nasce da inconstância dos meios utilizados, ora do mais puro lirismo ora da maior violência. "You have it all" é o exemplo mais acabado do que se disse, em que os claros-escuros se sucedem sem rodeios, em que ouvimos da mesma violência posta em "Rebel", tema que dá o nome ao disco, e a suavidade sensível em "When you lose someone so young".

Todo este ambiente, exclusivamente musical, assenta sobre palavras que se limitam a sublinhar as frases melódicas, formando um corpo coeso, difícil de individualizar. Aliás, se o objectivo de Miles fosse escrever sobre o que a personalidade de James Dean lhe dizia, certamente faria um livro e não um disco.

Apenas um senão: a má qualidade de prensagem (?) audível nas espiras separadoras dos temas e quando o volume musical é menor.

Feito este reparo, resta-nos concluir da boa impressão deixada por este trabalho de John Miles, apesar do incaracterístico que anotámos. Esperamos por mais para comprovar se na realidade o que acontece com Miles é mesmo fazer do incaracterístico (leia-se estilo indefinido) a sua principal característica.

"Ficha": "Rebel" de John Miles. Disco Decca Lp 5231.

Letra e música de John Miles e Bob Marshall excepto "Music" e "Lady of my life" compostas por John Miles.

John Miles-vozes, guitarras e "synthesizers"

Barry Black-bateria, percussão

Bob Marshall-baixo

Arranjos orquestrais — Andrew Powell

Gravado nos "Abbey Road Studios" em Novembro-Dezembro de 75.

F.G.



Portillo, a mulher e os seus três filhos

México O 16.º PRESIDENTE

O eleitorado mexicano eleger, no domingo passado, dia 4 de Julho, o seu novo Presidente da República. José Lopes Portillo será assim, a partir do dia 1 de Dezembro, o 16.º presidente Constitucional do México, depois da revolução de 1911.

Portillo seria de qualquer modo o novo presidente do México. E isto, por que nenhuma das outras forças políticas possui capacidade eleitoral capaz de se opor ao todo-poderoso Partido Revolucionário Institucional (PRI); é o que desde há muito vem acontecendo e uma vez mais ficou demonstrado. Depois de fracassada a tentativa de aliança entre o Partido Comunista Mexicano e o Partido Popular Socialista, o que de resto pouco modificaria os resultados eleitorais, os comunistas sozinhos não conseguiram obter o número de assinaturas requerido por lei para apresentarem um candidato seu; enquanto os socialistas, por sua vez, apesar de algumas indecisões, viriam a apoiar Portillo. Por seu turno, o Partido de Acção Nacional, que nas eleições passadas obteve 10 por cento dos votos, não conseguiu sequer, desta vez, escolher um candidato. O resto são pequenos grupos políticos com muito pouco significado social, embo-

ra alguns deles recorram esporadicamente a acções do tipo guerrilha urbana, muito em moda naquele continente.

Para já, os resultados eleitorais demonstram que os mexicanos continuam a insistir, quase unanimemente, na "via" nacional preconizada pelo PRI. Uma "via" que, no dizer dos revolucionários institucionalistas, não é do comunismo nem do capitalismo, mas a resultante de uma experiência histórica. Uma revolução. A primeira revolução social do século XX, como alguns gostam de acentuar e não a última revolução burguesa do século XIX como outros a consideram. "Uma via para o socialismo", precisam certos dirigentes do PRI. De qualquer modo, a partir de Dezembro próximo Portillo sucederá a Echeverría, sendo assim o 16.º Presidente constitucional dos Estados Unidos do México.

MÉXICO DE HOJE

Um México que, embora desde Zapata e Pancho Villa tenha vindo a conhecer sucessos consideráveis, continua no entanto com gravíssimos problemas sociais para resolver. É certo que o seu PBN (Produto Nacional Bruto) cresceu de 2379 para 13 916 milhões de dólares entre 1939 a 1968 e na década de 60 a 1973 o seu

nível médio de crescimento se situou na casa dos 7 por cento ao ano; que as importantes reservas de petróleo descobertas ultimamente, não só asseguram já todo o consumo interno como permitirá, num futuro breve, a exportação de mais de 50 milhões de toneladas por ano, ao mesmo tempo que a produção de aço está em vias de triplicar; que a produção de fosfatos e cobre ascende a mais de 3 milhões de toneladas por ano; que o rendimento médio por pessoa subiu, em pouco mais de 30 anos, de 67 para 968 dólares. No entanto, como dizíamos, paralelamente a este crescimento económico, problemas graves se colocam ao povo mexicano: a pobreza generalizada a mais de metade dos seus habitantes. Cerca de 1/4 da população sem trabalho e a elevadíssima taxa de natalidade. O analfabetismo e tantos outros problemas característicos dos países do Terceiro Mundo. E como eles o México também não desiste de caminhar em frente, todos juntos, como diz Portillo, "todos juntos somos a solução!"

J.A.

Grã-Bretanha AVALANCHA DE RETORNADO

Decididamente, os "retornados" preocupam o Governo britânico. Numa avalanche que colide com a alarmante taxa de desemprego, os imigrantes portadores de passaporte inglês são indistintamente mal recebidos. Há rixas raciais de rua, há todo um movimento de cúpulas governamentais para pôr obstáculos fortíssimos à sua entrada.

No entanto, a Inglaterra tem de assumir as consequências do seu passado imperial. Da África à Oceânia, passando pelos milhões de asiáticos espalhados pelo mundo, o selo de Sua

internacional

Majestade timbrou nacionalidades. E sempre que uma família indiana é malquista numa Uganda, brande o seu passaporte britânico e reclama os seus direitos de cidadania. Londres pode tentar atrasar entradas, mas não pode proibi-las indefinidamente.

No princípio deste mês, o Ministério do Interior divulgou as estatísticas da imigração respeitantes ao ano passado.

Simplesmente chocante — vociferaram os partidários da linha dura (neste caso identificados como os “egoístas insulares”).

De facto, durante 1975, o número de residentes com visto permanente aumentou em 19 por cento, relativamente ao ano anterior. A grande responsável por essa flecha foi a corrente imigratória procedente da Índia, do Paquistão e do Bangla Desh. Nesse ano, qualquer coisa como 53 mil pessoas procedentes de novos países da

Comunidade Britânica (Austrália, Nova Zelândia e Canadá) bem como do Paquistão, obtiveram certificados de residência permanente nas ilhas britânicas.

Por regiões, as estatísticas agora publicadas denunciam uma predominância absoluta de imigrantes iidos do Bangla Desh: 220 por cento mais do que em 1974. Seguem-se-lhe residentes no Paquistão (mais 75 por cento), na Índia (mais 53 por cento) e na Austrália (mais 47 por cento). Única quebra, as Índias Ocidentais e a Guiana, que retrocederam 1 por cento em relação a 1974.

Total: cerca de 82 500 pessoas demandaram a Grã-Bretanha em 1975, contra cerca de 68 800 entradas em 74. A percentagem confere: são mais 19 por cento. O mundo londrino carrega-se de negros pressá-gios.

lham-no. Diz “por favor, aplique isto”. O que significa, em termos chãos, que se trata mais de uma preocupação que de uma legislação.

Eis o mais importante das normas aconselhadas pela OCDE às multinacionais que actuam nos países que fazem parte da Organização:

— Tomem em máxima consideração os objectivos das políticas governamentais;

— Forneçam às vossas associadas as informações que os governos possam pedir — levando em conta “impedimentos legítimos” de confidencialidade negocial;

— Não pratiquem subornos, não façam contribuições políticas ilegais e não se envolvam fraudulentamente nas políticas locais;

— Permitam que as vossas associadas tenham liberdade para se desenvolverem e praticarem actos económicos, dentro e fora dos respectivos países, de acordo com a necessidade de especialização e de uma prática comercial realista.

— Salvo o devido respeito pela confidencialidade, tornem públicas informações sobre: estrutura das empresas; associações de filiadas; áreas geográficas (tal como forem definidas pela companhia), onde trabalham e que espécie de actividade nelas são desenvolvidas; resultados dos exercícios; vendas e investimentos de capitais por áreas geográficas; vendas e, tanto quanto possível, novos investimentos por cada grande sector de actividade comercial; política de preços praticada entre os grupos que constituem a multinacional;

— Não tirar proveito abusivo de posições preponderantes no mercado, nomeadamente através de operações anticompetitivas, recusas infundamentadas para efectuar negociações, preços discriminatórios ou utilização de preços especiais dentro do grupo, com vista a prejudicar competidores;

— Não participar em operações anticompetitivas, a menos que sejam permitidas pela lei;

— Cooperar em investigações anti-“trust”;

— Dar liberdade de desenvolvimento e campo de acção aos credores, distribuidores e representantes oficiais — segundo os trâmites da lei, as

AS MULTINACIONAIS DEVEM “PORTAR-SE BEM” Recomenda a OCDE

As multinacionais oprimem a independência dos países onde actuam. Investem, com a força dos seus poderosos capitais, junto das consciências mais fracas de governantes bem colocados. Desrespeitam os direitos mais legítimos dos trabalhadores que empregam. Submetem nações às suas regras. Afogam economias inviáveis e delas retiram os seus lucros.

Mas as multinacionais (“corruptas, corruptas”) avançam caminho, em plena era de avanço para o socialismo: elas aí estão, às claras, nos países capitalistas, encobertas, mas actuaes, em nações socialistas como a URSS, a Jugoslávia — para só citar as duas mais em evidência.

Reunidas em Paris, já este mês, delegações de economistas dos “países ricos” fizeram o ponto da situação. As multinacionais, que são o seu esteio mais forte, encontram-se perante uma fase aguda de contestação. Uma espécie de Maio 68 da Economia Mundial. Ou seja: não se sabe ainda o que vai querer-se, mas saque-se exactamente o que não se quer, ou não poderá querer.

Em termos de dominação imperialista, a alternativa é clara: neste momento, em termos de viabilidade, ou a

dependência das “multinacionais” de burocracia estatal tipo soviético, ou a dependência de multinacionais puras do capitalismo de iniciativa privada. O Terceiro Mundo quer sair deste dilema infernal. Inventam um ado tercium chamado “não alinhamento”, que não conseguiu, quer em Manila, quer em Nairobi, concretizar em viabilidade prática.

É neste enquadramento que a OCDE avança, agora, um código de “bom comportamento” para as multinacionais. Não o impõem — conse-

condições do comércio vigentes e a prática comercial realista;

– Não modificar (nomeadamente falsificando os custos de transferências) as leis nacionais respeitantes às obrigações fiscais que aqrangem os membros do grupo;

– Respeitar os direitos dos trabalhadores de se organizarem em sindicatos, negociarem com os seus representantes e fornecer-lhes informações fundamentais para negociações importantes;

– Fornecer-lhes também informações que lhes permitam ter uma imagem real e verdadeira das actividades da companhia (compreendendo todas as associadas e, “sempre que se impuser”, o conjunto do grupo) sempre que tal se conformar com as

leis e a prática local;

– No mínimo, alinhar os padrões de emprego e das relações de trabalho, com os que forem praticados pelo país onde exercem a actividade;

– Não ameaçar, durante negociações de trabalho, transferir as suas operações para outro país;

– Fornecer aos trabalhadores todos os dados razoáveis respeitantes a grandes alterações na vida da empresa, tais como suspensões de actividade e encerramentos, e empreender todos os esforços para mitigar os seus efeitos;

– Não fazer discriminações em matéria de emprego, a menos que tal se deva seguir a políticas governamentais que promovam maior igualdade de oportunidades de colocação.

instalações e o material, tudo num total de mais de 300 milhões de rublos. Em 1973, os mesmos países tiveram de participar na construção de uma fábrica em Kiembaevsk, no Sul do Ural. Durante os trabalhos forneceram mais de 100 milhões de rublos em materiais de construção, equipamento e artigos de consumo. Actualmente em construção encontram-se, também, os gigantescos estaleiros de gás em Orembourg, na URSS. A própria Imprensa deste país declara que o “pipe-line” de 2700 km de comprimento está a cargo da Bulgária, Hungria, RDA, Polónia e Checoslováquia – cada um deles ficará responsável pela construção de 500 a 600 km desta conduta de gás. Para isso, terão de deslocar cerca de 20 000 técnicos e operários, além de importantes somas em dinheiro.

E tal é a amplitude destas negociatas que os jornais “metropolitanos” não escondem o seu regosijo: “Este ano, mais de 500 milhões de rublos serão investidos em empreendimentos executados em comum, na União Soviética; o essencial dos fundos virão de empréstimos especiais fornecidos pelos países do COMECON.” Do mesmo modo, o presidente do Comité soviético, para os planos de Estado, esfrega as mãos de contente: “Para realizar alguns projectos no nosso país, nós contamos inteiramente, este ano, com a força humana e material de alguns Estados membros do COMECON.”

Para as autoridades de Moscovo, não é necessário nem mesmo possível, os

Comecon

A MARCA DE UM IMPÉRIO

Em Berlim-Leste, no princípio deste mês, os países do COMECON deitaram contas à vida. O aumento de preços adiado em Junho na Polónia, ameaça agora todos os países do Leste-europeu. Os dirigentes soviéticos não desistirão dos seus privilégios. Os trabalhadores agitam-se, os tanques preparam-se.

Em que consiste o “nivelamento gradual do desenvolvimento” entre os países membros do COMECON?

A Imprensa soviética afirma que este nivelamento contribuirá para “acelerar a industrialização das regiões e sectores mais atrasados”. Mas que regiões e que sectores, e como? Apesar da União Soviética ser uma superpotência, o nível de alguns dos seus sectores industriais, bem como algumas das suas vastas regiões, como a Sibéria, situam-se muito atrás de países do Leste-europeu. Assim, com o pretexto de “nivelamento”, o Kremlin tem forçado, nos últimos anos, alguns destes países a fornecer mão-de-obra, materiais e dinheiro para ajudar a construir os seus gigantescos complexos industriais. Eis pois no que consiste o tal nivelamento.

Em 1972, por exemplo, a União Soviética obrigou a Bulgária, a Hungria, a RDA e a Polónia a assinar um acordo de “investimento conjunto”

para a construção de uma fábrica de pasta de papel, em Oustilinsk, na Sibéria. Segundo este acordo, aqueles países deveriam fornecer, entre 1973 e 1978, os fundos, as máquinas, as



Moscovo: em primeiro plano à direita o edifício-sede do COMECON

países em geral e os pequenos em particular, desenvolver com toda a independência novos sectores industriais. É pois necessário “desenvolver a divisão internacional do trabalho”. Mas, em que consiste para eles essa divisão? Na Mongólia, por exemplo, são os especialistas soviético que dirigem toda a produção e tomam todas as medidas. Grandes departamentos industriais, como os da energia eléctrica e carvão encontram-se nas mãos daqueles especialistas. Mais de 90 por cento das máquinas e instalações são importadas da URSS; bem como 100 por cento dos tractores, máquinas agrícolas, combustíveis e mais de 70 por cento dos artigos de uso corrente. A maior riqueza da Mongólia, as minas, encontra-se inteiramente nas mãos dos soviéticos que as exploram em seu proveito. Eis pois no que consiste o “nivelamento” dos sectores e zonas atrasadas, apregoado por Moscovo.

No domínio comercial, a União Soviética aplica o mesmo princípio, em relação aos países na sua “esfera de influência”, que as velhas metrópoles colonialistas aplicavam às suas colónias: vender caro e comprar barato. Porém, a isto, chamam eles interajuda. Estes países dependentes formam, juntamente com a metrópole, a URSS, um “Conselho de Interajuda Económica”, na base do rublo convertível. De resto, o rublo foi também proclamada a divisa colectiva, mau-grado o desacordo, apesar de tudo, dos dirigentes dos países sob tutela.

No interior daquele Conselho foi criado o “Banco Internacional de Cooperação Económica” que controla o comércio entre os países membros, ao mesmo tempo que estimula, por meio de créditos, as trocas vantajosas aos soviéticos. Por todos os serviços prestados aos “países irmãos” esta instituição bancária cobra taxas elevadíssimas, o que, evidentemente, permite assegurar lucros suplementares. Isto é, uma no papo e outra no saco.

É ainda aquele banco que, em grande parte, decide da fixação arbitrária dos preços. Evidentemente sempre favoráveis à parte soviética. O que, de resto, não lhe é difícil, dada a dependência política dos países satélites, bem como a sua dependência,

também em relação a Moscovo, em matérias-primas e combustíveis — pois, segundo conceito da “divisão internacional do trabalho” eles não podem investir no desenvolvimento dos seus próprios recursos de energia e matérias-primas.

O PREÇO DA DIVISÃO DO TRABALHO

Assim, a “divisão do trabalho”, custou, àqueles países, só no ano de 1975, no petróleo, mais de um milhão de rublos do que em relação a 1974, devido ao seu aumento de preço arbitrário de 250 por cento. Porém, a “coordenação” dos planos não se faz

somente no quadro do “Conselho de Interajuda Económica”, quando convém àquela superpotência, ela age bilateralmente. Sempre que os seus interesses o exijam eles criam “empresas mistas” nos outros países... A Hungria, por exemplo, é rica em bauxite. Apesar disso o alumínio é produzido na URSS, a mais de 3000 km de distância das fontes de matéria-prima — antes e durante a última guerra estes recursos estiveram nas mãos dos hitleristas, agora eles estão nas mãos dos soviéticos. Depois de produzirem o alumínio vendem-no à Hungria. Mas... retêm grande parte dele como compensação da diferença de preço entre a matéria-prima e a sua



Praga 68: uma imagem a não esquecer

transformação, bem como para pagar o transporte do mineral através das linhas soviéticas. Igual sorte cabe ao urânio checoslovaco, ao sal de cálcio da RDA e da Bulgária, etc...

RELAÇÕES FRATERNAIS

Nas empresas de construção naval da Polónia e da RDA, são eles, os soviéticos, a enviarem a matéria-prima e a receberem barcos. Para a Polónia enviam ferro e aço e recebem máquinas para a indústria têxtil.

Construíram, na Bulgária, um complexo siderúrgico e açambarcam quase toda a produção. Noutros casos eles financiam a construção de empresas próximo das fontes de matérias-primas e recebem toda a produção como reembolso dos créditos, taxas de juro, como troca da ajuda técnica e tecnológica, pelos projectos, pelo "licence", etc! São assim as relações fraternais...

A União Soviética funciona como autêntica metrópole de um império. Evidentemente que isto só é possível porque os países membros do COMECON são politicamente dependentes da URSS, para isso lá estão as divisões blindadas. Tal tipo de dependência teria que gerar a sujeição económica. Eles dependem da economia soviética até para as necessidades mais prementes.

Dependem do petróleo soviético em 96 por cento das suas necessidades; em 97 por cento de hulha; 30 por cento do consumo de ferro; em dois terços das necessidades da população em cereais panificáveis, etc. Produtos estes vendidos a preços flutuantes, de acordo com a oferta e a procura, mesmo entre eles, entre os membros do Conselho. Dir-se-ia pois, que o sistema que rege as economias do "mundo socialista" só difere da dos países ocidentais pelo número de pessoas detentoras do poder económico: um punhado de ditadores burocratas no primeiro caso, enquanto no Ocidente esse número é bastante mais diversificado. Além disso, também pelo sistema político, democracias mais ou menos pluralistas no Ocidente enquanto lá o totalitarismo burocrático é o único intérprete de um ideal apodrecido. ● J. A.

A "cimeira" comunista



Brezhnev queria a conferência, custasse o que custasse...

OS "DOGMAS" EXPLODIRAM O PASSADO ESTA MORTO

Brezhnev queria a conferência dos partidos comunistas da Europa, custasse o que custasse. Teve-a. Mas a troco de concessões enormes, que bem amarga tornaram a vitória inicial.

O facto parece simples, mas as consequências podem vir a ser incalculáveis: pela primeira vez, Leonid Brezhnev, o chefe de um partido que há mais de 50 anos pretende liderar o movimento comunista, viu-se forçado à capitulação. E não perante um homem ou um país (como já aconteceu com Tito e Mao Tsé Tung) mas frente à ameaça dum cisma colectivo que ainda não foi possível definir. A dois passos do "muro" de Berlim, o marco simbólico da ortodoxia soviética, no arranha-céus do Hotel Stadt Berlin, que as bandeiras vermelhas ao sol transformavam em flâmula, o chefe da URSS teve o seu momento-chave: sob as influências conjugadas dos jugoslavos, italianos, romenos, espanhóis e franceses, a maioria dos 29 partidos comunistas europeus repudiaram o "internacionalismo proletário" e as suas exigências.

O doente estava já agonizando. E, em Berlim, assinou-se-lhe a certidão de óbito. Retomando a tradição, cada partido comunista volta a ter oficialmente o direito (que alguns já utilizavam) de escolher por si mesmo a forma de socialismo que lhe convém e os meios de o atingir; pôs-se fim à norma de prioridade favorável aos interesses da URSS; cada um deles ficou apto a multiplicar as suas alianças, criticar qualquer um dos "partidos irmãos", e livre de pronunciar-se a favor da Europa ou de defender a retirada do Mercado Comum, de aceitar ou não a NATO, bem como de lutar — mesmo contra os amigos particulares que as suprimam — pelas chamadas liberdades formais. É óbvio que Brezhnev não mudou de opinião, no que lhe diz respeito, sobre todos estes temas. Mas constatou que a sua opinião não passava de um parecer pessoal entre outros e, como tal, passível de julgamento sem quaisquer complacências. Ele que lutara por esta conferência para dela fazer resultar, contra todas as probabilidades, uma manifestação de força e unidade do movimento comunista, teve um preço

pesado a pagar, que não foi a crítica expressa pelos seus opositores mas, antes, a "contrafé" que lhe apresentaram.

"PARAÍSO" OU NÃO

Assim acabou o período de negociações travadas entre os que acreditavam no "paraíso" soviético e os que já não criam em tal. Oito dias antes da conferência, os "rebeldes" ameaçaram que não estariam presentes se o documento final — mesmo assim já depurado de toda e qualquer implicação real — fosse submetido a votação ou a posterior apreciação pelos delegados. Se fosse obtido um consenso maioritário, mesmo que informalmente, exigia que nenhum partido se visse obrigado a respeitá-lo. Uma mediação leste-alemã, no último minuto, permitiu que a conferência se concretizasse, mas provavelmente pela última vez. É, de facto, pouco provável que os soviéticos consigam alguma vez reunir "a conferência mundial do PC" com que ainda sonham. Enrico Berlinguer denunciou frontalmente "aqueles métodos ultrapassados", que não tencionam pôr em prática; quanto a Georges Marchais, mais incisivo ainda, crê que será preferível organizar reuniões de dois dias para debater determinados problemas concretos, em vez de perder vinte meses de conversações sobre problemas que são, mais do que qualquer outra coisa, de enunciação formal. Para ele, o passado morreu e, portanto, está mesmo morto.

Espectáculo impressionante para cerca de 500 jornalistas reunidos em Berlim-Leste foi este, o do desfazer de um dos mitos mais resistentes do século. Não porque a Imprensa tivesse sido admitida no santuário — o imenso salão do Stadt Berlin, fechado como um baú — mas porque, pela primeira vez, finalmente, em comunicação com o local de reuniões por um sistema de auscultadores e de televisão interna, os jornalistas assistiram "em directo" à explosão do dogma, despoletado por alguns dos que haviam sido os seus guardiões mais vigilantes.

A todos os gigantes do comunismo foram distribuídos os lugares por ordem alfabética (alemã) rigorosa. O russo Brezhnev lá estava entre o suíço



Lugares distribuídos por ordem alfabética

Jacob Lechleiter e o animado espanhol Santiago Carrillo; o francês Marchais e o italiano Berlinguer estavam-lhe quase em frente. A cabeleira branca do português Álvaro Cunhal não estava longe da madeixa áspera do polaco Edouard Gierek e dos óculos prateados do romeno Nicolas Ceausescu. O perfil de Tito, que parece estar sempre em pose para a sua estátua, sucede, na escala dos "panorâmicos", ao olhar vago do húngaro Janos Kadar, à testa ampla do búlgaro Jivkov e às falsas obesidades do checo Husak. Raros movimentos na sala: cada um dos participantes apresenta a sua mensagem sentado no lugar, diante de um microfone rodeado de garrafas de água mineral e sumos de frutas. Ninguém replica ou interrompe, jamais, esta estranha cerimónia de exorcismo feito ao contrário.

A LIÇÃO DO CHILE

Como é que se chegou a este ponto? O certo é que os PC's da Europa Ocidental acabaram por compreender que a estratégia do Estado soviético — o respeito pelos dogmas envelhecidos, sem contacto com as realidades da sociedade industrial — os condenava, pelo seu irrealismo, à oposição perpétua. Numa altura em que a análise comum os levava a pensar

que a nossa época é de transição para o socialismo (Berlinguer afirma-o), essa situação era intolerável. Tanto mais que esta passagem não pode fazer-se só com a força da esquerda nem a fortiori, só com os comunistas. O golpe de Estado chileno e a morte de Allende acabaram com as hesitações dos PC's ocidentais: não se pode decididamente marchar para o socialismo sem se estar apoiado, aceite, ou, pelo menos, tolerado por uma larga maioria. Depois de vivida a "noite chilena", Berlinguer aperfeiçoou a sua estratégia do "compromisso histórico". A mesma linha de ideias incitou o PC francês a tentar conseguir, em torno da união da esquerda, a união, mais ampla, do povo de França; a mesma inquietação surda — aliando-se às condições particulares da Espanha — levou Carrillo a uma aliança antifascista que engloba tanto comunistas como monárquicos. Neste contexto, que ajuda, que apoio, as exigências ou os (como exemplo, ou modelo) interesses soviéticos poderão ainda adiantar? A necessidade, de um lado, o sucesso do PC italiano, do outro, fizeram criar, um pouco por todo o lado, novas esperanças.

Isto explica que, com todas as análises requeridas pela sua situação respectiva, a maioria dos partidos representados fizessem, uns mais, ou-

tros menos, sofrida a condição de "conduzidos", a sua declaração de independência.

"E vittorioso!" ("Venceu!") — gritava, desde terça-feira à tarde, um jornalista italiano. No entanto, Enrico Berlinguer ainda não tinha pronunciado o seu discurso. Mas ao vê-lo escutar sonhadoramente aqueles que falavam, e depois a ouvi-lo, a esse pequeno homem de olhar triste, desatar a rir diante dos jornalistas, uma verdade se impunha: Berlinguer, o instigador oficial (com Edouard Gierek) da conferência de Berlim-Leste, teve tempo para se aperceber de que ao longo de dois anos de negociações difíceis, a maioria estava finalmente do seu lado.

Em 1967, na conferência dos PC's europeus de Karlovy Vary, os sete partidos "contestatários" da altura não compareceram: o jugoslavo, o romeno e o albanês não se fizeram representar de todo; o holandês, o norueguês, os islandês e o sueco enviaram simplesmente um observador. Hoje, à excepção da Albânia, definitivamente em xeque, e da Islândia, ninguém receou mostrar-se em Berlim. A Holanda, que tinha recusado participar nas discussões comuns, ocupou o seu lugar; como Tito, que obteve finalmente a confirmação oficial da sua "independência"; como Ceausescu, cuja singularidade em matéria de política estran-



Berlinguer: a vedeta

geira (balanceada por um severo regime interno) soube encontrar a sua linha na afirmação da "igualdade de direitos, respeito da independência e da soberania de cada Estado". Melhor ainda, apoiou Carrillo: Um centro internacional nem é possível nem necessário. E apela para a luta contra tudo o que no dogma é velho e caduco.

LUGAR PARA TODOS

Assim, entre Carrillo, que chega a reclamar a saída das tropas, "socialistas ou não", dos países estrangeiros. Carrillo que ameaça defender, até ao socialismo, as liberdades "formais"; e

o checo Husak, que vê na solidariedade com a União Soviética (ela assegurou-nos a segurança e a liberdade) um dever de honra, acaba por haver lugar para todas as correntes de opinião: da independência total à sujeição absoluta.

A maior parte dos partidos ocidentais apoiam Berlinguer, quando afirma que os modelos de sociedades socialistas adoptados nos países do oriente europeu não respondem às orientações das grandes massas operárias e populares dos países do Ocidente. Estão ao lado de Georges Marchais, quando descreve, sem grandes preocupações de oratória, o seu socialismo com as cores da França e quando anuncia o próximo aparecimento de formas diversificadas de socialismo. Os turcos e os gregos já são mais reservados.

Húngaros, polacos e búlgaros pareceram ainda menos sensíveis aos encantos da emancipação, embora de modo discreto.

Nada disto obsta, entretanto, que os golpes agora aplicados não sejam demasiado fortes para que as fendas antigas se não ampliem e multipliquem. Sem que, de resto, alguém se preocupe agora em colmatá-las. O Proletariado nada tem a perder senão as suas cadeias, escrevia Marx. Os PC's limam as suas também, e vigorosamente, hoje em dia.

rega por aspersão "BAUER"

rega em todo o terreno... rega todas as culturas.

<p>ASPERORES de jacto raso</p>  <p>de jacto simples</p>  <p>de grande alcance</p> <p>de rega em sector de jacto duplo (para chorume, modelo especial)</p>	<p>TUBAGEM transportável, com acoplamento rápido, articulado.</p>  <p>pressão de serviço: 20 kg/cm²</p>	<p>INSTALAÇÕES DE REGA POR ASPERSÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • transportáveis • semi-fixas • totalmente fixas. <p>MATERIAL P/ FERTILIZAÇÃO</p> <p>EQUIP^{to} P/ ESTABULAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • rega de humedecimento • rega contra geadas • rega com estrume líquido <p>projectos para: agricultura e pecuária</p>	 <p>MOTO-BOMBAS</p> <p>ELECTRO-BOMBAS</p> <p>BOMBAS P/TRACTOR</p> <p>grandes stocks</p>	<p>VIATURAS - CISTERNA</p> <p>para: aspiração automática e aspersão de estrumes líquidos.</p>  <p>capacidades: 1700 a 4500 litros</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

At. Serviço Informativo GUSTAVO CUDELL, LDA. Adiantado 248 Porto Quem enviar a literatura sobre:

Temos muitas centenas de instalações "BAUER" em todo Portugal!... adquire V. Ex. também **UMA**.

CONSULTE A NOSSA DIVISÃO REGA

GUSTAVO CUDELL, LDA.

● DIVISÃO O.P. ● DIV. REGA ● DIV. MÁQUINAS ● DIV. TRANSMISSÕES MECÂNICAS ●
 LISBOA 5 - Avenida do Brasil, 88 A/B PORTO - Rua do Bolhão, 157 ELVAS - Largo da Misericórdia, 15 A
 Telef. 771701-76777 - Telex-1439 Telef. 37966 (5linhas) - Telex 2723 Telegramas "REGA"

Atletismo português em Montreal

TOCARÁ "A PORTUGUESA" NAS OLIMPIADAS?

Aproximam-se os Jogos Olímpicos. Como está programado, é já sábado que se realiza em Montreal, Canadá, a abertura oficial das provas.

Lá se vão encontrar os "amadores" de todo o mundo, que desde a última Olimpíada, a agitada competição de Munique em 1972, treinam afinçada e diariamente para estes Jogos.

Excepção feita para os nossos verdadeiros amadores, que só nalguns casos treinam em melhores condições — e mesmo assim, só a partir de Novembro de 75. Foi nessa altura — e referimo-nos apenas ao atletismo — que foram escolhidos os oito pré-olímpicos, dos quais seis se deslocaram agora como representantes de Portugal a Montreal. São eles Carlos Lopes, Fernando Mamede, Anacleto Pinto, Aniceto Simões, José Carvalho e Hélder de Jesus. Acompanhando-os, vai o professor Moniz Pereira, treinador e quase "alma" da selecção de atletismo.

E como tal, foi o professor Moniz Pereira que começou por nos dizer: Ganhámos dezasseis provas internacionais em 22 cidades de 15 países diferentes, provas essas das quais só 6 foram vitórias do Carlos Lopes. Além disso, os nossos atletas, em cada uma das suas especialidades, estão nos 30 melhores tempos mundiais. O que nos parece ser, para já, uma grande compensação do trabalho desenvolvido. Claro que um êxito no Canadá seria sempre o melhor prémio, mas mesmo que não se ganhe nenhuma prova ou se obtenha um dos três primeiros lugares, os nossos progressos parecem ser bem o espelho de que estamos no caminho certo!

Entretanto, ao falar na hipótese de não êxito nas Olimpíadas, Moniz Pereira foi traído pelos seus olhos, que de maneira nenhuma jogaram com a conformation posta nas palavras. Insis-

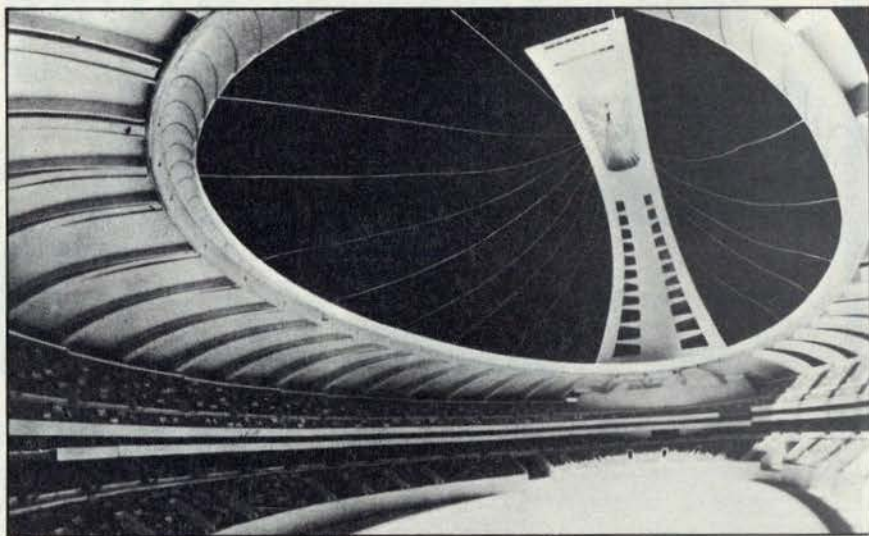
timos se não haveria uma esperança muito grande num bom resultado.

Há um pormenor que não podemos esquecer e que influi bastante na obtenção de uma boa classificação. É o facto dos atletas estrangeiros treinarem em condições que os põem na posição de autênticos "profissionais". E o professor Moniz Pereira expõe melhor o seu ponto de vista: Enquanto os atletas de outros países se dedicam integralmente a treinar, num amadorismo disfarçado, como é o caso dos americanos, que são quase todos universitários, enquanto os nossos, após oito horas de trabalho nos mais diferentes ofícios até às sete da tarde, levam uma hora nos transportes públicos e chegam aos locais de treino já cansados e é com extremo sacrifício que ainda trabalham mais uma hora. Além disto, há quem ainda mantenha a ideia de que é com um treinador estrangeiro que mudaremos o atletismo em Portugal. Com este esquema de trabalho eu queria ver o que um técnico estrangeiro poderia fazer, a mais do que eu, por exemplo!

OS ATLETAS

Depois destas impressões do "responsável" pelos rumos da selecção olímpica — Eu sou o técnico, o secretário, o que marca a hora dos tratamentos, o motorista, enfim, um trabalho árduo a que não me esquivo, mas que com o passar dos meses e o aproximar dos Jogos não deixa de se reflectir e, francamente, estou cansado... — passemos em revista os atletas que estarão presentes nas pistas olímpicas.

E começemos, inevitavelmente, por Carlos Lopes. E assim porque ele depressa atingiu a fama, sendo conhecido nacional e internacionalmente, devido aos êxitos obtidos nos últimos tempos. Carlos Alberto Sousa Lopes tem 29 anos, é casado e a sua actividade profissional é a de empregado bancário. Representa, a nível de clubes, o Sporting Clube de Portugal. Vai correr os 10 000 metros (eliminações a 23 de Julho e eventualmente a final a 26). Mínimos olímpicos para



Estádio Olímpico Montreal



Professor Moniz Pereira: a "alma" do atletismo



Carlos Lopes de olhos fechados: sabe a "música" de cor



Fernando Mamede: "Chegarei à final"

aquela distância: 28 minutos e 40 segundos, ultrapassados em 74 com 28 minutos e 30,6 segundos. Melhor marca: 27 minutos e 45,8 segundos (segundo melhor tempo do ano).

Só há mês e meio é que estou exclusivamente a treinar. começou por nos dizer o campeão (podemos na realidade chamar-lhe assim). Começamos por lhe perguntar, baseados em notícias vindas a lume à pouco tempo, que Lopes teria dito ser este o último ano que corria. Seria isto possível se, além de todos os resultados obtidos, voltasse do Canadá com uma medalha?

Independentemente da classificação, só não abandonarei a competição se as condições que me sejam dadas forem como as deste ano. Se as facilidades conseguidas não se repetirem, deixo de competir.

Perguntámos depois a Carlos Lopes qual a sua posição face a um possível aproveitamento político da sua figura e dos seus êxitos, isto é, como acontecera aos futebolistas depois de 66, nomeadamente Eusébio, cujos êxitos tinham sido aproveitados como "cartão de visita" do anterior regime.

Se isso acontecer, só posso dizer que sou completamente alheio. Posso estar a ser jogado sem ser culpado. Mas espero que isso não venha a acontecer.

Perguntámos ainda quais os nomes dos adversários a que Carlos Lopes teria de estar mais atento, dado a sua forma actual e os seus tempos, apesar de já os conhecer e até de competir com eles, como é o caso de Viren, o actual primeiro tempo mundial nos

10 000 metros.

Tudo depende das eliminatórias e dos nomes que chegarem à final. Lembramos que das três eliminatórias são apurados os três primeiros mais os cinco melhores tempos. Esperamos, sinceramente, que Carlos Lopes seja um deles.

Fernando Eugénio Pacheco Mamede tem 25 anos, casado, e é empregado de escritório. É também atleta do Sporting. Vai correr as eliminatórias dos 800 metros, dia 23 de Julho, e dos 1500, dia 29. Mínmios olímpicos: 1 minuto e 48 segundos nos 800 metros e 3 minutos e 40,6 segundos nos 1500, ultrapassados pelas marcas 1.47,5 e 3.39,6, respectivamente (esta última obtida em Colónia em Maio deste ano e melhorada no campeonato de Portugal em três décimos de segundo). Esperanças: Nos 1500 metros, se conseguir fazer uma última volta rápida - 55 segundos ou 54,5 - espero ficar nos três primeiros da eliminatória, ou, quando muito, ser repescado nos melhores tempos, para a final. Fisicamente sinto-me em forma, apesar de não ter tido as condições ideais.

Anacleto Pereira Pinto conta 28 anos, também é casado e é funcionário dos Serviços Prisionais. Atleta do Sport Lisboa e Benfica. Corre a maratona a 31 de Julho. O tempo mínimo é de 2 horas e 17 minutos, ultrapassado pelo atleta a 14 de Março com 2 horas, 14 minutos e 36 segundos. Esperança: Só quando fiz os mínimos, à custa só do meu trabalho, é que a Direcção-Geral de Desportos

me chamou e deu condições iguais às dos outros. Além disso fisicamente atravessei agora uma crise, que atribuo a excesso de quilometragem, mas já me encontro recuperado, voltando a fazer 40 quilómetros diários. De qualquer modo as minhas esperanças são iguais às dos outros. Alguém tem de sair vencedor...

Aniceto da Silva Simões, 30 anos, casado, empregado bancário. Clube que representa: Santa Clara. Vai correr os 5000 metros, que têm as eliminatórias a 28 de Julho, cuja melhor marca, que ultrapassa os mínimos, é de 13 minutos, 35 segundos e 8 décimos.

José de Jesus Carvalho, com 23 anos, casado, professor de Educação Física, também do Santa Clara. O seu melhor tempo nos 400 metros barreiras, que vai disputar nas eliminatórias a 23 de Julho, é de 50 segundos exactos.

Finalmente, Hélder Albano Baiona de Jesus, com 22 anos, solteiro, estudante, actualmente a cumprir o Serviço Cívico (quer seguir Economia), do Benfica, que só conseguiu os mínimos no Campeonato de Portugal, ao fazer 1 minuto, 49 segundos e 6 décimos nos 1500 metros, prova a que concorrerá, juntamente com Mamede.

Estes os representantes portugueses nas provas de Atletismo em Montreal. Na sua bagagem, além do esforço e sacrifício postos no seu trabalho, vai a esperança numa medalha que os compense a todos, a esperança de ouvir o nosso hino na entrega da galardão máximo. Estaremos com eles.



a la minuta

LER À LUZ DAS CHAMAS

O fogo posto na Base Aérea da Cortegaça produziu um enorme clarão. A essa luz houve quem se pusesse a ler o Relatório do 25 de Novembro, texto que se julgava destinado a best-seller mas que obteve pouca circulação. Atribui-se este insucesso livreiro ao excessivo realismo da obra num momento em que o surrealismo domina o gosto nacional. Mas os que a leram à luz do incêndio de Cortegaça recomendam-na como guia para evitar golpismos piromaníacos.

REPRESENTAÇÃO

Uma comissão composta por "delegados" de organizações de trabalhadores das artes e letras foram ao MCS apresentar o seu protesto, por não terem sido ouvidos a propósito do projecto de reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura. Nessa embaixada cintilava a indignação do astro da dramaturgia Nacionanl, dr. Luís Francisco Rebelo, ali presente em nome dos trabalhadores da SPA, que dirige. Muito dedicado à causa dos trabalhadores, depois do 25 de Abril, este advogado dos desfavorecidos esqueceu-se, porém, de ouvir os trabalhadores intelectuais da SPA para representar a sua queixa por não terem sido consultados.

Ignoramos se o mesmo aconteceu com os outros delegados. Mas quanto ao dr. Rebelo reafirma-se que a sua noção de ouvir os trabalhadores que representa, é uma pura representação teatral, arte em que é insigne especialista.

QUEM RI POR ÚLTIMO

Recordemos acontecimentos próximos que já oferecem uma certa distância para serem serenamente apreciados.

A elegância faz parte da democracia. E o que se viu na conferência de Imprensa dada por Octávio Pato, na Gulbenkian, foi um soez estendal de deselegância. O candidato aparentemente mais que vencido foi alvo de

vaías e gargalhadas que impropriamente sublinhavam a sua derrota. Observámos então que essa descabida e malcriada euforia saltava do sector embriagado "pelos votos que deram a Otelo o segundo lugar nas eleições presidenciais.

Bater num adversário vencido é sempre inqualificável. Mas ainda pior: na estupidez dessas gargalhadas soava a inconsciência daqueles que, por fatalidade do seu criancismo, já foram e poderão voltar a ser peões do partido que, na figura do derrotado Pato, era objecto da sua troça.

Espectadores desta cena lastimável, rimo-nos para dentro, como manda a boa educação. Mas não de Pato. Rimo-nos, sim, das gargalhadas em bocas que já foram megafones do PCP e voltarão a sê-lo, se este partido lhes der o doce da liderança da gritaria.

HONRAS SIM, MAS SÓ COMO CONVIDADO

Os deputados do PCP e da UDP pretendiam, no decurso da cerimónia da tomada de posse do general Ramalho Eanes como Presidente da República, que se efectuou no hemisfério do Palácio de São Bento, colocar a mesa que presidia ao acto, lado a lado, o novo Chefe do Estado com o velho Chefe do Estado.

Quer dizer, até ao derradeiro suspiro do seu mandato, Costa Gomes ombrearia na tribuna, apoiado (já saudosamente) pelas hostes de um certo esquerdismo com o democrata impoluto e esmagadoramente escolhido Presidente de todos nós, Ramalho Eanes. Última tentativa de homenagem àquele que não soube ou não quis (?) reprimir tanto golpismo que angustiadamente vivemos e que, como é óbvio, foi vetado pelas forças livres que maioritariamente compõem a Assembleia da República.

Assim, o ex-Presidente Costa Gomes, com todas as honras provisórias que distinguiram a sua nomeação, é remetido a ocupar um lugar entre os convidados, na assistência, devidamente separado — no espaço e no tempo —

daquele que, por universal direito, foi plebiscitado para dirigir os destinos do povo português.

MIRAGENS TERCEIRO-MUNDISTAS

A tese terceiro-mundista de Melo Antunes não cessa de vislumbrar novos pontos de contacto entre Portugal e os chamados países não alinhados.

Diz-se que quem faz muita força de vontade e querer, acaba por fazer as coisas acontecer. Será que a recente notícia de haver petróleo marítimo ao



largo da Figueira da Foz, vem confirmar não só a voz popular como as perseverantes teorias do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros? Se assim é, uma imensa alegria (embora exausta) colora as faces do nosso inabalável terceiro-mundista.

Ou seja, parece que até a produção de petróleo nos identifica com as nações norte-africanas e do Próximo Oriente. Por enquanto, uma hipótese. Mas Melo Antunes, que é um homem de mente especulativa, gosta de lidar com hipóteses.

Sendo assim, se o socialismo de Gramsci lhe é bússola de bolso nesta nossa realidade cada vez mais marcada pelo Ocidente burguês, não há menos razão para que a miragem do petróleo lhe seja argumento definitivo para aqui desfraldar a bandeira do Terceiro Mundo.

os que riem...

● Ainda que seja permaturo asseverar-se que esta ou aquela individualidade farão parte do Governo que está na forja, a designação de Almeida Santos para um ministério que poderá ser o da Justiça, é uma das mais prováveis. De ministério para ministério tem Almeida Santos transportado desde o 25 de Abril, um sorriso vitaliciamente triunfante. E agora, mais do que nunca vitorioso é o sorriso com que o homem da Comunicação Social se prepara para ingressar noutra ministério. Isto porque há razões para crer que Almeida Santos não estaria disposto a ser escolhido para qualquer ministério, sendo, portanto ele a escolher o novo posto que, com toda a probabilidade, irá ocupar no Governo.

● Num conceito muito acertado, a poesia é comunicação e, acatando o conceito, o PS — tudo indica — colocará um poeta à frente da Comunicação Social. Um poeta, portanto... alegre, ainda que não seja leve o fardo que o espera. Mas como não há-de alegrar-se um poeta que, havendo experimentado os rigores da política informativa do ministério jesuítico, tem agora a oportunidade de alegrar essa casa mãe da Informação?

Não se está mesmo a ver quem é o poeta?



...e os que choram

● Está dito que o poder vicia. E muito embora o poder que pôde ser exercido pelo Presidente da República cessante não tenha sido de molde a deixar-lhe saudades do cargo, há sinais de que Costa Gomes se afasta de Belém deitando um olhar saudoso ao poder que abandona. De facto, à hora da partida ouvimo-lo, numa recepção oferecida ao corpo diplomático, valorizar o capital da sua experiência, sugerindo que ele podia ser aproveitado. Não é pois sem um travo de amargura que um homem que põe tanto ênfase na sua disponibilidade para o exercício do poder, entrega as chaves de Belém ao seu sucessor.

Contudo, na cena política que parece seguir-se, não se vê espaço onde Costa Gomes possa aplicar a experiência com que minucia os seus argumentos para não desaparecer do tablado político. Já no campo militar, um macheralato podia ser-lhe honorária compensação de um adeus definitivo ao poder político. Quantas vezes as honras têm o amargo sabor dos banquetes com que homenageiam os que partem! Mas fontes militares altamente colocadas dão a entender que nem mesmo esse galardão ilustrará a biografia daquele que foi o segundo Presidente da II República Portuguesa.

Resta, pois, concluir que se os conhecimentos adquiridos por Costa Gomes, ao longo de 45 anos de vida militar, tal como lhe acentuou, forem aproveitados, sê-lo-ão num cargo que não dará azo ao ex-Presidente de matar as saudades do poder.

● Sabemos que foi com declarada contrariedade que Vítor Alves aceitou a pasta da Educação. Mas, homem bem-educado, lá foi carregando a pasta da educação de forma a não levantar muitas ondas.

Os espinhos do cargo puseram à prova, não os méritos para a função que, de resto, não são exigíveis a um militar, mas a diplomacia de Vítor Alves, a qual se revelou ser a verdadeira vocação do major. Foi, assim, a acção ministerial deste homem do 25 de Abril, um excelente campo de treino para a sua natureza conciliadora. Como Ministro da Educação, Vítor Alves foi um bom diplomata. Eis porque, sendo certo que deixará de ser ministro da Educação, o seu engenho diplomático não o credencia para qualquer outro ministério, num governo que terá de sobrepor o rigor da definição e da firmeza ao gesto conciliador.

Desaparece, pois, do escalão governamental, um militar cujo nome é dos que maior presença têm marcado desde o 25 de Abril de que, aliás, foi um dos mais activos fautores. Só a este título se inclui Vítor Alves no grupo dos que algo perderam. Mas, perdendo um ministério onde apurou a sua inclinação diplomática, recomenda-a esta para uma embaixada na qual Vítor Alves poderia, finalmente, realizar a sua verdadeira vocação. Por isso, o "diz-se, diz-se" destina-lhe uma embaixada muito ao british style do major. Mas a hipótese mais provável é a sua permanência no Conselho da Revolução. Se assim for, Vítor Alves terá apenas de perder o hábito de ser tratado por senhor ministro.



Poder local:

PARTE FUNDAMENTAL DA QUESTÃO DO PODER

Para casar, para arranjar um emprego, para tirar a carta, para comprar o jazigo onde "descansará em paz", o cidadão precisa de "papéis". "Papéis" esses que lhe são passados por juntas de freguesia, câmaras municipais, ou seja, os chamados órgãos de poder local. Por outro lado, e se o cidadão só reconhece a existência desses órgãos quando precisa de tratar da normalmente aborrecida burocracia, o cidadão que vive fora dos grandes centros depende deles, directamente, para tudo: a água, as estradas, a luz, as escolas, tudo está nas mãos, ou passa pelas mãos, dos órgãos de poder local.

Antes do 25 de Abril, os órgãos de poder local, como todos os restantes do aparelho de Estado, não ofereciam muitas dúvidas: estavam nas mãos de cidadãos de "reconhecido bom porte moral, cívico ou político", normalmente bastante afectos ao regime ou, pelo menos, nunca seus opositores. Após o 25 de Abril, foi o assalto: com o MDP/CDE muito à frente, os partidos políticos lançaram-se ao assalto das autarquias locais. A actuação era simples: "saneavam-se" as administrações fascistas e substituíam-se por administrações CDE. Simples e eficaz...

Passaram-se os meses e os outros partidos (PCP, PS, PPD, CDS, sobretudo o PS, a partir do VI Governo) começaram a disputar com o MDP as

autarquias locais. De momento, todos eles dominam esses órgãos do aparelho de Estado, de forma mais ou menos equilibrada. Tudo isto se passou, no entanto, sem que, dentro das autarquias, os cidadãos se pronunciassem sobre quem, que partido, que pessoas deveriam estar nos seus órgãos representativos.

O artigo 303º. da Constituição determina que:

"1. As primeiras eleições dos órgãos das autarquias locais realizar-se-ão até 15 de Dezembro de 1976, no mesmo dia em todo o território nacional, em data a marcar pelo Governo.

2. Com vista à realização das eleições, o Governo fará legislação provisória para harmonizar a estrutura, a competência e o funcionamento dos órgãos do município e da freguesia com o disposto na Constituição, bem como para estabelecer o regime eleitoral respectivo.

3. A legislação referida no número anterior será sancionada pelo Conselho da Revolução, podendo a Assembleia da República sujeitá-la, nos termos gerais, a ratificação, se a publicação for posterior à data de posse do Presidente da República."

Desde logo, neste artigo, fica em aberto se o Governo de que se fala é o VI Provisório ou o primeiro definitivo (VII!). Em aberto, também, se basta o Conselho da Revolução para sancioná-lo, se cabe à Assembleia Legislativa, tudo dependendo de ser antes ou depois da tomada de posse do PR. A súbita pressa surgida para a discussão das eleições dos órgãos de poder local e legislação respectiva, que levou a um

Conselho de Ministros extraordinário, levou já a protestos do CDS, que afirma não terem sido ouvidos os "representantes do povo eleitos para a legislativa", uma vez que o artigo 167º. da Constituição determina: "É da exclusiva competência da Assembleia da República legislar sobre as seguintes matérias: f) eleições dos titulares dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local; h) organização das autarquias locais; i) participação das organizações populares de base no exercício do poder local." Segundo o CDS, tanta pressa seria inconstitucional. Estranhamente, parece ser o PS, maioritário no VI Governo Provisório, mas único no primeiro definitivo, um dos mais interessados em discutir já, para que o Conselho da Revolução sancione. As razões invocadas são que a Assembleia Legislativa, não estando reunida, levaria muito tempo a resolver todos esses problemas até que ela discutisse e ratificasse o projecto.

REVER OU NÃO REVER O CÓDIGO ADMINISTRATIVO (FASCISTA)

Para o estudo do projecto de diploma que responderia às exigências do artigo 303º. da Constituição, o Ministério da Administração Interna criou, logo após a formação do VI Governo, um grupo de trabalho sobre a reforma do Código Administrativo, no que se refere aos órgãos de poder local. Esse grupo, composto, pelos drs. Manuel Pereira Barbosa de Melo, Fausto Quadros, Silva Lopes, Gomes Canotilho, Eduardo Pedroso, Silveira Lopes e srs. Alves Pinto e D. Maria Celeste Proença, veio a elaborar um projecto assente no respeito pelos princípios consignados no artigo 303º., o reconhecimento do papel das instituições locais na consolidação do sistema democrático, conciliação entre a democracia política e o esquema de participação popular na vida local, flexibilidade das instituições e eficácia da gestão administrativa. No projecto, dois pontos controversos dividiram os autores: o concurso ou não de grupos de cidadãos ao lado dos

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 119º. (Revogação expressa)

Ficam expressamente revogados os artigos 15º. a 43º., 51º., 55º., 58º., 66º. a 77º., 79º. a 97º., 99º. a 102º., 106º., 107º., 110º. a 116º., 197º. a 252º., 255º. e seus parágrafos primeiro e segundo, 258º. a 262º., 328º. a 358º. do Código Administrativo.

Artigo 120º. (Entrada em vigor deste diploma)

1 — As disposições referentes ao regime eleitoral dos órgãos da freguesia e do município entram imediatamente em vigor.

2 — As disposições referentes à estrutura, à competência e ao funcionamento dos órgãos da freguesia e do município entram em vigor após a entrada em funcionamento dos órgãos das autarquias locais, eleitos de harmonia com o presente diploma.

(Do projecto de diploma apresentado pelo MAI)

TÍTULO III Artigo 72º.

1 — As atribuições e competências dos órgãos das autarquias locais e o seu regime financeiro, em tudo o que não esteja previsto no presente diploma, serão fixados por lei a publicar oportunamente.

2 — Até à publicação da lei referida no número anterior manter-se-á em vigor a legislação actualmente aplicável.

(Do diploma aprovado em Conselho de Ministros)

partidos políticos nas eleições municipais e o sistema a adoptar na eleição para a câmara municipal. No primeiro desses pontos, defendem alguns que deve seguir-se nos municípios aquilo que a própria Constituição, omissa nessa questão, propõe para as freguesias, ou seja, a possibilidade de apresentação de listas de cidadãos que não representem nenhum partido político. No segundo caso, trata-se de colocar no executivo do município cidadãos eleitos pelo sistema de lista completa ou pelo sistema de proporcionalidade estabelecido nas eleições para a Assembleia da República.

Sobre estes casos, tomou o PS — o partido cuja posição tem mais importância, dado ser um Governo PS que vai, na prática, pôr a funcionar o sistema agora aprovado — uma posição definida: contra os grupos de eleitores “independentes” e a favor da representação proporcional. Essa posição veio, aliás, a ser adoptada em Conselho de Ministros, sendo um dos seus mais ardorosos defensores o ministro Veiga de Oliveira, do PCP, o qual se mostrava, aliás, extremamente preocupado com as alterações que o projecto do MAI (que acabou por ficar drasticamente reduzido) se propunha fazer ao Código Administrativo fascista, “monumento jurídico que levaria 4 ou 5 anos a rever...”. Um certo medo dos GDUP's teria estado presente na oposição aos “grupos de eleitores”, medo esse que, muito provavelmente, irá resultar na mais rápida passagem dos citados Grupos Dinamizadores de Unidade Popular a partido, como Otelo preconizava...

Do projecto do MAI para a forma definitiva, perderam-se, de conselho de ministros em conselho de ministros, alguns aspectos fundamentais: os grupos de eleitores (que, no entanto, pareciam estar de acordo com o chamado “espírito” da Constituição, que os preconiza nas eleições para a Assembleia de Freguesia) deixam de poder concorrer a par com os partidos políticos nas eleições para as assembleias municipais; deixaram de “revogar-se expressamente dezenas de artigos do Código Administrativo” (fascista) para passar a “manter-se em vigor a legislação actualmente aplicável”, ou

seja, deixaram de ser alteradas as disposições referentes à competência e funcionamento dos órgãos do poder local.

Ou seja, ainda: por este país fora, largas centenas, milhares de pessoas vão ser chamadas a colaborar, efectivamente, no poder político, a aprender, na prática, o exercício do poder. Fala-se muito do poder local. Põe-se-lhes nas mãos. E dá-se-lhe, como instrumento, um código de um regime que se disse querer-se destruir, que se diz querer destruir pela sua própria eleição. Pequenas contradições, que vão de par com o facto de que, falando-se muito de poder local, desde o 25 de Abril têm estado a ser retiradas às autarquias locais algumas das questões principais que sempre tiveram em mãos...

UMA EXCELENTE JOGADA DO PS

Entretanto, para além dos protestos do CDS (que, ironia!, protesta por não terem sido ouvidos os “representantes do Povo”, como determina uma Constituição que não aprovou), houve já também protesto do PPD quanto ao sistema de sufrágio. O PPD faz notar que “não deixa de ser interessante apontar que o PS, que por razões de eficiência prefere um Governo minoritário e homogéneo, escolheu ao nível municipal, e para um órgão fundamentalmente executivo, a heterogeneidade de uma coligação imposta pela aritmética eleitoral”.

Acusado de interesseiro e desfavorável à colectividade pelo PPD, o PS não deve, no entanto, importar-se muito: numa excelente jogada conseguiu impor ao projecto do MAI as alterações que quis num Conselho de Ministros onde (por inerência de cargo?) Almeida e Costa defendia as alterações propostas na competência dos órgãos de poder local, impediu a Assembleia da República de pronunciar-se, precipitando a aprovação do diploma antes da posse do Presidente da República, dividiu, com os restantes partidos presentes no VI Governo Provisório e ausentes do primeiro definitivo, a impopularidade de alguns termos do projecto e manteve para si ou o

De um texto para outro, vai o esvaziar de conteúdo o “poder local”, vai o respeito pelo Código Administrativo (fascista), considerado pelo ministro Veiga de Oliveira “um monumento jurídico que leva 4 ou 5 anos a rever...”

nacional

domínio total ou uma grande influência em todas as autarquias, graças ao sistema de representação proporcional de que o PPD tão amargamente o acusa.

Vamos portanto assistir a umas eleições de órgãos das autarquias que, sob um aspecto democrático, vão assumir as competências que o fascismo lhes reservava, preparadas — as eleições — por um Governo PS que pode influenciá-las a seu favor com a própria fase de preparação. Vamos portanto assistir ao grande predomínio do PS nos órgãos do poder local, dando de barato algumas autarquias do Alentejo ao PCP, numa política de “maioria de esquerda” que já funcionou em pleno na discussão do projecto em Conselho de Ministros, disputando outras, sobretudo nas regiões do Norte, com o PPD e CDS, mas mantendo na pior das hipóteses o segundo lugar.

CRIAR AS CONDIÇÕES DO EXERCÍCIO EFECTIVO DO PODER LOCAL

O poder local é uma das mais importantes parcelas da questão do poder, “a questão essencial da Revolução”, e a mais perceptível pela maioria (numérica) da população. A questão é, pois, quem detém o poder político, que interesses serve, como os serve.

Muito se tem falado, desde o 25 de Abril, de devolução do poder local. Essa devolução não ultrapassará a demagogia, se não se exprimir através de uma autonomia política, e, simultaneamente, financeira e técnica: negadas as duas últimas, a primeira, aparentemente criada pela eleição dos representantes das populações, perde completamente o sentido. Na verdade, por mais democraticamente eleitos que sejam os gestores das autarquias, pouco ou nada se avançará, em relação aos velhos tempos, se essa gestão estiver desprovida de conteúdo e de sentido. Resta aos representantes eleitos criar as condições para o exercício efectivo de um poder com que se lhes acena e se lhes nega no mesmo diploma... Ou seja, contra a demagogia paternalista da “devolução do poder local” a criação de condições concretas do exercício desse poder pelas populações.

D. A.

A possibilidade de praticar Artes Orientais ao seu alcance

ENCICLOPÉDIA—CURSO DE ARTES DE COMBATE ORIENTAIS



CURSOS DE ARTES MARCIAIS

KUNG-DO-TE

ANO 1 — N.º 2 — JUNHO DE 1976 — 60500 — INTERNACIONAL KUNG-FU



REVISTA MENSAL DE ARTES MARCIAIS

À VENDA EM TODO O PAÍS



distribuidora **O SÉCULO**

AVISO AOS LEITORES E AOS AGENTES:

Por força da LEI, a revista KUNG-FU passa a denominar-se KUNG-DO-TE

UM GOVERNO PARA SOBREVIVER?

O primeiro Governo Constitucional está prestes a nascer. O PCP, principal força que contesta a formação de um Governo PS, tenta adaptar a sua actuação à actual correlação de forças no

a breve prazo?

Empossado o Presidente da República, a Constituição do Governo e a possibilidade que este terá em vingar face aos ameaços de derrube anunciados desde há semanas são as questões que passam para primeiro plano da cena política. O cidadão português presente que o período que agora se abre tem uma importância difícil de ser minimizada. E a questão é simples: poderão as instituições democráticas — Presidente da República eleito por sufrágio universal, Governo responsável perante o Presidente e a Assembleia da República, esta igualmente eleita segundo as normas da democracia vigente no Ocidente — e quererão os homens que ocupam os cargos de responsabilidade vencer as forças que, durante estes dois anos, ameaçaram e ameaçam derrubar a democracia? Quererão eles atacar os factores de instabilidade e reconstruir o País?

Um importante dado deste problema consiste no conhecimento daquilo que os partidos que ameaçam derrubar o futuro Governo podem vir a fazer.

Três dias antes da realização das eleições presidenciais Álvaro Cunhal anunciou com muita clareza que o seu partido não apoiaria um Governo formado unicamente pelo PS. Esta posição foi mantida desde essa altura, embora se tenha verificado uma alteração sensível no que diz respeito à data que o PC escolheu para lançar a queda do Governo. Esta alteração foi de resto prontamente assinalada por Mário Soares, que, em declarações feitas no dia 1 à imprensa, recordou que o dr. Álvaro Cunhal havia anunciado (antes das eleições) a impossibilidade de formação de um Governo PS. Posteriormente, Cunhal admitira implicitamente a formação de um tal

Governo, passando agora a defender a impossibilidade da sua sobrevivência. Dir-se-ia que se trata de uma questão de tempo. O objectivo, contudo, mantém-se: negar o Governo que tanto Mário Soares como Ramalho Eanes já disseram dever ser "homogêneo" e

Esta alteração surgiu numa altura em que as greves preparadas e mantidas desde há semanas em "fogo brando" pelo PCP e seus apoios já se mostravam aptas a evoluir para formas mais radicalizadas. Essa evolução foi nitidamente contida, o que dá conta de uma política concertada e controlada. Entre as duas posições do dr. Álvaro Cunhal medeiam, contudo, alguns factos que não são por certo de subestimar. Eanes mostrara-se muito firme nas considerações que fizera durante a conferência de imprensa que sucedeu ao acto eleitoral. No dia seguinte, alguns conselheiros da Revolução deram a conhecer o seu acordo à formação de um Governo nos moldes propostos por Eanes e Mário Soares. O próprio Presidente havia dito, a 28, estar convencido não haver dificuldades em Mário Soares constituir o primeiro Governo definitivo, dando, com essa afirmação, um apoio adicional ao projecto que parecia já seriamente ameaçado. Decerto que o avanço das forças interessadas em boicotar a formação do Governo não foi considerado conveniente face a uma conjuntura desfavorável. §

ALGUMAS DIFICULDADES

Enquanto esta modificação se processa, vai assumindo grande importância a possível composição do Governo. Os órgãos de Informação dão a conhecer reuniões e contactos tidos entre os responsáveis do partido de Mário Soares, avançando nomes e lugares cuja combinação não raro ocasiona desmentidos. Algumas informações fazem prever dificuldades que terão de ser avaliadas no contexto real em que se insere a formação do Governo. Aliás, essas dificuldades traduzem, elas próprias, a dinâmica das

forças que se opõem ao projecto de Governo PS.

Uma primeira constatação a fazer, quer no tempo quer na importância que reveste, reside na dificuldade de preenchimento das pastas económicas e financeiras. Alguns observadores vêm nisso o reflexo das posições detidas no partido de Soares pela ala propensa ao namoro com os adeptos da "maioria de esquerda". Esta facção jogaria com as dificuldades existentes no campo económico, as quais obrigam a medidas drásticas. Medidas que foram tomadas, em parte, no derradeiro período de vigência do VI Governo e que ameaçam vir a tornar-se bem mais drásticas, conforme vaticinou o Primeiro-Ministro interino, antes de se iniciar o último Conselho daquele Governo.

Face à política de "apaziguamento" no mundo do trabalho preconizada pela referida ala para os meses que sucederão à tomada de posse do Governo constitucional, algumas personalidades ter-se-ão furtado ao convite para ocupar lugares de responsabilidade no campo económico. Rui Vilar, Vítor Constâncio e Vasco Vieira de Almeida, com provas dadas em anteriores Governos e co-responsáveis, com outros elementos, por alguns aspectos da política económica do PS, foram dados, pela imprensa próxima ao partido, como reticentes à aceitação de cargos no futuro Governo. Estes e outros elementos eventualmente convidados a sobraçar as pastas económicas têm plena consciência da situação em que se encontra o País. Sem uma política partidária que apoie a cem por cento as medidas que se impõem ser tomadas, sobrevêm as hesitações e até as recusas.

A política económica encontra-se no centro do programa governamental. Por esse motivo é de crer que se travem grandes lutas em seu torno entre as diferentes correntes. E por certo que o partido da "maioria de esquerda" não se encontra ausente dessas lutas, tanto mais que há elementos no seio do PS que defendem, nesse campo, teses que não

desagradam às suas. Esperar para ver pode ser a divisa do dr. Álvaro Cunhal, nesta altura em que as possibilidades de poder influenciar a política governamental através de meios subtis não se encontram esgotadas. Mais uma razão para assistirmos, de momento, à retirada da política de boicote anteriormente anunciada.

MANOBRAS GASTAS

Este é o contexto que explica a constituição do fantasmagórico GDPS (Grupo de Defesa do Programa Socialista), o qual se proporia "acompanhar atentamente a prática política do PS, sobretudo no que se refere à prossecução da Reforma Agrária e às questões do trabalho". Tendo ficado os seus promotores na sombra, os analistas políticos fazem notar que o ideário implícito na anónima declaração corresponde aos desígnios do PCP — partido que tem o maior interesse em conservar as posições adquiridas no Alentejo e parte do Ribatejo através da Reforma Agrária, conforme esta tem vindo a ser conduzida, partido ainda que dispõe no mundo do trabalho aquele poder de manobra que ninguém pode subestimar. Prontamente denunciada pelo Secretariado do PS, esta manobra vem recordar que aqueles baluartes do PCP — campesinato do Sul do País e trabalhadores dos grandes centros industriais — estão na ordem do dia para aquele partido. Que terão a dizer nesse campo Lopes Cardoso e outros elementos defensores da Reforma Agrária e de certas actuações políticas e sindicais, as quais têm favorecido inequivocamente a contensão da derrocada do PCP?

A possibilidade de o Governo socialista poder vir a satisfazer o PCP, dando-lhe dessa forma aquilo que este partido queria obter através da participação no Governo, é sugerida por um socialista adepto do namoro com o partido de Álvaro Cunhal. Dizia António Reis a semana passada no semanário *Opção*: "Porque não adoptam antes os dirigentes comunistas uma atitude de expectativa crítica face à actuação concreta do Governo PS, não excluindo a hipótese de apoios pontuais através dos mecanismos pró-

prios de negociação da Assembleia da República?" Fica claro o desejo deste elemento em contentar o PCP, assim como é claro que este partido não deixará de ter isso em conta numa altura em que se encontra fora do Governo, mas com uma importante máquina partidária e influenciando ainda amplos sectores da população. Note-se, porém, que António Reis, obviamente, não fará parte do Governo em formação.

Conseguirá o Governo agora em formação sobreviver? Tudo depende da correlação de forças dentro do partido mais votado e da forma como este irá atacar os grandes problemas que se põem ao País e ao povo. Mário Soares revelou há duas semanas que o Governo actuará com rapidez, impondo, logo nos primeiros meses, as medidas que a situação exige. Os campos considerados fundamentais pelo Primeiro-Ministro indigitado — autoridade do Estado, trabalho e relançamento económico — vão sem dúvida proporcionar que os partidos representados na Assembleia da República mostrem qual vai ser a sua tática.

AS INTENÇÕES POSSÍVEIS

O PCP poderá lançar de imediato a movimentação para a queda do Governo, como aliás já prometeu. São bem conhecidas as suas posições relativas à "autoridade" de um Estado democrático e à reactivação da economia, cuja crise lhe é directa e justamente imputada. Uma tal situação terá de ser resolvida no âmbito daquilo que o general Eanes definiu como o dever patriótico que deverá orientar os partidos e os cidadãos no período que se abre com a posse do Governo. No fundo trata-se de um programa e de um Governo de salvação nacional, aliás, já definidos nestes mesmos termos pelo próprio Primeiro-Ministro indigitado.

O PCP poderá ainda não tentar derrubar o Governo. Mas com certeza que só o fará caso lhe seja dado algo em troca, que poderá ser, inclusive, a possibilidade de o poder fazer com êxito mais tarde. Para o avaliarmos será necessário conhecer a equipa governamental, o programa e, até, os

primeiros passos da actuação governativa. A opinião pública já anda a ser preparada para "aceitar" esta hipótese. Seria necessário alterar algo para que a mesma política, a política do PCP, fosse para a frente. Trata-se, afinal, de uma alteração de fachada. Na semana transacta, o semanário *Opção* (não é certamente por acaso que citamos novamente o órgão de Artur Portela Filho, grande admirador de certas "maiorias") apresentava um curioso título encabeçando um não menos curioso artigo. O título diz tudo: "Cunhal já não é Brejnev". E, imediatamente em baixo, lia-se, em continuação: "Mas ainda não é Berlinguer". Sublinhamos o ainda.

CUNHAL ABRE O JOGO

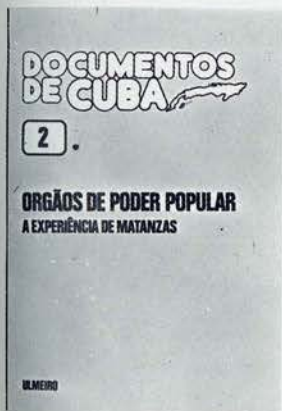
(Continuado da pág. 20)

Pato afirmou claramente qual a tática do PCP ao referir os lugares na Legislativa, convém lembrar que nada disto é muito diferente do que se passou com o 25 de Novembro: para a frente foram as organizações da FUR, o major Otelo, e o PCP, aparentemente derrotado, acabou por sair incólume, e pronto a reforçar-se. Se, em certos sectores, pode ter havido alguns militantes do PCP a autocolarem-se com o retrato de Otelo, em vez de arvorarem o retrato de Pato, se Pato passou por uns tempos, a "primeira figura" do PCP, suplantando Cunhal, o certo é que essas pequenas feridas nada foram comparados com aquilo que Cunhal destacou: a soma de votos Pato/Otelo, a possibilidade de manobra, a possibilidade de golpe.

Para os que ainda tenham ilusões, saliente-se, também, que falar de Pato e Otelo tem ainda outro significado: que são as duas táticas para o mesmo golpe, o PCP a negociar, cordatamente, pelos corredores de São Bento, enquanto a UDP manifesta no exterior. Cunhal abriu o jogo: nada nos desculpará de não o querermos ver.

a importância
deste livro
está à medida
desta grande
questão

ULMEIRO — Editora



A VENDA
NAS LIVRARIAS

DISTRIBUIDORA
O SECULO

BALAIA

Penta Hotel

ALBUFEIRA / ALGARVE



TELS. 52681 A 52686 - TELEX 18298